

PLÍNIO SALGADO

O RITMO DA HISTÓRIA

VOZ DO OESTE / MEC

O RITMO DA HISTÓRIA

Uma das grandes vozes do mundo contemporâneo, que vem desmascarando o domínio totalitário que anula a liberdade do Homem e a inércia dos que com eles compactuam, voluntária e cegamente — esta voz, a voz de Solzhenitsin, como que vem somar-se à de um apóstolo, cujo vulto tende a crescer cada vez mais no horizonte vazio da vida pública brasileira, seja no campo do pensamento engajado numa atuação política, seja no da orientação religiosa. Estamos nos referindo a Plínio Salgado, cujas obras estão sendo reeditadas pela *Voz do Oeste*.

A imoralidade da Organização das Nações Unidas — imoralidade porque não são os valores morais que informam o seu procedimento —, vergastada pelo verbo inclemente do grande romancista russo, que mostrou ao mundo as imensas e terríveis fronteiras do Gulag, foi, há vinte e cinco ou trinta anos atrás, se não remontarmos a tempo mais remoto, denunciada, em palavras não menos candentes, pelo pensador cujas páginas hoje vamos ler ou reler.

Em que consiste, porém, o fracasso terrível dos povos desta segunda metade do século XX, que se reúnem convencionalmente em Assembléia onde o predomínio dos belicamente fortes impõe aos menos dotados de poder destruidor a sua vontade e o seu querer, e onde um deles, paulatina mas de modo inclemente, vai conquistando o mundo, primeiro ideologicamente, e logo após a ferro e fogo ou vice-versa?...

A resposta não é difícil, ela se encontra nos inúmeros depoimentos de pensadores que vêm marcando a evolução e a crise da cultura ocidental do nosso tempo, — com exceção, evidentemente, daqueles que atrelaram as suas inteligências ao pilar de ferro do marxismo-leninismo, e que ratificam, assim, as marchas de conquista do poderoso estado soviético — e no dia-a-dia das páginas dos jornais que circulam em todas as línguas.

Dentre esses depoimentos, no Brasil o testemunho de Plínio Salgado é a voz que mais alto se ergue. Não obstante o boicote estabelecido pelos covardes e pusilânimes e da deturpação de seu pensamento pelos que sonham com o estado universal da ditadura comunista, ele permanece. E permanece como uma gigantesca rocha, resistindo serenamente a todas as ondas de covardia e alienação.

As páginas deste livro são um verdadeiro libelo e constituem uma parcela de sua vida e sua luta, sedimentadas num pensamento definido claramente: a insanidade do homem, visível e capaz de ser medida e detetada através de todos os erros

CAE

50610393



**Digitalizado pela Frente Integralista
Brasileira no DF**

O RITMO DA HISTÓRIA

Obras de Plínio Salgado lançadas pela Editora Voz do Oeste Ltda.

VIDA DE JESUS

(20ª edição, com reproduções da arte sacra baiana, e 21ª, com reproduções da arte sacra missioneira)

COMO NASCERAM AS CIDADES DO BRASIL

(5ª edição, com prefácio de Euro Brandão, ricamente ilustrada)

A VOZ DO OESTE

(5ª edição, com prefácio de Otacílio Colares)



Fotografia do Autor na época do lançamento de *O Ritmo da História* (1963)

PLÍNIO SALGADO

O RITMO DA HISTÓRIA

3.^a Edição

Editora Voz do Oeste
São Paulo
em convênio com o
Instituto Nacional do Livro/MEC
1978

NOTA DA EDITORA: todos os artigos que integram o presente volume foram publicados nos semanários *Idade Nova* e *A Marcha*, assim como no *Diário de São Paulo*, nos anos 1946-1953.

Capa: Luis Díaz

Projeto editorial e supervisão
técnica: G.R.D.

Revisão de C.P.S. e G.R.D.

CIP-Brasil

Salgado, Plínio, 1895-1975.
SI59r O ritmo da história / Plínio Salgado. — 3. ed. —
3.ed. São Paulo : Voz do Oeste ; [Brasília] : INL, 1978.

Bibliografia.

1. Brasil — História 2. História — Filosofia I. Instituto Nacional do Livro. II. Título.

CBL/CCF/SP-78-1671

CDD:901
:981
CDU:930.1

Índices para catálogo sistemático (CDD):

1. Brasil : História 981
2. História : Filosofia 901

Reservados os direitos para a língua portuguesa, e de tradução, reprodução e adaptação para qualquer veículo de comunicação. Copyright Carmela P. Salgado. Direitos de publicação do presente volume reservados pela Editora Voz do Oeste Ltda., C. P. 4623, CEP 01000, São Paulo, Brasil.

SUMÁRIO

Biobibliografia de Plínio Salgado:	
I — Síntese cronológica	XI
II — Bibliografia	XIII
III — Pequeno roteiro de pesquisa sobre a vida e a obra de Plínio Salgado	XV
IV — Análises recentes da obra de Plínio Salgado	XVI

O RITMO DA HISTÓRIA

I Parte

SOBRE A MARCHA DOS HOMENS E DAS NAÇÕES

O ritmo da História	5
Fênix e suas cinzas	14
A estátua do Marquês	26
Palavras... palavras... palavras!	31
Horas neutras	37
Realidades de Direito e de Fato	41
Os valores morais na História	47
Personalidade nacional	55
Horizontes para a Juventude	58
O ângulo decisivo da História	65
A verdadeira democracia	72
Evolução histórica da imprensa	81
Na plenitude da Idade Demoníaca — I	88
II	92

II Parte

SOBRE HOMENS E POVOS DO NOVO MUNDO

A Santa Aliança e o Pan-Americanismo	103
O Tratado de Madrid e o seu artífice	113
O destino das Américas	121
O Canto do Piaga	128

Ação integralizadora dos paulistas	138
O Brasil na Conferência de Haia	146
José Bonifácio, o Patriarca	153
A História: alma da Pátria	160
Couto de Magalhães, decifrador de enigmas étnicos	165
Pequeno estudo das realidades brasileiras — I	173
II	181

III Parte

SOBRE UM JOVEM PROFESSOR DE SALAMANCA

Salamanca ao luar — Uma concepção espiritualista do Direito	191
A causa diferenciadora das comunidades políticas — A sátira política em Portugal no século XV — Pensamento medieval português — Tradição galega	198
Tradição e Nação — Pátria e Patriotismo — Nacionalidade, nacionalismo e imperialismo — Pensamento político medieval português	207
O pensamento político português na Idade Média	213

IV Parte

SOBRE O SÍMBOLO DA VIDA HERÓICA

Teseu	223
-------------	-----

Biobibliografia de Plínio Salgado (organizada por G.R.D.)

I

Síntese cronológica

- 1895 — Nascimento, a 22 de janeiro, na cidade paulista de São Bento do Sapucaí, filho do farmacêutico Francisco das Chagas Esteves Salgado e da professora dona Ana Francisca Rennó Cortez.
- Quando criança, juntamente com seus irmãos, ouvia preleções de seu progenitor, chefe político do município, em torno de Caxias e outros grandes vultos da história pátria. Lia muito, principalmente os clássicos da língua.
- 1911 — Aos 16 anos, com o falecimento de seu pai, e estudando no Ginásio São José, em Pouso Alegre (Estado de Minas), teve de voltar para São Bento do Sapucaí a fim de cuidar de sua progenitora e dos quatro irmãos mais novos.
- 1913 — Aos 18 anos, cria o Partido Municipalista, juntamente com alguns líderes regionais, “para combater a ditadura do governo estadual”. Esta foi a primeira organização política brasileira a se voltar para a defesa do município. Aplica-se em sua cidade a diversas atividades: dirige um clube de futebol, um grupo teatral, pronuncia conferências, é orador oficial em todas as solenidades, é defensor de réus quando faltavam advogados, funciona como topógrafo judicial e ocupa o cargo de inspetor escolar no município. Lança o semanário local “Correio de São Bento”.
- 1918 — Casa-se com a senhorita Maria Amélia Pereira, descendente de tradicional família sãobentista, a qual veio a falecer após um ano, deixando uma filha, Maria Amélia, com apenas 15 dias, que passou a ser zelada pela avó e tios.
- 1919 — Muda-se para São Paulo onde ingressa como suplente de revisor, ascendendo logo a redator, no “Correio Paulistano”, porta-voz do governo estadual na época. Aí trava conhecimento com inúmeros intelectuais e políticos, a muitos ligando-se por sólida e profunda amizade.
- 1922 — Realização da Semana da Arte Moderna, cujos principais participantes “apontaram novos caminhos, libertações integrais, nacionalismo espontâneo”. Leitura absorvente de Marinetti, Soffici, Govoni, Apollinaire, Cocteau, Max Jacob, Cendrars.
- 1926 — Publicação de *O Estrangeiro*. Preocupação com problemas políticos: leituras de Marx, Sorel, Lênin, Trotski, Riazanov, Plekanov, Fierbach.
- Falecimento de sua progenitora.
- 1928 — Insistentemente convidado pelo Presidente Júlio Prestes, candidatou-se a deputado estadual e é eleito com grande votação.
- 1930 — Viagem à Europa e Oriente, como preceptor de um jovem paulistano. Vê as transformações políticas da Turquia, da Itália, da Alemanha, “lê uma vasta literatura comunista que circulava em Paris”, examina a pequena Bélgica, medita no Egito (sobre o imperialismo inglês), observa a anarquia dos espíritos na Espanha e a nova ordem de Portugal: “tudo me mostrava a morte de uma civilização, o advento de uma nova etapa humana”.
- Deflagrada no Brasil a revolução contra Washington Luís e o sistema político que representava.

- 1931 — Fundação e direção de "A Razão". Artigos diários de doutrinação política e análise da situação brasileira e internacional.
- 1932 — Revolução Constitucionalista. Incêndio de "A Razão". Fundação da Sociedade de Estudos Políticos (SEP). Lançamento do Manifesto de Outubro, com que se iniciaram as atividades independentes da Ação Integralista Brasileira, antes um setor de orientação política da SEP.
- 1935 — Intentona comunista no quartel da Praia Vermelha, ocasião em que foram assassinados covardemente pelos comunistas, na calada da noite, quando dormiam, indefesos, inúmeros oficiais do Exército Brasileiro que eram adeptos do Integralismo. Por telegrama ao Presidente da República é oferecida a ajuda dos Integralistas.
- 1936 — Casa-se em segundas núpcias com a senhorita Carmela Patti, pertencente a conceituada família radicada em Taquaritinga, Estado de São Paulo, não havendo filhos deste consórcio.
- 1937 — Candidatura a Presidente da República, concorrendo com José Américo de Almeida e Armando de Salles de Oliveira. Fechamento de todas as organizações políticas. Implantação do Estado Novo.
- 1938 — Revolta (denominada "integralista" — V. *Dicionário de História do Brasil*, Melhoramentos, São Paulo, 1976, 4ª edição, pg. 469) objetivando a restauração democrática do Brasil, e que ocasionou inúmeras prisões e fuzilamentos de membros da Ação Integralista Brasileira, e exílio dos principais líderes. Prisão na Fortaleza de Santa Cruz. Exílio para Portugal.
- 1939-1945 — Intensa atividade cultural e religiosa em Portugal.
- 1942 — Publicação da *Vida de Jesus*, cuja primeira edição, lançada em São Paulo, é apreendida e logo após liberada.
- 1945 — Retorno ao Brasil, com a deposição de Getúlio Vargas. Fundação, por um grupo de brasileiros, do Partido de Representação Popular.
- 1946 — É eleito Presidente do Partido de Representação Popular (extinto, juntamente com todos os outros organismos políticos, em 1964).
- 1948 — É convidado a comparecer às Conversações Católicas Internacionais, realizadas em San Sebastian, na Espanha, diretamente pelo Arcebispo de Santiago de Compostela, D. Bellester Nietto, para colaborar na redação de uma "Carta dos Direitos e Deveres do Homem", tendo a sua orientação sido a vencedora, e o primeiro artigo ficado assim redigido: "O Homem é um ser feito à imagem e semelhança de Deus, seu Criador, possuindo uma alma imortal, dotada de inteligência e de vontade livre. Ele deve encontrar na sociedade civil os meios de cumprir seus deveres e de exercer seus direitos correlativos, conforme as finalidades da sua natureza e sua vocação divina".
- 1952 — Fundação da Confederação de Centros Culturais da Juventude e sua eleição como Presidente de Honra da mesma, que reuniu, inicialmente, dezenove entidades de jovens, oriundas de todo o Brasil, e que chegou a atingir para mais de quinhentas em todo o território nacional.
- 1953 — Fundação do semanário "A Marcha", de que foi colaborador até o encerramento de suas atividades.
- 1955 — Candidatura à Presidência da República, disputando com Juscelino Kubitschek de Oliveira, Juarez Távora e Ademar de Barros.
- 1956 — Eleito Deputado Federal pelo Estado do Paraná.
- 1960-1964-1970-1974 — Eleito Deputado Federal pelo Estado de São Paulo, integrando sempre a Comissão de Educação e Cultura, onde produziu inúmeros pareceres. Instala-se, definitivamente, em Brasília, a partir de 1960.
- 1975 — Falecimento, a 7 de dezembro, em São Paulo, sendo enterrado no cemitério do Morumbi.

II

Bibliografia

- 1919 — *Thabor* (poemas), ed. do autor
- 1921 — *A boa nova* (assuntos bíblicos), ed. do autor
- 1926 — *O estrangeiro* (romance), ed. Helios Ltda.
(in OBRAS COMPLETAS, ed. das Américas, 1954, São Paulo, vol. X e 8ª ed., José Olympio, 1972)
- 1927 — *Literatura e política*, ed. Helios Ltda.
(2ª ed. in OBRAS COMPLETAS, vol. XIX)
— *A anta e o curupira* (manifesto modernista), ed. do autor
(in *Despertemos a Nação*, in OBRAS COMPLETAS, vol. X)
- 1927 — *Discurso às estrelas* (contos e crônicas), ed. Helios Ltda.
(2ª ed. in OBRAS COMPLETAS, vol. XX)
- 1927 — *O curupira e o carão* (em colaboração com Menotti del Picchia e Cassiano Ricardo), ed. Helios Ltda.
- 1927 — *A Literatura gaúcha* — Conferência literária realizada no 'Centro Gaúcho' de São Paulo
- 1931 — *Oriente* (viagem), ed. do autor
(4ª ed., in OBRAS COMPLETAS, vol. XVIII)
- 1931 — *O esperado* (romance), Comp. Editora Nacional
(5ª ed., in OBRAS COMPLETAS, vol. XII)
- 1933 — *O cavaleiro de Itararé* (romance), ed. Unitas
(4ª ed., in OBRAS COMPLETAS, vols. XIII e XIV)
— *O que é o Integralismo* (política), Schmidt ed.
(3ª ed., in OBRAS COMPLETAS, vol. IX)
- 1934 — *A voz do oeste* (romance histórico), ed. José Olympio
(4ª ed., in OBRAS COMPLETAS, vol. XIV, 5ª ed., Editora Voz do Oeste-INL, 1978)
— *O sofrimento universal* (filosofia e sociologia), ed. José Olympio
— *Psicologia da revolução* (filosofia e política) ed. Civilização Brasileira
(5ª ed., in OBRAS COMPLETAS, vol. VII)
- 1935 — *A quarta humanidade* (temas filosóficos), ed. José Olympio
(4ª ed., in OBRAS COMPLETAS, vol. V)
- 1935 — *Despertemos a nação* (política), ed. José Olympio
(3ª ed., in OBRAS COMPLETAS, vol. X)
- 1935 — *A doutrina do Sigma* (política). Editora Verde-Amarelo, SP.
- 1936 — *Palavra nova dos tempos novos* (temas literários e políticos). ed. José Olympio
(3ª ed., in OBRAS COMPLETAS, vol. VII)
- 1937 — *Nosso Brasil* (brasilidade), ed. Coelho Branco
(2ª ed., in OBRAS COMPLETAS, vol. IV)
— *Geografia sentimental* (brasilidade), ed. José Olympio
(3ª ed., in OBRAS COMPLETAS, vol. IV)
— *Páginas de combate* (política), ed. Livraria Antunes
- 1942 — *Vida de Jesus* (biografia), ed. Panorama, (in OBRAS COMPLETAS, vols. I, II, III e em 20ª ed., Editora Voz do Oeste/INL, 1977).
- 1943 — *A aliança do Sim e do Não* (ensaio histórico, sociológico e religioso), ed. Ultramar, Lisboa
(3ª ed., in OBRAS COMPLETAS, vol VI)
- 1946 — *A mulher no século XX* (sociologia), ed. Tavares Lisboa, Porto
(3ª ed., in OBRAS COMPLETAS, vol. VIII)
— *O Rei dos reis* (história e religião), ed. Pro Domo, Lisboa
4ª ed., in OBRAS COMPLETAS, vol. VI, 5ª ed., in *Primeiro, Cristo!* Editora Voz do Oeste/INL, 1978.

- *Conceito cristão da democracia* (ensaio político-filosófico), ed. Estudo, Coimbra (4ª ed., in OBRAS COMPLETAS, vol. VIII)
- *Primeiro, Cristo!* (religião), ed. Figueirinhas, Porto (3ª ed., in OBRAS COMPLETAS, vol. VI), 4ª ed. Editora Voz do Oeste/INL, 1978
- *A tua cruz, Senhor* (religião), ed. Ática, Lisboa (3ª ed., in OBRAS COMPLETAS, vol. XVII)
- *Como nasceram as cidades do Brasil* (história), Ática, Lisboa (3ª ed., in OBRAS COMPLETAS, vol. XVIII/, 5ª ed., Editora Voz do Oeste/INL, 1978)
- *Madrugada do espírito* (antologia filosófica-política), ed. Ática, Lisboa (3ª ed., in OBRAS COMPLETAS, vol. VII)
- *O Integralismo brasileiro perante a Nação* (política), s/ed., Lisboa (2ª ed., in OBRAS COMPLETAS, vol. IX)
- 1947 — *A imagem daquela noite* (teatro religioso), ed. Gama, Lisboa (2ª ed., in OBRAS COMPLETAS, vol. VIII), 3ª ed. in *Primeiro, Cristo!*, 4ª ed., Editora Voz do Oeste/INL, 1978
- 1947 — *Mensagem às pedras do deserto* (ensaios políticos), Liv. Clássica Brasileira, Rio de Janeiro (2ª ed., in OBRAS COMPLETAS, vol. XV)
- 1948 — *Direitos e deveres do homem* (trabalho apresentado nas Conversações Católicas de San Sebastian, Espanha), Liv. Clássica Brasileira, Rio de Janeiro (3ª ed., in OBRAS COMPLETAS, vol. V)
- *O poema da fortaleza de Santa Cruz* (poesia), ed. de luxo, Guanumbi, São Paulo (2ª ed., in OBRAS COMPLETAS, vol. IV)
- *Extremismo e democracia* (política), ed. Guanumbi, São Paulo
- *Pio IX e o seu tempo*, prefácio à obra de Villefranche, *Pio IX*, ed. Panorama, S. Paulo, 1948, (in OBRAS COMPLETAS, vol. XI)
- 1949 — *O ritmo da história* (ensaios políticos), Liv. Clássica Brasileira, Rio de Janeiro (2ª ed., in OBRAS COMPLETAS, vol. XVI) 3ª ed., Editora Voz do Oeste/INL, 1978
- *Discursos* (seleção), ed. Panorama, São Paulo (2ª ed., in OBRAS COMPLETAS, vol. X)
- 1950 — *São Judas Tadeu e São Simão Cananila* (hagiografia), Liv. Clássica Brasileira, Rio de Janeiro (2ª ed., in OBRAS COMPLETAS, vol. VIII)
- 1951 — *Sete noites de Joãozinho* (literatura infantil), Liv. Clássica Brasileira, Rio de Janeiro
- *Espírito da burguesia* (ensaio sociológico), Liv. Clássica Brasileira, Rio de Janeiro (2ª ed., in OBRAS COMPLETAS, vol. XV)
- 1953 — *O Integralismo na vida brasileira* (política), Liv. Clássica Brasileira, Rio de Janeiro
- 1953 — *As qualidades e as virtudes de Euclides da Cunha* — Síntese de uma conferência proferida em São José do Rio Pardo — na V Semana Euclidiana, em 1953
- 1954 — *Atualidades brasileiras* (in OBRAS COMPLETAS, vol. XVI)
- *Roteiro e crônica de mil viagens* (in OBRAS COMPLETAS, vol. XVIII)
- *Críticas e prefácios* (in OBRAS COMPLETAS, Vol. XIX)
- *Contos e fantasias* (in OBRAS COMPLETAS, vol. XX)
- *Sentimentais* (in OBRAS COMPLETAS, vol. XX)
- *A inquietação espiritual na atualidade brasileira* (in OBRAS COMPLETAS, vol. XVII)
- *Páginas de ontem* (excertos de "A doutrina do Sigma" "Páginas de combate" e "Cartas aos Camisas-verdes", in OBRAS COMPLETAS, vol. X)
- *Viagens pelo Brasil* (in OBRAS COMPLETAS, vol. IV)
- 1955 — *Mensagem ao povo brasileiro*, ed. do autor, Rio de Janeiro
- 1956 — *Livro verde da minha campanha*, Liv. Clássica Brasileira, Rio de Janeiro

- 1957 — *Reconstrução do homem* (filosofia educacional), Liv. Clássica Brasileira, Rio de Janeiro
- 1957-1958 — *Palestras com o povo* — Irradiações na Rádio Globo
- 1961 — *Discursos na Câmara dos Deputados* (seleção), Liv. Clássica Brasileira, Rio de Janeiro
- *Poemas do século tenebroso*, (como o pseudônimo de Ezequiel), Liv. Clássica Brasileira, Rio de Janeiro
- 1962 — *A crise parlamentar* (cinco discursos), ed. do autor, Brasília
- *Como se prepara uma China*, Liv. Clássica Brasileira, Rio de Janeiro
- 1963 — *Imitação de Cristo* (tradução e introdução à obra de Kempis), ed. Verbo, Lisboa
- 1964 — *Instrução Moral e Cívica*, ed. FTD, Rio de Janeiro
- 1969 — *História do Brasil*, 2 vols., ed. FTD, Rio de Janeiro (2ª ed., 1972, ed. FTD)
- 1972 — *Trepandé* (romance), ed. José Olympio, Rio de Janeiro
- 1973 — *13 anos em Brasília* (recordações), ed. do autor, Brasília

OPÚSCULOS EDITADOS PELO CONGRESSO NACIONAL

- 1965 — *A batalha do Riachuelo* (como orador oficial do Parlamento Brasileiro nas comemorações de centenário)
- 1967 — *Sol do Oriente, sol do Ocidente* (sobre as relações Brasil/Japão, como orador oficial do Parlamento Brasileiro)
- 1972 — *40º aniversário de lançamento do Manifesto da Ação Integralista Brasileira*
- *O grito do Ipiranga* (por ocasião do Sesquicentenário da Independência)
- *A semana de Arte Moderna* (nas comemorações do 50º aniversário)
- 1973 — *Origens e evolução do parlamento* (sesquicentenário do Legislativo)
- 1975 — *Despedida do Parlamento*

III

Pequeno roteiro de pesquisa sobre a vida e obra de Plínio Salgado

Nota de esclarecimento — Considerando-se não ser possível proceder-se de imediato ao levantamento bibliográfico completo acerca de Plínio Salgado, a *Editora Voz do Oeste* relaciona aqui alguns trabalhos que analisam a obra deste escritor sob o aspecto mais literário que político, não obstante, quase sempre, seja impossível estabelecer-se uma separação estanque: o autor de *Vida de Jesus* é o mesmo homem que escreveu *O Estrangeiro* e é o mesmo que deflagrou um grande movimento político, de massas e de inteligência, na história do Brasil. Não se busque, portanto, aqui, mais que um "pequeno roteiro", a ser utilizado por todos aqueles que desejem estudar a vida e o pensamento de Plínio Salgado, e que, pretendendo aprofundá-los no tocante à sua obra máxima, síntese de toda uma vida de ação e de criação intelectual, poderão encontrar valiosos subsídios na bibliografia referente à *Vida de Jesus* (v. 20ª ed., Editora Voz do Oeste. S.P., 1977), assim como, na 5ª edição de *Como Nasceram as Cidades do Brasil*, os trabalhos de Euro Brandão, João Ameal e Tasso da Silveira.

Adonias Filho. Pronunciamento de, in sessão do Conselho Federal de Cultura, Rio de Janeiro

Amândio César. *Literatura pelo caminho*, ed. 4 Ventos, Lisboa, 1958

Andrade Murici. *A nova literatura brasileira*, ed. Globo, Porto Alegre, 1936

- 1957 — *Reconstrução do homem* (filosofia educacional), Liv. Clássica Brasileira, Rio de Janeiro
 1957-1958 — *Palestras com o povo* — Irradiações na Rádio Globo
 1961 — *Discursos na Câmara dos Deputados* (seleção), Liv. Clássica Brasileira, Rio de Janeiro
 — *Poemas do século tenebroso*, (como o pseudônimo de Ezequiel), Liv. Clássica Brasileira, Rio de Janeiro
 1962 — *A crise parlamentar* (cinco discursos), ed. do autor, Brasília
 — *Como se prepara uma China*, Liv. Clássica Brasileira, Rio de Janeiro
 1963 — *Imitação de Cristo* (tradução e introdução à obra de Kempis), ed. Verbo, Lisboa
 1964 — *Instrução Moral e Cívica*, ed. FTD, Rio de Janeiro
 1969 — *História do Brasil*, 2 vols., ed. FTD, Rio de Janeiro
 (2ª ed., 1972, ed. FTD)
 1972 — *Trepandê* (romance), ed. José Olympio, Rio de Janeiro
 1973 — *13 anos em Brasília* (recordações), ed. do autor, Brasília

OPÚSCULOS EDITADOS PELO CONGRESSO NACIONAL

- 1965 — *A batalha do Riachuelo* (como orador oficial do Parlamento Brasileiro nas comemorações de centenário)
 1967 — *Sol do Oriente, sol do Ocidente* (sobre as relações Brasil/Japão, como orador oficial do Parlamento Brasileiro)
 1972 — *40º aniversário de lançamento do Manifesto da Ação Integralista Brasileira*
 — *O grito do Ipiranga* (por ocasião do Sesquicentenário da Independência)
 — *A semana de Arte Moderna* (nas comemorações do 50º aniversário)
 1973 — *Origens e evolução do parlamento* (sesquicentenário do Legislativo)
 1975 — *Despedida do Parlamento*

III

Pequeno roteiro de pesquisa sobre a vida e obra de Plínio Salgado

Nota de esclarecimento — Considerando-se não ser possível proceder-se de imediato ao levantamento bibliográfico completo acerca de Plínio Salgado, a *Editora Voz do Oeste* relaciona aqui alguns trabalhos que analisam a obra deste escritor sob o aspecto mais literário que político, não obstante, quase sempre, seja impossível estabelecer-se uma separação estanque: o autor de *Vida de Jesus* é o mesmo homem que escreveu *O Estrangeiro* e é o mesmo que deflagrou um grande movimento político, de massas e de inteligência, na história do Brasil. Não se busque, portanto, aqui, mais que um "pequeno roteiro", a ser utilizado por todos aqueles que desejem estudar a vida e o pensamento de Plínio Salgado, e que, pretendendo aprofundá-los no tocante à sua obra máxima, síntese de toda uma vida de ação e de criação intelectual, poderão encontrar valiosos subsídios na bibliografia referente à *Vida de Jesus* (v. 20ª ed., Editora Voz do Oeste. S.P., 1977), assim como, na 5ª edição de *Como Nasceram as Cidades do Brasil*, os trabalhos de Euro Brandão, João Amical e Tasso da Silveira.

Adonias Filho. Pronunciamento de, in sessão do Conselho Federal de Cultura, Rio de Janeiro

Amândio César. *Literatura pelo caminho*, ed. 4 Ventos, Lisboa, 1958

Andrade Murici. *A nova literatura brasileira*, ed. Globo, Porto Alegre, 1936

- Beraldo, S. J., Carlos. *Plínio Salgado*, verbete in ENCICLOPÉDIA FILOSÓFICA, Centro de Estudos Filosóficos de Gallarate, Firenze (Itália), 2ª ed., 6 vols., 1968-1969
- Coutinho, Afrânio. *A literatura no Brasil*, 4 vols., Rio de Janeiro, ed. Sul-Americana, 1955-1959
- Cunha, Fernando Whitaker da. *Democracia e Cultura*, 2ª ed., Forense, Rio de Janeiro, 1973
- Diversos. *Para onde vai o Brasil?*, Renascença ed., Rio, 1933
- Diversos. *Plínio Salgado*, ed. da revista Panorama, São Paulo, 1937
- Diversos. *Plínio Salgado — 1895-1975* (depoimentos de Oswaldo Zanello, A. H. Cunha Bueno e Agostinho Rodrigues), Câmara dos Deputados, Brasília, 1976.
- Diversos. *Enciclopédia do Integralismo* (11 volumes), Edições GRD — Liv. Clássica Brasileira, Rio de Janeiro, 1956-1959
- Dorea, Augusta Garcia Rocha. *O romance de Plínio Salgado*, 2ª ed., IBRASA, S.P., 1978
- Freyre, Gilberto. *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*, ed. Casa do Estudante do Brasil, 2ª ed., Rio, 1942
- Gracioti, Mario. *Europa tranqüila*, ed. Clube do Livro, 4ª ed., São Paulo, 1959
- Grieco, Agrippino. *Evolução da prosa brasileira*, in OBRAS COMPLETAS, José Olympio, Rio de Janeiro, 1948
- Medeiros, Jader. *A força de um pensamento*, edição da UOCB, Rio de Janeiro, 1973
- Nestor Vitor. *Os de hoje*, in OBRA CRÍTICA, vol. II, Ministério da Educação e Cultura, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 1973
- Reale, Miguel. Pronunciamento de, In sessão do Conselho Federal de Cultura, Rio de Janeiro.
- Sacerdos. *O homem integral*, Liv. Clássica Brasileira, Rio de Janeiro, 1957.
- Saldanha, Nelson. *História das idéias políticas no Brasil*, Univ. Federal de Pernambuco, 1968
- Salim, Emilio José. *Ciência e Religião*, 2ª ed. ampliada, Escolas Profissionais Salesianas, São Paulo, 1941
- Silveira, Alarico. *Enciclopédia brasileira*, INL, Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro, 1958
- Silveira, Tasso da. *Diálogo com as raízes*, GRD/MEC, Salvador, 1971
- Ricardo, Cassiano. *Viagem no Tempo e no Espaço*, José Olympio, Rio de Janeiro, 1970
- Picchia, Menotti del. *A longa Viagem*, Martins, São Paulo, 1970.

IV

Análises recentes da obra de Plínio Salgado

Avoluma-se, no Brasil, com caráter de seriedade — mas que não deixa de ser uma pseudo-seriedade, pelo partidarismo político de que se reveste e pela unilateralidade da análise — o número de volumosos trabalhos de autores marxistas, católicos progressistas, ex-integralistas, etc..., a respeito da obra de Plínio Salgado. Não poderíamos, em respeito à produção intelectual alheia — mesmo de adversários quase sempre isentos de boa fé —, deixar aqui de registrá-los, devendo, evidentemente, serem eles analisados com as devidas reservas, pois são pesquisadores que, descobrindo a obra de Plínio Salgado, ou reavaliando-a hoje sob prismas ou emoções diferentes das emoções e prismas de ontem — e sentindo a sua extraordinária força de criação político-social, traduzida no mais seguro dos roteiros para a garantia presente e futura da nacionalidade brasileira — descobrindo essa obra, ou tomando posição contra ela quando anteriormente a defendiam, se propõem a destruí-la inexoravelmente, através de distorções e comparações descabidas e de conclusões preconceituosas, o que os leva, aliás, a divergirem entre si, como é o caso de J. Chasin e H. Trindade.

Alguns dos autores abaixo relacionados são pesquisadores que não se sentem suficientemente fortes para rasgar a máscara de ferro imposta pela propaganda do DIP getuliano à fisionomia pliniana; outros são incapazes de escapar aos pronunciamentos ditados pelo tribunal de exceção vigente no Estado Novo, e os restantes, acorrentados aos chavões dogmáticos do marxismo internacional — tão velhos e comprovadamente incapacitados de atender aos objetivos mínimos que a dignidade humana pode exigir —, mesmo a eles se convertendo em nossos dias, dias de Gulags nazistas ou comunistas (e tão brilhantemente defendidos por Antonio Cândido no prefácio à volumosa obra de Chasin!), todos devidamente inabilitados, portanto, para analisar a imensa produção de Plínio Salgado tal como ela foi elaborada e vivida, dentro de nossa realidade e especificamente para ela, isto é, para a realidade brasileira de nosso tempo.

São os seguintes, os livros e seus autores, aos quais estamos nos referindo:

- Carone, Edgard. *Revoluções do Brasil contemporâneo*, Desa, S.P., s/d.; *A República nova*, Difel, S.P., 1974.
- Chasin, J. *O Integralismo de Plínio Salgado*, Liv. Ed. Ciências Humanas Ltda., S. P., 1978.
- Corbisier, Roland. *Filosofia e Crítica radical*, Liv. Duas Cidades, S.P., 1976.
- Lima, Alceu Amoroso, *Revolução suicida*, Editora Brasília, R.J., s.d.
- Lustrosa, Oscar de Figueiredo. *A Igreja e o Integralismo no Brasil, 1932-1939*, in "Revista de História", S.P., vol. LIV, nº 108, 1976.
- Medeiros, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil 1930/1945*, Fundação Getúlio Vargas, R. J., 1978.
- Schooyans, Michel. *Destin du Brésil*, Duculot, Belgique, 1973.
- Silva, Hélio. *Terrorismo em campo verde*, Civ. Brasileira, R.J., 1971.
- Trindade, Hégio. *Integralismo, o fascismo brasileiro da década de trinta*, DIFEL, S.P., 1976.

Vinda de um ex-líder integralista, não podemos deixar de relacionar aqui a entrevista concedida pelo filósofo Miguel Reale e publicada no primeiro caderno de *O Estado de São Paulo*, em sua edição dominical de 14/5/1978, depoimento honesto e isento de paixões, cuja leitura se torna indispensável a todos os que pretendam mergulhar no significado do Integralismo, "cuja pregação de idéias deu ao Brasil as sementes da sua nova consciência cívica" — nas palavras de San Tiago Dantas, ao saudá-lo em determinado momento do pós-guerra (V. *Palavras de um professor*, Forense, 1975, com apresentação de Afonso Arinos de Melo Franco, pág. 145).

Gumercindo Rocha Dorea

NOTA: Esta biobibliografia de Plínio Salgado é essencialmente dinâmica, o que implica em ser reelaborada e acrescida em cada obra publicada pela Editora Voz do Oeste Ltda. No próximo volume, por exemplo, *PRIMEIRO, CRISTO!*, novos títulos sobre a vida e obra de Plínio Salgado a ela serão incorporados, e assim sucessivamente, dependendo sempre da melhor informação que chegar ao nosso conhecimento.

O RITMO DA HISTÓRIA

MASTERS OF CEREMONY

I Parte

SOBRE A MARCHA DOS HOMENS
E DAS NAÇÕES

O RÍTMO DA HISTÓRIA

Quem observar atentamente o panorama da História, desde os tempos primitivos aos dias que vivemos, notará que a longa crônica dos acontecimentos políticos universais obedece a um ritmo permanente de agregação e desagregação, de soma e subtração, ora se exprimindo nos lineamentos dos grandes impérios, ora se manifestando no tumulto das mais variadas diferenciações de grupos humanos.

Já Salomão no *Eclesiastes* ponderou que há o tempo de juntar pedras e o tempo de espalhar pedras; nem de outra forma têm os povos procedido na sua marcha através dos séculos.

Organizam-se os primeiros grupos familiares em torno da figura patriarcal; as famílias se entrelaçam e constituem a tribo; as tribos se juntam, formando a nação; a nação se desenvolve, se expande, busca novos espaços geográficos e tende a predominar sobre outras, organizando um império. E quando o império atinge o seu apogeu, começam nele a atuar, em sentido divisionário, aquelas mesmas forças que entraram na sua composição. E a História recomeça.

Parece haver nesse ritmo dos sucessos humanos um im-

positivo sentido de equilíbrio, impedindo que o Homem a si próprio se destrua, sufocando-se debaixo do edifício social e político por ele mesmo construído.

* * *

O Homem parte de si mesmo e, na ânsia da sua própria afirmação e da sua própria expressão, constrói a Família; mas esse primeiro grupo natural não lhe basta nem atende, sozinho, aos reclamos da sua defesa contra a possível agressão externa; e a soma de várias famílias constitui o clã, ou o conjunto tribal, mais aparelhado à manutenção recíproca das famílias componentes.

No instante em que duas ou três famílias se reúnem para a formação da Tribo, realiza-se uma cessão de certos direitos familiares em favor do conjunto das famílias; e a extensão da cedência traduz-se na tábua dos deveres aos quais cada família se submete. É uma ampliação da mesma atitude assumida anteriormente pelo membro da família, quando esta se constituiu; os filhos, a esposa, o próprio patriarca restringiram seus impulsos volitivos, em favor da comunidade doméstica. Houve uma diminuição do egoísmo, que desde logo se manifesta quando se reparte junto ao lume do lar a carne do animal caçado por um dos membros da família, ou quando pais e filhos se unem e se submetem na gleba para lavrar, plantar, colher. Essa subtração de liberdades individuais em favor da autoridade familiar vai reproduzir-se na formação da tribo, pela subtração de certas liberdades familiares em favor da autoridade tribal.

Mas quando a tribo verifica ser-lhe impossível sustentar-se no meio de outras que lhe são adversas, então opera-se — ou em conseqüência de luta armada, ou de acordo tácito — a união de várias tribos. E, aí, certas prerrogativas do poder tribal são alienadas em benefício do conjunto de tribos ou daquilo que já poderemos chamar — a Nação.

Em todo esse processo, notamos uma subtração de im-

pulsos volitivos, de arbítrios inicialmente individuais, depois familiares e finalmente tribais, produzindo uma "quantidade" de direitos que passam a ser exercidos pela comunidade nacional e que correspondem a certas "quantidades" de deveres, individuais, familiares e tribais. A Nação começa efetivamente a existir.

* * *

Outras Nações também existem, formadas pelo mesmo processo. Como consequência, aparece a necessidade das relações internacionais. Estas podem ser pacíficas ou belicosas. A História dos povos helênicos (jônios, eólios e aqueus) no período anterior à chamada civilização micênica; a das origens góticas, tão largamente estudadas na obra monumental de Olavo Magno, o arcebispo upsalense; a dos primórdios dos egípcios e caldeus; e de um modo especial as narrativas do Gênesis, mostram-nos uma sucessão de guerras ou de alianças, em que as Nações, muitas vezes ainda mal esboçadas, entrelaçam-se, destroem-se ou confundem-se. Desse entrelaçamento, destruição ou fusão, nascem os Impérios.

No Império, tal como se deu nas fases anteriores do processo histórico, efetiva-se a alienação de certos direitos, de certas prerrogativas nacionais. A própria Nação hegemônica, isto é, aquela que, por circunstâncias da paz ou da guerra, exerce o governo da comunidade das Nações, abre mão de certas exigências, em relação aos seus súditos e aos súditos das Nações subordinadas, enfraquecendo-se "nacionalmente", para fortalecer-se "imperialmente".

Observa-se que, no percurso dessa evolução histórica, à proporção que o Homem vai do indivíduo à família, da família à tribo, da tribo à nação, da nação ao império, as personalidades iniciais vão readquirindo certos direitos anteriormente alienados em favor da imediatamente superior, em "quantidades" equivalentes à soma das prerrogativas cedidas pela família à tribo, pela tribo à nação, pela

nação ao império. Tanto maior a área da comunidade, tanto menor a coação exercida pelo império à nação, pela nação à tribo, pela tribo à família, pela família ao indivíduo. Alongando-se a distância entre o “sujeito de autoridade” e o “sujeito de liberdade”, aquele principia, por sua vez, a alienar praticamente apreciáveis somas de poderes teoricamente sustentados.

Essa cessão de direitos por parte da Nação hegemônica faz-se sentir em relação ao próprio povo que a constitui. Permitindo às Nações dominadas o culto dos seus deuses, a manutenção da língua, dos costumes tradicionais, a aplicação das suas próprias leis, a Nação que exerce a hegemonia no Império terá de permitir aos seus próprios nacionais a liberdade de render homenagem a quaisquer deuses, de usar as roupas e a alimentação dos povos dominados, de conhecer as suas artes e praticá-las, de cantar suas canções e dançar suas danças. Pois se tais direitos não fossem concedidos aos súditos da Nação hegemônica, estes seriam colocados em situação de inferioridade em face dos súditos das Nações submetidas, aos quais seria erro grave não permitir o conhecimento e a prática da cultura, da língua, das artes dos seus dominadores. Erro evidentemente grave, porque se cometido, os povos dominados se cristalizariam no seu nacionalismo, o que seria permanente ameaça ao Império.

O enfraquecimento do caráter nacional da Nação dominadora corresponde a igual enfraquecimento de cada Nação dominada em relação aos seus súditos. O reconhecimento de uma autoridade superior importa na diminuição da imediatamente inferior. E, assim, como a Nação anulou a Tribo, o Império, de certa forma, anula as nações.

É o princípio do retorno histórico.

* * *

Não tomaremos aqui em linha de conta as reações das nacionalidades contra o Império. Para o estudo que esta-

mos procedendo, mais amplo e profundo, do ritmo da História Humana, essas reações não passam de meros fatos episódicos de inadaptação nacional às condições de uma situação imperial. As guerras de independência, já nos remotíssimos tempos dos Assírios e Babilônios, dos Persas, das batalhas no Peleponeso, da expulsão da dinastia dos hicsos no Egito, ou posteriormente as insurreições dos gaulezes de Vercingetorix, ou dos lusitanos de Viriato, são movimentos nacionais mais tarde ultrapassados pela consolidação do Império Romano. Apreciaremos, portanto, para o efeito do que julgamos poder demonstrar, o próprio desenvolvimento do ciclo de formação, fastígio e decadência da idéia do Império.

Tomemos o Império na sua plenitude, isto é, na dominação de numerosos povos, na intercomunicação dos seus costumes, na padronização de um tipo de civilização comum. Verificamos que a Nação dominadora perdeu gradualmente o seu caráter próprio. Ela já não cultua os mesmos deuses de seus ancestrais, porque “conquistou” novos deuses aos quais ergueu templos, ou consentiu que outros erguessem, como acontecia com os de Isis em Roma, face a face aos de Vênus e Minerva; ela já não se veste nem se alimenta com as roupas e comidas de seus avós, porque a curiosidade e a moda uniformizou todo o Império; ela já não pensa, daquele modo que lhe era peculiar, pois conheceu os pensadores e filósofos de outros climas, que lhe enriqueceram o cabedal de conhecimentos; a sua política já não é pautada por aquele padrão dos repúblicos austeros, que transmitiram todo um código de moral nacional, porque, de início, foi lançada a dúvida sobre a superioridade da ética nacional, em relação a outros conceitos alienígenas, e finalmente, a dúvida pesou também sobre estes, de sorte que triunfou um amoralismo absoluto. Ora, a permanência da personalidade nacional funda-se em princípios de moralidade tradicionalmente cultivados; e quando esses princípios são substituídos pelas exigências do êxito pessoal, a Nação praticamente deixou de existir.

Nesse momento, depauperadas todas as Nações que formam o Império, isto é, o governo super-nacional, que a todas impõe normas uniformes de convívio, opera-se como que um retorno do Homem ao individualismo mais desenfreado. O Estado super-nacional destruiu a autoridade das nações; estas, que condensavam normas éticas nas leis e nos costumes, mediante as quais sustentavam os interesses legítimos das famílias que subsistiram ao desaparecimento dos grupos tribais, deixam de exercer a ação benéfica e defensora daquela sociedade natural; a família, por seu turno, sem base na tradição nem amparo numa legislação enraizada na própria história nacional, decompõe-se gradativamente; e os dois elementos extremos encontram-se isolados frente a frente: o Império e o Indivíduo.

Sem anteparos de qualquer espécie, saltando por cima da família e da nacionalidade, os indivíduos se internacionalizam e agem segundo uma consciência de puro egoísmo. E esse mesmo individualismo, que saltou por cima da tradição familiar e da dignidade nacional, começa a constituir também o elemento desagregador do próprio Império.

* * *

A imensa obra política principia a desmoronar. Sendo o Império uma idéia mais longínqua do que a idéia de Nação, o indivíduo não se emociona por ela, não se sente obrigado a ela. Essa idéia do Império passa a ser uma ficção, que não tem força para substituir a realidade concreta de cada Pátria. Ninguém vai lutar ou morrer, de bom grado, por uma fantasia, puramente cerebral, sem correspondência com os sentimentos gerados pelo contato imediato. O indivíduo, por conseguinte, desonera-se de qualquer noção de “deveres” para só reclamar “direitos” e finalmente para impor o seu próprio arbítrio.

Tão geral individualismo decorrente do excesso de “áreas de comunidade”, cria uma psicologia específica das

fases imperiais da História. Se o súdito não se sente obrigado ao sacrifício em prol de uma abstração, do mesmo modo o governante não se sente obrigado a nenhuma restrição do seu poder, pois a coação restritiva tornou-se também para ele longínqua e ineficaz. O Estado, ou César, torna-se arbitrário, tirânico. O mesmo egoísmo que domina e governa o homem da mais desprotegida classe social, impera e decide na vontade onipotente do César. O Império perde, assim, a sua estrutura, a sua vitalidade.

Os inimigos externos, ou seja aqueles povos que não foram conglomerados sob o cetro imperial, percebem que é o momento da invasão. Do fundo daquelas florestas que estão além do Reno, naquelas paragens frígidas jamais ultrapassadas pelas legiões de Júlio, de Augusto, de Germânico, de Tibério ou de Cláudio, surgem homens cingindo aos rins as peles dos leopardos e trazendo sobre as cabeças, ornadas de longos cabelos e longas barbas, os capacetes bicornes que reluzem ao sol quando a primavera dissolve os gelos dos montes e a neve dos pinheiros.

Esses bárbaros cuja permanência ao longo do Danúbio e do Vístula impediu durante séculos que se rompesse o dique das estepes por onde se despejariam as hordas asiáticas, eis que se deslocam para o ocidente. O Império desaba. Não há mais Nações para resistir; só há o Império que destruiu as Nações e, com elas, as próprias forças de resistência da formidável construção política.

A guerra é fenómeno, antes de tudo, sentimental. Fá-la a Nação, porque a Nação é, em última análise, a ordem jurídica de um sentimento comum; não a faz o Império, porque o Império, em última análise, é a ordem política de uma idéia puramente abstrata. Não haverá, portanto, defensiva possível. Os povos invasores vêm estimulados pelo sentimento de nacionalidades nascentes; os povos invadidos acham-se entibados pela ausência na sua alma daqueles motivos de emoção que transformam o homem em guerreiro. É verdade que aquelas gentes invasoras, apesar dos seus senados e das leis com que se regem, ainda não

cristalizaram, de um modo perfeito, uma forma nacional; mas a nação vem surgindo neles, com a força de todas as idéias nascentes, que ainda embebem suas raízes no sentimento.

Foi desse modo que se destruiu o Império Romano. Será sempre desse modo que se destruirão os Impérios fundados na terra, mesmo os da época do avião e da bomba atômica.

* * *

Então, a Humanidade volverá à desagregação política. E passa pelos mesmos ciclos: o feudalismo, a centralização monárquica, o encontro, de novo, com a idéia nacional, realizando o nacionalismo, depois e novamente o Império, e outra vez a desagregação. E nenhum Império subsistirá.

Ainda mesmo que seja um Império baseado numa ideologia; ainda mesmo que seja um Império baseado num sistema econômico universal; ainda mesmo que seja um Império imposto pela força dos mais ricos ou dos mais tecnicamente armados. Porque nenhuma abstração pode predominar sobre realidades humanas. E o Império é uma abstração.

Não importa que o feudalismo do futuro não seja um feudalismo de barões nos seus castelos, mas um feudalismo de banqueiros ou de magnatas da indústria, ou mesmo um feudalismo de burocratas numa forma universal de socialismo. Esse feudalismo virá no momento em que se manifestarem os primeiros sinais da decomposição universal dos impérios fundados na era da máquina.

A tendência do Homem é voltar às suas bases naturais. Ele quer viver e governar-se de acordo com as realidades concretas, tangentes, que vê ao seu alcance. Se construiu a Família, foi para defender-se; se reuniu a Família a outras, na Tribo, foi para defender a sua e as outras, em comunidade de interesses; se reuniu as Tribos e formou a Nação, foi para que esta garantisse ao Homem, e à sua Família, o cumprimento de leis assecuratórias dos sagrados

direitos naturais; e se quis o convívio das Nações, foi para assegurar a paz e a continuidade de cada um desses grupos humanos.

Mas o Homem tende a um fim sobrenatural e todos os direitos que reclama são no sentido de cumprir aqueles deveres inerentes ao seu fim supremo; desta sorte, ele não se conformará jamais com a tirania de cada uma daquelas construções que edificou para seu próprio bem. Se a Nação se hipertrofia e se torna tirânica, ferindo aqueles direitos inalienáveis cujo exercício é dever do ente humano, o Homem se rebela contra essa hipertrofia e clama pela sua liberdade. E se o Império, sob qualquer das suas formas antigas ou atuais, pretender destruir a Nação ou a Família do Homem, este se levanta e protesta pelos seus direitos.

Será inútil, portanto, o sonho de todos os imperialistas. Os Impérios passam, o Homem retorna a si mesmo, e, contemplando esse ritmo da História, o olhar de Deus Criador se compraz verificando que o ente que Ele fez, à sua imagem e semelhança, pode errar no exagero de suas construções, mas sabe sempre reconsiderar nas crises dolorosas em que é ferida a sua liberdade e a sua personalidade.

FÊNIX E SUAS CINZAS

Temos chegado, ao cabo de vinte séculos de Cristianismo, à plenitude de uma civilização em que predomina, avassaladoramente, o conceito materialista da Vida e da História. Após o alvorecer da Boa Nova, que foi precedida, ao mesmo tempo, em dezenas de séculos anteriores, pelo espiritualismo dos Profetas e pelo racionalismo dos filósofos da Antiguidade pagã, abriu-se a fase essencialmente teológica da cultura patrística, que traçou os meridianos de uma nova ética e fixou as balisas do conhecimento segundo o critério interpretativo da Revelação.

Esse período pode-se dizer que se alargou por mais de mil anos, até quando, no fastígio da Idade Média, realiza-se o encontro da Filosofia e da Teologia, da Grécia e de Israel, do *Organon* de Aristóteles e dos textos evangélicos. Mas, no fastígio dessa conciliação da técnica do raciocínio helênico e da logicidade histórica da fé cristã, em que resplandecem as figuras gigantescas de Raimundo Lúlio, São Boaventura e, sobretudo, Santo Tomás de Aquino, ou do seu émulo Duns Scott, já aparecem os primeiros sinais do critério científico, predominando com seus métodos de investigação da natureza, numa tendência a absorver os misteres da filosofia pura. O cientifismo de Santo Alberto

Magno, mestre de Santo Tomás, vai encontrar em Rogério Bacon o precursor do experimentalismo e em Guilherme Occam o teorizador do nominalismo, a preparar, quatro séculos antes, os caminhos ao criticismo kantiano.

É, entretanto, nos fins do século XVI, que um outro Bacon (Lord Francisco), estabelece os fundamentos definitivos do método experimentalista, contrapondo ao *Organum* aristotélico o seu *Novum Organum*. Foi, por assim dizer, o último pensador da Renascença e o primeiro dos tempos modernos, no que concerne aos métodos do raciocínio. Do ponto de vista da conceituação do Universo e do Homem, a exercer grande influência nas correntes materialistas dos séculos posteriores, podemos tomar Hobbes como um marco primordial do amoralismo utilitário cuja fonte maior em que se abeberam os nossos dias atuais é, sem dúvida, David Hume.

* * *

Os séculos XVII e XVIII multiplicaram os sistemas, os métodos, as escolas que submeteram a compreensão e interpretação do Universo e da Vida, da origem e do destino do Homem, ao veredictum proferido pelo próprio orgulho humano. Pois ainda os próprios empiristas, fenomenistas, sensualistas e utilitaristas, quando negam todo o poder à inteligência para se eximir ao imperativo dos sentidos e da experiência, esquecem-se de que, nessa negação vai uma afirmação arbitrária que é pura criação da mesma inteligência.

Do binômio Religião-Filosofia, que exprime toda a cultura medieval, passa-se no período Renascentista ao trinômio Religião-Filosofia-Ciência; mas no século XVIII, como consequência de Hobbes, de Descartes, de Spinoza, de Locke, de Hume principalmente, que atuaram no século XVII, eis que o primeiro termo do trinômio vai sendo posto de lado, para dominar já então, a fórmula Filosofia-Ciência. É a fase dos Enciclopedistas, em que impera o

naturalismo de Rousseau e o materialismo de Holbach e de Helvetius.

Embora, num supremo esforço, a Filosofia tente sobrelevar-se à Ciência, produzindo, na transição do século XVIII para o XIX, a plêiade de pensadores e sistematizadores de que Emanuel Kant é o grande centro irradiador, o predomínio da Ciência sobre a Filosofia vai se tornando cada vez mais despótico. O utilitarismo de Hobbes, o empirismo de Locke, o sensualismo de Condillac, o fenomenismo de Hume, ressurgem, sob novas formas, nos utilitaristas ingleses, nos materialistas franceses e alemães, nos pragmatistas americanos, e notadamente nos dois positivismos, de Comte e de Spencer, trazendo, como consequência, a desmoralização completa da Filosofia, que se submete ao arbítrio do critério científico. A Ciência, agnóstica, desinteressada, super-ética, absorve, por fim, nos tempos modernos, todas as prerrogativas da Filosofia. Une-se, primeiro, com esta; vai, em seguida, conquistando-lhe os espaços, constrangendo-a, sufocando-a, matando-a.

O desenvolvimento das faculdades ideogênicas do Homem e dos seus conceitos de moralidade processou-se pela forma que podemos exprimir esquematicamente:

- Monômio:* Religião (período patrístico).
- Binômio:* Religião-Filosofia (Idade Média).
- Trinômio:* Religião-Filosofia-Ciência (Renascença).
- Binômio:* Filosofia-Ciência (Idade Moderna).
- Monômio:* Ciência (dias contemporâneos).

* * *

Evidente que não me refiro às variantes, ou aos homens, fatos ou correntes de pensamento, que se manifestaram, ou se manifestam, em contemporaneidade histórica daquelas fórmulas gerais; ponho em equação as mais sensíveis predominâncias do pensamento humano através dos séculos, as quais se tornam evidentes, não só pela observação

dos acontecimentos sociais que precedem o nosso tempo, mas pelo sentido da própria vida que vivemos hoje.

Em conclusão: vinte séculos decorridos depois da Paixão e Morte, Ressurreição e Ascensão de Jesus Cristo, a Humanidade desligou-se, pouco a pouco e, por fim, de modo completo, dos seus deveres para com Deus. E pretendendo hoje deduzir as leis morais da Ciência, a qual perdeu o sentido ético decorrente da sua subordinação à Filosofia, que, por sua vez, perdera a sua fonte vital por haver desprezado, orgulhosamente, as Verdades Eternas, esta nossa Humanidade do século XX mergulhou na confusão e na treva, onde se agitam as formas fantasmais efêmeras e mudáveis de uma Moral baseada em justificações insubsistentes.

A Ciência dos Homens, enquanto ligada aos princípios filosóficos e às normas religiosas, era alguma coisa viva como os próprios Homens. Dir-se-ia que participava dos anseios humanos, dos objetivos humanos da felicidade, da consciência dos deveres e dos direitos da Criatura de Deus, feita à sua imagem e sua semelhança. Mas desde que a Ciência deixou de ser a servidora da Filosofia, para se tornar o senhor absoluto, ela perdeu o seu caráter de humanidade, tornando-se despótica sem se lembrar de que, segundo as suas próprias teorias experimentalistas, está sujeita a mudar periodicamente, e muitas vezes em tempos mínimos, os conceitos que adota e pretende impor tiranicamente.

Ao cabo de meio século de pesquisas, descobertas, invenções e aperfeiçoamento técnico, aceleradas ao máximo, num domínio cada vez mais crescente da Natureza, a Ciência foi perdendo a fé em si mesma no que concerne a deduzir de suas hipóteses as regras morais com que se devam reger indivíduos, grupos de indivíduos e povos, na objetivação da sua felicidade. E tendo chegado, pelo que desvendou na fisio-psicologia humana, na biologia e nos fenômenos físicos, à conclusão de que nada explica os “por que” e os “para que” de onde se infiram postulados pelos

quais se guiem os homens e as nações, a Ciência declarou-se agnóstica, isto é, completamente indiferente aos problemas da origem e da finalidade do Universo e desse maravilhoso microcosmos, que é o Homem.

O conceito de Wilde sobre a Arte, que ele considerou acima do Bem e do Mal; as normas poéticas dos parnasianos da escola de Lecomte e de Heredia, que punham na fatura do verso e na sua perfeição a única finalidade da Poesia; a reação contra o "assunto", no exclusivismo técnico dos pintores e escultores modernos; esses fenômenos essencialmente burgueses e expressivos das "torres de marfim" e das "flores de estufa" assinaladoras do esplendor e começo de decadência da civilização capitalista — encontraram o seu equivalente numa Ciência sem objetivo, que não sabe para onde vai.

Nos fins do século XIX, quando Flaubert gastava cinco anos a burilar os seus romances e os poetas procuravam os primores do estilo e do ritmo, só se ouvia o clamor dos ouvires da frase, lançando o lema da "Arte pela Arte". E agora, decorridas cinco décadas, ouvimos a mensagem dos investigadores dos segredos da Natureza, a desfraldar no mundo a bandeira da "Ciência pela Ciência".

E, do mesmo modo como a Arte se tornara fria e inexpressiva, inhumana, provocando a revolta de espíritos como o de Leon Tolstoi, também a Ciência nos nossos dias desumanizou-se inteiramente e tomou o Homem, não como uma Causa, um Fim, uma Justificação de suas pesquisas, mas simplesmente um campo de experiências, um objeto de investigações, um boneco, afinal, de carne, e sangue, ossos e nervos, mas tão insignificante e mesquinho, que o cientista puro jamais cogita de sua significação e de seu destino.

Quem cogita do Homem não são os cientistas, mas os dirigentes dos Estados. Em benefício dele, Homem? Não, mas em benefício de puras ficções, como a Coletividade, esse monstro que absorve a personalidade humana, ou de realidades brutais, como a dos grupos financeiros. Pois en-

quanto a Ciência pura se alimenta em Bacon e Hume, o Estado se inspira em Hobbes, praticando aberta ou dissimuladamente o despotismo por sua própria conta ou permitindo o despotismo liberalista abeberado em Locke e Rousseau, em detrimento das leis morais.

Essas gerais imoralidades e amoralidades que o utilitarismo egoístico e mesquinho anima, em nosso tempo, fazem dos cientistas míseros lacaios dos tiranos, para os quais trabalham produzindo armas mortíferas e destruidoras da civilização.

Julgando libertar-se da Religião, a Filosofia tornou-se escrava da Ciência; e julgando assumir o poder absoluto, a Ciência escravizou-se aos exploradores das suas descobertas e invenções, que são os detentores do dinheiro ou do poder político dos Estados. E o cientista voltou à situação dos seus predecessores nos tempos do paganismo, os físicos e médicos que se compravam no mercado de escravos da Suburra romana.

Hoje, a Rússia, os Estados Unidos, a Inglaterra, compram cientistas de qualquer nacionalidade. Esses escravos trabalham na investigação dos mistérios nucleares. Tendo sido feita tábua rasa (*"tabula rasa in qua nihil scriptum est"*, como diz a fórmula de Locke), na consciência humana, onde não ficou de pé o mínimo conceito de "fim" no concernente às atividades intelectuais ou práticas do Homem, a Ciência tanto trabalha para o Bem (com Pasteur ou Fleming, ou os que pretendem extrair benefícios da energia atômica para a vida pacífica dos povos) como trabalha para o Mal, preparando a guerra química, a guerra bacteriológica, a guerra dos super-explosivos que arrasam cidades e destroem populações inteiras.

A Ciência Pura é indiferente o uso e abuso das suas descobertas. E como, no campo das investigações bio-fisiológicas, é lançada a mais pavorosa confusão acerca dos conceitos dessa moralidade que se fez utilitária com Ben-

tham e Mill, e científica nas sistematizações evolucionistas de Spencer, não existe hoje um critério para esse tão falado controle da bomba atômica ou da bomba de hidrogênio.

* * *

E como pode haver esse critério moral, se a imoralidade mais impudente domina as assembleias internacionais, onde se diz pugnar por uma democracia verdadeira e pelos direitos naturais inerentes ao Homem, e ao mesmo tempo ali tomam assento Nações que praticam regimens totalitários, como a Rússia e os seus satélites?

Como pode haver esse critério, se o reconhecimento jurídico dos governos se baseia exclusivamente em fatos (e fatos discutíveis) como foi o caso da aceitação pela Inglaterra do falso Estado Chinês, criado pelo assalto de malfeitores abastecidos por uma potência estrangeira e sendo essa potência, cooperante no assalto, um Estado totalitário como jamais houve outro no mundo?

Como pode haver um critério moral para impedir por meios morais a preponderância da violência, se prepondera no mundo a norma de um relativismo jurídico e de um utilitarismo internacional egoístico, a revelar-se todos os dias nos acontecimentos que os jornais revelam?

Como pode haver um critério de ordem internacional sobre a base da moralidade, se não há critério moral nem na ordem interna dos povos perturbados pelas mais variadas e contrastantes doutrinas, nem na ordem familiar, onde falam mais alto a sensualidade, a luxúria, o libertarismo dos costumes, a dissolução do lar doméstico pelos impulsos das paixões a recrutar e a impelir desvarios e crueldades?

E como podem as Nações ser fiéis aos convênios, aos tratados, se os homens que as compõem não são fiéis nem à sua Pátria, nem à sua Família, sendo maus filhos, maus maridos, maus pais, incapazes de manter os mínimos com-

promissos? Como pode, enfim, o Homem, abandonado a si mesmo, resolver os seus problemas?

Desamparado hoje pelos filósofos, desamparado pelos cientistas, desamparado pelos Estados, sem fé, sem moral, sem esperança, sem caridade, o Homem geme no mais extremo desespero . . .

É o fim de uma Civilização que voltou as costas a Deus e pôs o fundamento da sua grandeza no orgulho incomensurável dos Homens,

* * *

Fim . . . Esta impressão de fim avassala hoje todos os espíritos. Vivemos sob a atmosfera pesadíssima do medo. Temos a tirania do Estado Totalitário Socialista, que enterrou já as suas garras sobre numerosas nações, onde suprimiu toda a liberdade humana e onde pratica milhares de assassinios, fazendo correr rios de sangue, a pretexto de depurações necessárias à segurança de governos hediondamente cruéis. Assistimos a esse espetáculo de carnificina, de opressões inenarráveis, de trabalho escravo, de torpezas inomináveis nos campos de concentração, e assumimos a atitude de espectadores apavorados, sem ânimo para reagir em nome dos mais sagrados direitos humanos: porque também temos a possibilidade de uma guerra, que poderá ser catastrófica, se os adversários usarem, uns contra os outros, dos inventos infernais de uma ciência sem alma e sem sujeição a nenhum preceito de ordem moral.

Vivemos uma hora trágica de valorização e de arbítrio da força bruta, com o banimento sistemático de todos os fatores espirituais. Presenciamos a mais tremenda subversão da ordem social, da ordem familiar, da ordem nacional, econômica e política. Sentimos, em proporcionalidade regressiva, a degradação dos legítimos valores humanos, diante da vertiginosa ascensão dos progressos técnicos. Verificamos que tanto mais o Homem crê nas possibilidades técnicas e por elas se entusiasma, tanto menos crê nas possibilidades anímicas do seu próprio ser, entregando-se a uma

espécie de fatalismo que o reduz a simples joguete das circunstâncias criadas pelo progresso material.

Nesse estado de espírito de simples objeto passivo de agentes exteriores, muitas vezes imprevisíveis, o Homem do nosso tempo, perdendo inteiramente a fé no seu poder espiritual de intervir na marcha da História, não apenas se deixa levar pela corrente dos fatos sociais, porém ainda, no que concerne ao seu próprio governo pessoal, abdica o seu trono de Ser Racional e se entrega, inerme e brutalizado, ao despotismo dos seus próprios instintos. Conforma-se ao *standard* de uma inconsequente multidão bestializada à qual adere por incapacidade de reagir.

O Homem moderno é o melancólico demissionário das funções com que Deus o quis enaltecer no exercício de sagrados direitos e na objetivação do mais elevado dos fins. O Homem moderno é um Ser que regressa à condição dos decaídos das cavernas, depois de haver atingido a glória de Príncipe da Criação.

Para fugir à tristeza recôndita da sua alma, esse mísero *Homo Sapiens* desata às gargalhadas. Será um documento impressionante e trágico da nossa época a galeria dos retratos dos estadistas, dos cientistas, dos homens de negócio, dos escritores a arreganhar os dentes em risadas nevróticas.

Nunca, em nenhum período da História, os homens de Estado, ou as personalidades de maior projeção no seu tempo nos apresentaram seus retratos a dar risadas. Corra-se a galeria dos generais, senadores, escritores, reis, imperadores, da Assíria, da Pérsia, do Egito, da Grécia, de Roma; corra-se a fila dos filósofos, dos poetas, dos guerreiros, dos reis da Idade Média; examinem-se as fisionomias dos grandes vultos da Renascença, dos séculos XVII, XVIII e XIX; nenhuma estátua, pintura ou mais recentemente fotografia nos mostram essas personagens rindo.

Não estamos condenando o riso, porque em muitos casos é a expressão saudável do espírito. O riso revela os mais variados estados de alma. Manifesta-se na suavidade dos

puros afetos, na irreprimível hilaridade, na fina ironia, no repulsivo sarcasmo, até na expansão do ódio e da cólera. É espelho de sentimentos e revelação de temperamentos. Não é o riso, em si, que nos causa estranheza.

O que nos espanta é verificar que, no século mais trágico da História, no século em que se destrói, com uma só explosão, uma cidade inteira, como Iroshima, e posteriormente Nagasaki; no século em que os bombardeios aéreos arrazaram monumentos e populações na Europa; no século em que mais de trinta milhões de seres humanos gemem no trabalho escravo dos campos de concentração da Rússia Soviética; no século em que a luta do homem contra o homem assumiu proporções nunca anteriormente conhecidas, seja justamente neste século que Roosevelt tenha inaugurado e os demais homens públicos e estadistas tenham adotado o costume de tirar retratos na plenitude das gargalhadas...

Os faraós do Egito costumavam mostrar-se ao povo, nas grandes solenidades, com máscaras de ouro, onde os traços fisionômicos eram graves e sérios, como a revelar que, acima dos lineamentos humanos do rosto, devia estar a expressão da responsabilidade e do dever, inspirados num senso moral tão definido, que suas linhas não sofrem a mobilidade das paixões, antes se conservam serenas e impassíveis ainda quando o Rei, como ser humano, esteja sujeito aos impulsos de sua condição pessoal.

Depois de tantos séculos decorridos, os estadistas riem. Riem sobre as desgraças do seu tempo.

Sim; é o *Homo Ridiculus*, ou o *Homo Ridibundus*, que se fez jogral e adotou as atitudes dos funâmbulos e palhaços para fugir a trágica realidade da História. É o Homem das boates, dos cassinos, dos teatrinhos alegres e pornográficos, das canções obscenas como as do Carnaval que exploram os temas dos "soros", dos "brotinhos" e das "balzaquianas", ao mesmo tempo satirizando os costumes e refocilando neles. É o Homem-Existencialista, do boulevard de Saint Germain em Paris e das avenidas de todo o mun-

do americanizado ou russificado, ao som de orquestras típicas e coros havaianos, cantigas de Harlem e sambas das Favelas.

* * *

Sim, esse é o Homem do Século XX.

Esse o condenado, que espera, no turbilhão da vida moderna, em que se preocupa exclusivamente com os bens materiais deste mundo, o instante da sua morte trágica.

Espera cantando, dançando, e rindo, e gargalhando, os horrores de um futuro incerto, que pode levá-lo à escravidão mais negra, ou à catástrofe provocada por meia dúzia de bombas de hidrogênio, que tornarão impossível a vida no planeta...

Mas, talvez, chegando ao extremo paroxismo desta civilização sem Deus, e se um pavoroso desastre puser fim ao orgulho insensato dos cientistas, dos estadistas, dos poderosos, dos ricos, dos gosadores, dos malfeitores, dos luxuriosos e de todos os que se agitam nos ventos da Loucura, talvez uma Nova Humanidade recomece.

É o ritmo das ações e reações da História.

Como a Fênix da fábula, o que resta ainda de espiritualidade no Gênero Humano renascerá das cinzas de todo este imenso orgulho, de toda esta soberba impostura dos tempos atuais.

Aquela maravilhosa ave dos desertos egípcios, ao sentir que ia morrer, untava a sua árvore predileta com óleo odorífero e aguardava o instante em que o sol incendiaria a ungida fronde, consumindo galhos e tronco e, com eles, a própria Fênix.

Das cinzas, nascia um ovo e, do ovo, uma nova Fênix, tão esplêndida como a outra, e mais vigorosa e mais vibrante nos seus coloridos e nos dourados de seu topete altaneiro.

Escrevo este capítulo numa quarta-feira de cinzas, depois do tríduo carnavalesco em que os ranchos, os cordões, os préstitos, os bailes, com seus tímbalos, tambores, cuícas, ganzás, pandeiros e instrumentos de sopro e corda, e a va-

riedade multicolor das suas fantasias, e a bizarrice das inversões de indumentária de ambos os sexos, pondo ao avesso instintos e tendências secretas, mal puderam disfarçar uma recondita tristeza popular. Este pensamento evocador da Fênix pousou sobre mim.

Pela manhã, na igreja, enquanto o sacerdote pronunciava as palavras rituais dizendo “Lembra-te homem, que és pó e ao pó tornarás”, ocorreu-me a idéia de que a nossa Civilização cheia de orgulho, se se queimar, como a Fênix, no fogo purificador do sofrimento, poderá reduzir-se às cinzas da Humildade. E, dessas cinzas, renascerá, por certo, uma outra Civilização — a nova Fênix — que resplandecerá em juventude perene e beleza imortal, à luz da Graça, que vem dAquêle que é a própria Luz, “a luz verdadeira, que alumia a todo o homem que vem ao mundo”, conforme diz o versículo do Evangelista de Patmos.

A ESTÁTUA DO MARQUÊS

A estátua do Marquês de Pombal, que se erige no ponto mais alto da Avenida da Liberdade, em Lisboa, se não é um primor artístico isento das restrições de entendidos, pelo menos constitui o monumento de maior volume e intenção majestática a dominar a paisagem urbana da Capital Portuguesa. Sobre um pedestal de vários metros de altura, circundado no terço inferior por estatuária vigorosa a representar em grupos alegóricos a agricultura, a indústria, o comércio, com possantes bois, e campônios, e arados, e carros, e quilhas em movimento, o Sr. Sebastião José de Carvalho, Conde de Oeiras, Marquês de Pombal, Primeiro Ministro de El-Rei Dom José e precursor de todas as Ditaduras modernas, surge no seu traje à Luís XVI, levando pela mão, nem mais nem menos do que um leão, imponentíssimo, porém familiar.

O que se quis significar fazendo o Marquês dar o seu passeio imortal de granito e de mármore, não com um galgo ou um desses exemplares decorativos de cães da Serra da Estrela, mas com uma fera do deserto, ou seja, o próprio rei de todas as feras, é enigma difícil de decifrar. O fato é que o Marquês leva para a imortalidade da História o seu leão domesticado, à maneira dos burgueses do nos-

so tempo que pacatamente passeiam o seu dinamarquês ou o seu alçaciano em tardes suaves ou manhãs ensolaradas.

Ao sopé do monumento, guarnecendo-lhe as faces anterior e posterior, uma figura de mulher em atitude alada de Vitória de Samotrácia, representa a cidade de Lisboa, e outra figura, também feminina, reproduz a imagem de Minerva, ou Palas Atenéia, simbolizando a Ciência.

O visitante da capital lusitana, detendo-se a examinar a glorificação em pedra do maior Ditador da História Portuguesa, acredita, de início, que aquela obra monumental foi ideada e realizada por espíritos que o liberalismo e a democracia do nosso tempo costumam chamar "reacionários", "autoritários", "totalitários" ou "nazi-fascistas"; mas logo boquiabre-se atentando para os dizeres gravados no granito e para certos ornatos no gradil de ferro, percebendo que os erigentes da estátua foram exatamente os liberais, os democratas, os livre-pensadores, os amigos do povo, aqueles enfim que mais gritam contra tiranias em nome da liberdade...

Se os chamados "ultramontanos", ou "absolutistas", ou "miguelistas", tivessem erguido um monumento (suponhamos) à Maria da Fonte, ou ao Sr. Dom Miguel de Bragança, ou mais remotamente a D. João II ou D. João III, não faltariam escribas e retóricos a berrar contra tamanho atentado à Democracia e à Liberdade, apontando a estátua como invenção de frades e de inimigos do povo. Mas como os que homenagearam Pombal naquelas pedras colossais foram os mesmos que fizeram as revoluções liberais em Portugal, calam-se os articulistas libérrimos, os escritores ultra-democráticos, os oradores que se batem pela liberdade de pensamento e de palavra, e o Senhor Marquês, o mais absolutista dos absolutistas, o mais ditador dos ditadores, o mais fascista dos fascistas, continua a passear o seu leão no alto do seu pedestal, dominando a Avenida (que Avenida?) da Liberdade...

Foi tardia a homenagem que se lhe rendeu, lá isso não se nega. O espírito liberal, fortemente impregnado de naturalismo, do século XVIII, não se atrevera a exprimir o contentamento por quanto fez o Consulado Pombalino, senão na estátua equestre de El-Rei D. José, que o gênio de Machado de Castro esculpiu em bronze e o Marquês colocou na Praça do Comércio. Ali, o Monarca chamado “reformador” cavalga esmagando serpentes, nas quais o Primeiro Ministro via os inimigos das “idéias novas”.

Mas a glorificação do próprio Ditador, o liberalismo-democrático só conseguiu realizar já em nossos dias, ao mesmo tempo que assassinava o rei D. Carlos e posteriormente Sidônio Pais, acusados de reacionários! Foi preciso que ocorresse a invasão napoleônica inundando a península de idéias francesas, e a reação inglesa a Bonaparte, carreando as idéias do liberalismo britânico, e a revolução de 1820, e a de 1834, e a consolidação líbero-democrática de 1848, e as revoluções que precederam e sucederam a implantação da República, para que adviesse ambiente propício a homenagear Pombal. Então — à distância de mais de um século — tudo se esclareceu: o tirano, que sufocou todas as liberdades no seu país, fora um agente da Revolução em marcha sangrenta nos outros países da Europa.

O Marquês de Pombal serviu de duplo instrumento aos objetivos dos Enciclopedistas e dos liberais do século XVIII. Utilizando-se do poder absoluto para esmagar a todos quantos ousavam contrapor-se às idéias revolucionárias do tempo, ele pôde introduzir em Portugal as reformas baseadas numa concepção de vida naturalista ou agnóstica, levando o país sob o signo fascinante do “espírito progressista” que traz de contrabando, com o monopólio que se arroga da ciência, da técnica e da economia científica, o vírus destruidor da tradição e dos princípios imutáveis da moral cristã. E, exercendo esse poder absoluto, fez, do reinado de D. José e do seu próprio Consulado a serviço do monarca, um paradigma odioso do absolutismo.

* * *

Há no governo de Pombal uma forma e uma essência. A forma é a do poder pessoal, do autocratismo levado ao extremo; a essência é a própria revolução liberal, preparando o caminho para a inversão dos valores, para a desordem social e a anarquia política. Aqueles que tudo sabiam, não podiam manifestar-se. O discricionarismo pombalino era incentivo ao revolucionarismo e todo o clamor que se erguia contra o massacre dos Távoras e a martirização de centenas de prisioneiros políticos, encarcerados durante mais de vinte anos, servia de motivo para condenar a Monarquia Tradicional. Era preciso, primeiro, deixar surtir efeito essa campanha, durante a qual não seria útil ao liberalismo revolucionário defender ou sequer poupar o Marquês; mas quando o agnosticismo, o naturalismo, o economismo utilitário, e finalmente o socialismo materialista tivessem plenamente triunfado, então teria chegado a hora de — destruída a “forma” — glorificar a “essência” do pombalismo. E ergueu-se a mais alta estátua de Lisboa...

O viajante, que visita a linda Capital do Tejo, admira-se de ali não ver uma estátua a D. Afonso Henriques, que conquistou Lisboa aos Mouros; nem a de algum “daquelles reis que foram dilatando a fé e o império”, consoante Camões cantou nos *Lusíadas*. Para esses o liberalismo não encontrou bronze ou mármore nem mão de artista com que imortalizar-lhes os feitos. Mas lá estão, com os heróis da revolução liberal, as estátuas de D. José I e do seu Ministro, absolutistas por fora e revolucionários por dentro, ou mais propriamente absolutistas-liberais ou liberais-absolutistas, o que vem tudo a dar na mesma coisa, porque nada mais autocrata, nem mais tirano do que um liberal no poder.

* * *

É curiosíssimo notar como os chamados pioneiros da democracia e da liberdade cinicamente exaltam e canonizam

os mais típicos autocratas, quando estes lhes servem de instrumento de destruição de toda ordem moral. A imperatriz Catarina II da Rússia teve a amizade de Voltaire e de Diderot; também de Voltaire gozou a estima Frederico II da Prússia; e do próprio Napoleão I podemos dizer que usufruiu os entusiásticos aplausos de todos os demo-liberais do mundo, exatamente quando ele foi menos democrático, ou seja no período do Consulado e nos primeiros tempos do Império, perdendo a popularidade internacional desde quando deixou de ser um instrumento da Revolução.

De tudo isso se conclui que o que se passa realmente no mundo é uma luta surda contra todo princípio de ordem baseado em valores tradicionais e espirituais, ou seja uma luta contra as verdadeiras liberdades humanas, contra a dignidade do Homem, sob o rótulo de democratismo e de liberalismo. Quando o autocrata serve de meio eficiente a essa luta, ou quando ela não a prejudica, recebe elogios ou, pelo menos, ninguém se lembra de atacá-lo; mas quando, pelo contrário, põe algum embaraço ao revolucionarismo dissolvente, então apontam-no como um inimigo da liberdade.

Razão de sobra tem Tristão de Ataíde quando, num artigo publicado no "Diário de S. Paulo", de 11 de junho de 1929, pergunta: "assim como pode haver uma democracia pagã e uma democracia cristã, conforme escreveu Leão XIII e sustentam os bispos norte-americanos desde Gibbons e Ireland até Iundelen e Hayes, — não haverá também ditaduras pagãs e ditaduras cristãs?" E mais acertado ainda, o ilustre escritor afirma no mesmo artigo: "A ditadura em si é tão indiferente filosoficamente quanto a democracia em si. Tudo está no modo de a empregar".

Não admira, portanto, que Pombal — o fascista agnóstico, o tirano absolutista e podemos até dizer o precursor da razão de Estado do nazismo, tenha uma estátua erguida pelos liberais democratas com toda a reprovação e renegação dos tradicionalistas e legitimistas portugueses...

PALAVRAS... PALAVRAS... PALAVRAS!

Neste imenso castelo de Elzenor, em que se transformou o mundo materialista do século XX, e onde o vício vestiu as roupas da virtude e o crime envergou a negra toga da magistratura, aqueles, que não se deixaram iludir pelos embustes fraudulentos, escutam como gemidos, à margem do noticiário quotidiano, a antiga voz de Hamlet a exclamar: palavras... palavras... palavras...

Soerguendo no regaço o ingênuo ramo de flores, passa Ofélia, que é o idealismo dos puros, dos sinceros, fitando os olhos encantados na verdade ideal por todos proclamada, a meta do direito e da justiça. Mas, em contraste flagrante com essa verdade ideal, domina os povos da terra uma verdade pragmática imposta por injunções e interesses cuja origem ninguém pode perceber.

O que prevalece no mundo é o sofisma impudente, ao mesmo tempo sustentando os princípios de moralidade, de direito, de respeito ao Homem e às Nações e permitindo a imoralidade, a violência e a degradação das pessoas e dos povos.

E é ainda parodiando Shakespeare, na tragédia do príncipe da Dinamarca, onde vibram as supremas revoltas humanas em face do crime engalanado pelas insígnias reais,

que o observador sereno dos fatos históricos dos nossos dias rouba a frase de Marcelo segredando a Horácio: há qualquer coisa de podre na Assembléia das Nações...

Estas considerações vêm a propósito da recente iniciativa da Unesco no sentido de outorgar à imprensa universal uma espécie de Carta de Direitos, ou Código das liberdades e dos deveres jornalísticos a fim de que os povos não se vejam privados do alimento diário das informações verdadeiras sobre os acontecimentos nacionais e internacionais.

Diante de tudo quanto estamos assistindo, desde o fim da guerra, que teve por objeto libertar o gênero humano da tirania execrável do nazismo racista e totalitário, e principalmente considerando o que aconteceu e continua a acontecer em nosso incongruente planeta depois de proclamada a Carta dos Direitos Humanos pela ONU, podemos — sem precisar possuir o dom da profecia — adivinhar a inutilidade, o fracasso absoluto de quantos Códigos e Declarações hajam de vir em benefício da liberdade de expressão e de informação no livro e no jornal.

Existe um Estado participante da ONU, que colaborou na redação da famosa Carta de Direitos e que vai colaborar, certamente, no anunciado documento garantidor da liberdade de imprensa. Esse Estado adota um regime totalitário, onde todas as liberdades humanas consagradas pelas Nações Unidas, naquele documento, são negadas de modo absoluto. Senão vejamos:

O artigo 4.º da Declaração de Direitos Humanos das Nações Unidas proíbe a escravidão ou a servidão; e aquele Estado mantém milhões de homens em campos de concentração ou em trabalho forçado. O artigo 5.º sustenta que “ninguém será submetido a torturas ou a tratamentos e castigos desumanos ou degradantes”; e o mundo inteiro conhece os processos execráveis da polícia política para forjar confissões de crimes jamais praticados pelas vítimas do terror vermelho. O artigo 6.º exige que “todo ser humano tenha o direito de ser reconhecido como pessoa”; e o regime totalitário-socialista imperante naquele país, toman-

do a coletividade como princípio e fim de seus objetivos, transforma as pessoas em simples indivíduos, sem as prerrogativas de liberdade inerentes à pessoa. O artigo 7.º diz: "Todos são iguais perante a lei, e têm, indistintamente, direito a igual proteção da Lei"; mas naquele país, que tem assento na ONU, as pessoas que não fizerem parte ou tiverem sido expulsas do "partido único, nem mesmo conseguem os meios de subsistência". O artigo 9.º diz que "ninguém poderá ser arbitrariamente detido, preso ou desterrado"; no entanto, as prisões políticas se multiplicam naquela Nação e os desterrados para a Sibéria são acontecimentos comuns de todos os dias.

Chamamos a atenção dos sensatos, dos equilibrados, para o artigo 12 da Carta de Direitos da ONU, que reza: "Ninguém será objeto de intervenções arbitrárias em sua vida privada, sua família, seu lar, sua correspondência". Todo o mundo sabe que esse artigo da ONU é transgredido sistematicamente pelo nazismo russo; que falem a respeito os diplomatas que estiveram acreditados em Moscou e que ali assistiram ao controle a que estão submetidos homens e mulheres, cujas residências são vasculhadas, cujas palavras são anotadas por mil espiões da polícia e muitas vezes gravadas por invisíveis microfones. Os próprios diplomatas não são respeitados, como se tem visto nos casos mundialmente conhecidos do tratamento dado a representantes uruguaaios, chilenos, brasileiros, franceses e americanos, tanto na Rússia como nos desgraçados países que gemem sob o seu despotismo.

Convém transcrever aqui o artigo 13, que diz: "Todos têm o direito de mover-se livremente e de eleger sua residência dentro dos limites de cada Estado. Toda pessoa tem o direito de sair de qualquer país, inclusive o seu próprio, e de regressar ao seu país". Ora, é sabido por todo o mundo civilizado, que os súditos russos não gozam do direito de morar na cidade que desejem, nem de sair da Rússia quando apeteçam.

Diz o artigo 16 que "a Família é o elemento natural e

fundamental da sociedade"; entretanto, sob o regime socialista-bolchevista, o Indivíduo escravo e a massa inconsciente são os dois termos político-sociais, não se considerando, de forma alguma, os grupos naturais em cuja hierarquia a Família deve ocupar o primeiro lugar.

O artigo 17 consagra o princípio da propriedade, dizendo textualmente: "Toda pessoa tem direito à propriedade" e "Nenhuma pessoa será privada arbitrariamente de sua propriedade". Ora, o que se faz na Rússia é exatamente o contrário: o regime se baseia na abolição da propriedade (pois é socialista) e o governo, em sucessivos planos que foram fielmente executados, privou os camponeses de suas terras, de seu gado, exercendo para isso uma pressão sanguinária.

O artigo 18 da Carta de Direitos da ONU diz: "Todos têm direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião. Este direito inclui a liberdade de trocar de religião ou de crença, bem como a liberdade de manifestar sua religião, individualmente ou na comunidade, tanto em público como particularmente, pelo ensino, pela prática e pela observância do culto." Não obstante, na Rússia e nos países onde ela exerce a sua soberania sob a capa de governos títeres, não há liberdade religiosa. Haja vista as perseguições a católicos e protestantes na Romênia, na Bulgária, na Tcheco-Slováquia (onde os sermões são censurados pela polícia), na Hungria, onde foi suprimida totalmente a religião católica, na Polónia e nos países bálticos e, de modo igual em toda a Rússia Soviética. Não precisamos citar os casos numerosíssimos de perseguições atroz, porque são mundialmente conhecidos.

Reza o artigo 18 da Carta de Direitos Humanos das Nações Unidas: "Toda pessoa tem liberdade de opinião e de expressão", e o artigo 20: "Todos têm direito à liberdade de reunião e de associação. Ninguém pode ser obrigado a pertencer a uma determinada associação". E o artigo 21 completa o pensamento dos artigos anteriores, dizendo: "Toda pessoa tem o direito de participar do

Governo do seu país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos”. E mais: “A vontade do povo será a base da autoridade do poder público; tal vontade é expressa por intermédio de eleições autênticas que deverão ser realizadas periodicamente, por sufrágio universal e igual e por voto secreto ou outro processo equivalente de votação livre”.

Ora, é sabido, universalmente, que na Rússia não há partidos políticos. Só esse fato demonstra, de modo categórico, que não há ali liberdade de opinião e de expressão, pois se houvesse, a consequência lógica seria a existência de vários partidos, uma vez que jamais se viu em parte alguma do mundo os homens pensarem pela mesma cabeça. A diversidade de opinião é a única prova da liberdade de opinião. Onde não houver mais de uma opinião é porque não há liberdade. Esse simples fato prova que os artigos 19, 20 e 21 da Carta de Direitos Humanos das Nações Unidas não são respeitados na União Soviética nem nos países seus satélites.

Mas... apesar de tudo isso, a Rússia, que faz parte da Organização das Nações Unidas, não se limita a menosprezar a famosa Carta de Direitos Humanos; mas desenvolve uma ação militar, política e propagandística, no sentido de alargar o seu domínio, fazendo implantar nos países que vai dominando os princípios opostos àqueles de que ela própria foi signatária! E há ainda a registrar o fato de cada um dos países submetidos ao seu jugo de ferro, serem considerados soberanos pela ONU, essa mesma ONU constituída por nacionalidades que condenaram os governos “quislings” instituídos violentamente pela Alemanha Nazista, que se serviu, exatamente como está fazendo a Rússia, do impatriotismo, da baixeza moral de homens que se colocaram ao serviço do invasor estrangeiro.

“Há qualquer coisa de podre no reino da Dinamarca”, diz o personagem shakespereano. Sim, há qualquer coisa de podre no mundo atual, dizemos nós. E o que está podre é a própria alma dos estadistas. Essa decomposição de-

corre da ausência de Deus, que é a Verdade Eterna. Decorre do desprezo a Cristo, que é a Luz de todo o entendimento. O materialismo, que engendrou o utilitarismo e o pragmatismo, perdeu o senso da moralidade, não sabe discernir entre o Bem e o Mal, pois acima de tudo coloca o interesse. E como o interesse acredita sempre naquilo que lhe convém acreditar, as Nações fazem ouvidos moucos ao clamor dos espíritos sedentos de justiça e de verdade.

Assim, como no caso atual da China, como em tudo o mais, inverte-se a hierarquia dos valores; o que é espiritual, o que exprime o verdadeiro direito e a verdadeira justiça, passa para segundo plano; e o que é material, o que representa a força bruta ocupa hoje a posição primaz. A causa do Bem, a causa da Humanidade passa a ser objeto de negócio. Exercita-se o comércio nefando da escravatura branca, mercadejam-se as soberanias das nações, a liberdade e a dignidade de milhões de seres humanos. E, enquanto se discutem as condições do negócio, as estipulações políticas de uma paz podre, que exala pelos quadrantes do mundo os seus miasmas deletérios, os filósofos, os pensadores, os juristas, os estadistas não cessam de clamar pelos nobres postulados e de sustentar lindos temas de liberdade e de justiça.

E Hamlet, redivivo na angústia dos bons, dos puros, dos honestos, dos que não se deixaram envenenar pelo ópio dos discursos nas assembléias nacionais e internacionais, exclama dolorosamente: — Palavras... palavras... palavras...

HORAS NEUTRAS

Há na vida das Nações as horas positivas de construção, de afirmação de um sentido de itinerário, assim como existem as horas negativas de destruição, de crítica demolidora e propositura de formas de vida opostas à ordem vigente.

E há também a hora das angústias, como existem as horas de tempestade que assinalam as grandes transformações sociais e políticas. Hora da Enciclopédia e hora da Revolução, hora de Catilina e hora de César, hora de Marx e hora de Lênin.

Não erraremos, transcendendo do campo exclusivamente terreno das preocupações utilitárias ou mesmo idealistas para a esfera das cogitações do Espírito, dizendo que existe a hora de João Batista, a preceder a hora de Cristo.

* * *

Mas existem as horas neutras, as horas cinzentas das indefinições melancólicas. São as horas das inapetências, as horas sem expressões de vontade e sem lampejos de inteligência.

Nessas horas, as Nações vegetam. Falta-lhes a sensibili-

dade, falta-lhes a capacidade de comoção. Desaparecem as revoltas vivificadoras, os entusiasmos expansivos, as determinações provindas do recesso da alma.

Tudo se apresenta, nessas fases mornas da História, numa horizontalidade monótona à qual se conformam as inteligências medíocres e diante de cujas perspectivas se exasperam, inutilmente, as mentalidades poderosas. Os fatos que então ocorrem e que atraem as atenções das turbas, são meras ondulações de superfície, que afinal coisa alguma significam.

* * *

São as horas neutras. Horas sem caráter, sem título, sem assunto senão para as inteligências primárias e para os entendimentos infantis dos indivíduos vulgares.

Esses trechos da História assemelham-se aos filmes americanos, desprovidos de fundo e de grandeza, jogando com os mesmos elementos de todos os filmes antecedentes que fazem as delícias das platéias ignaras. Os temas de discussão ou a matéria quotidiana das conversas não passam de pequenos episódios que parecem grandes na ausência dos grandes assuntos ou das idéias cheias de força e de poder que se contrabatem nas horas vivas e agitadas.

Quando as Nações entram nesses períodos de passivo fatalismo, quando os indivíduos se contentam com a mesquinaria das intrigas que constituem os cartazes dos dias amorfos e descoloridos, a corrente dos acontecimentos é governada por leis mecânicas. Os homens e os povos não se movem por impulsos subjetivos, mas deixam-se conduzir impelidos pelo que vai acontecendo. E o que vai acontecendo não é determinado pela vontade e guiado pela inteligência, porque tudo se reduz ao rolar das pedras pela encosta, segundo as disposições e os relevos do terreno.

* * *

E esse é o espetáculo dos dias presentes, quer na vida internacional, quer em nossa vida nacional. Abrimos os

jornais e não vemos nenhum gesto humano de decisão, de definição tendente a impor um ritmo novo, uma direção positiva ou mesmo negativa. A política em todos os países é o vai-vem das competições partidárias vulgares. As ideologias que se apresentam não passam de semelhantes que concorrem umas com as outras. Todos os programas dos partidos se parecem. Fica-se na água choca de um socialismo que não tem coragem de chegar às últimas consequências ou de um liberalismo que procura conciliar-se com os termos de um autoritarismo de meia-rédea. Fala-se em democracia, mas essa palavra perdeu o sentido. Fala-se em combater o comunismo (que, afinal, representa a única expressão de uma vontade determinada, embora hoje nada mais signifique do que o instrumento de um imperialismo asiático) mas ninguém sabe em nome de que combater esse comunismo.

E isso, para sermos otimistas, pondo em termos de aspirações ideológicas os movimentos superficiais da vida política dos povos. Porque, na realidade, o de que se cogita não são nomes de sistemas, nomes de regimens, nomes a rotular pensamentos definidos. O de que se cogita são nomes de pessoas. Os próprios partidos desaparecem para dar lugar a homens; mas esses homens não se revelam pelas idéias que expõem, e sim pelas aventuras que praticam para edificação dos espectadores de um teatro de títeres.

Temas que não passam de simples pormenores de caráter administrativo ou de soluções econômicas ganham a importância fundamental dos assuntos que a miopia das massas e a curteza das inteligências dos supostos líderes tem na conta de decisivos como interesse nacional ou humano. Invertem-se os valores. Tudo se confunde na névoa das inteligências amesquinhas. Tudo se aplaina em perspectivas exasperantes de planície infundável.

* * *

É a hora neutra. A trágica hora neutra. Por detrás dela, talvez se prepare uma hora viva, uma hora de afirma-

ção ou de negação, mas cheia daquele poder de transformação dos povos. Se ela existe por detrás da hora neutra, só os espíritos lúcidos e profundos podem percebê-la e anunciá-la.

REALIDADES DE DIREITO E DE FATO

O mundo vive hoje uma das épocas mais curiosas da história humana. Esse período caracteriza-se pela co-existência de duas realidades que se chocam: a realidade da conceituação jurídica e a realidade concreta dos acontecimentos.

Estabelecem-se princípios, elaboram-se leis, concluem-se convênios, firmam-se tratados; em conseqüência, criam-se novos órgãos internacionais e nacionais de aplicação prática das teorias universalmente aceitas. No entanto, esses órgãos funcionam mais sob a influência dos agentes externos suscitadores dos acontecimentos que se desenvolvem mediante uma lógica própria, do que sob o imperativo das idéias dominantes na consciência dos povos.

Ao critério da justiça prefere-se o critério da conveniência. A conveniência chama-se oportunidade, ou conciliação, ou protelação, formas sinuosas de tangenciar as causas em que se empenham grandes interesses contrastantes. E o mundo vive, nestas condições, duas vidas distintas: a vida subjetiva de uma realidade ideal e a vida objetiva de uma realidade prática.

A força dos acontecimentos é impositiva. Faz tábua rasa de todos os valores espirituais para impor o predomínio dos valores materiais. E como esse predomínio físico dos fatos

concretos, essa valoração das situações “de fato”, essa despótica força dos acontecimentos desmoralizam inteiramente todos os princípios sobre os quais assenta a civilização, é mister procurar explicações e justificativas em novas formas de interpretação jurídica ou de exegese de quantos postulados éticos hajam sido consagrados por um idealismo que, em verdade, corresponde a profundas e gerais solicitações da alma humana.

Quem abre os jornais todas as manhãs, encontra farta matéria com que ilustrar e comprovar as contradições dos tempos que vivemos. Na Europa Oriental, funcionam Estados Totalitários, com todo o arsenal de tribunais especiais, prisões políticas, campos de concentração, censura incondicional de imprensa, abolição de propriedades privadas, restrições ao direito de locomoção e de residência e impedimentos à manifestação do pensamento e do culto religioso. Tudo em contradição com a famosa Declaração dos Direitos Humanos, cujo primeiro aniversário tão orgulhosamente festejaram as nacionalidades que a subscreveram, inclusive aquelas onde tais Declarações vêm sendo vilipendiadas.

No Extremo Oriente, os mesmíssimos violadores e escarnecedores dos Direitos Humanos vão se assenhoreando de todo o mapa da China, submetendo à escravidão do Estado Totalitário milhões de chineses, numa verdadeira guerra de conquista movida por uma potência estrangeira contra uma nação livre (pois só ingênuos acreditariam que simples revolucionários da quinta coluna russa na China disporiam de materiais bélicos tão poderosos); e, entretanto, que fazem as Nações Unidas? Assistem de braços cruzados a essa espoliação de soberania, a essa forma de conquista do Poder em contradição com o consagrado princípio do sufrágio universal.

* * *

Chega-se à conclusão de que todos os postulados democráticos proclamados pelos povos nas suas assembleias não

passam de fórmulas mortas, que só existem no papel. Pois na verdade, todos os direitos políticos, todos os direitos individuais e nacionais, vêm sendo postergados por uma onda de "fatos consumados" que servem de base ao reconhecimento de governos despóticos, impostos pela força das armas fornecidas por potências estrangeiras.

E isso que se passa no mundo, passa-se também dentro de cada Nação. Mesmo em menores proporções, ou versando matéria que não implica, como nos casos precedentes, na abolição total das liberdades humanas, ocorrem fatos em certos países que demonstram a nenhuma confiança nas leis vigentes e, sobretudo, no espírito e na letra das Constituições.

Mesmo aqui, no Brasil, no terreno político, estamos presenciando um dos espetáculos mais expressivos da evidente burla do regime em que vivemos. Nunca se trabalhou tanto contra a Democracia, sob o pretexto de pretender-se salvá-la.

* * *

De resto, essa palavra Democracia tornou-se hoje em dia um verdadeiro caleidoscópio de interpretações as mais variadas e por vezes absurdas. Nenhum governo exerce hoje ditadura ou despotismo, sem invocar a palavra mágica: Democracia. Basta dizer-se que a Rússia se diz democrática, sem que ali exista um só partido político além do "partido único", do tipo fascista ou nazista. Isso não representa impedimento para que a Rússia faça parte das Nações Unidas, onde se proclamam e se exigem amplíssimas liberdades políticas, adoção impositiva do multipartidarismo, garantias dos direitos individuais. Pelo contrário, a Rússia é signatária de tais proclamações e nenhuma Nação há que exija mais liberdades políticas nas outras do que essa famosa Democracia onde não há partidos nem eleições.

Todos os atentados à Democracia são praticados para se salvar a mesma Democracia. Todas as coações à liberdade humana justificam-se com o se apresentarem como garantia à liberdade.

Em nosso país, estamos assistindo a uma dessas contradições da época em que vivemos. Aproxima-se o pleito presidencial da República e os partidos demonstram o maior horror ao embate das urnas. Fundados por força de lei com caráter nacional, agem no sentido puramente regional. E, havendo entre tais partidos alguns que se dizem grandes, ou representativos de correntes ponderáveis de opinião pública, não se animam eles a comparecer sozinhos ao pleito, como seria normal num regime de verdadeira democracia.

O normal, já que se diz vivermos numa Democracia, seria que os tais supostos grandes partidos apresentassem seus candidatos a fim de que os presumíveis pequenos partidos tomassem posição em face dos nomes apresentados. Mas os hipotéticos grandes partidos não querem ir sozinhos às urnas. Procuram, por isso, organizar uma espécie de sociedade por quotas, para aumentar o capital eleitoral, atingindo tal soma de votos que os outros partidos nada possam fazer contra a imposição do candidato tripartite. Vem daí toda a confusão da hora que vivemos. Pois os quotistas, cada qual de per si, têm interesses particulares a defender, o que torna impossível a efetivação da empresa comercial de fins políticos.

Se vivessemos a realidade ideal da Constituição e das Leis não adviriam as complicações a que estamos assistindo. Mas nós vivemos, de acordo com o mundo atual, a realidade concreta dos fatos. O que menos vale são as idéias, o que tudo vale são os acontecimentos.

Se isso ocorre no que concerne à política, em tudo o mais também ocorre. Mas tal situação se resume, em última análise, em falta de Fé.

De nada valem princípios, teorias, doutrinas, se estas não têm por base a Fé.

* * *

E aí chegamos ao ponto essencial destas considerações. O mal de que padece o mundo moderno reside na pretensão manifestada pelos homens de resolver todos os seus

problemas de acordo com princípios doutrinários assentados sobre a areia movediça da falta de convicções.

Ninguém tem convicções democráticas, nem convicções anti-democráticas. O idealismo não passa de uma miragem, e as palavras com que o defendem não passam de tropos vãos. Ninguém tem por imutável os princípios que diz defender. Falta base sólida em que repouse o edifício das ações humanas.

Já Farias Brito dizia em *A verdade como regra das ações*, que não é possível a ninguém possuir normas precisas de agir sem uma firme concepção do mundo e da vida.

O século em que vivemos é um século materialista. Põe todas as suas esperanças nos recursos humanos e esses recursos não são apenas limitados, mas discutíveis.

Impera, nos dias de hoje, um relativismo jurídico, um relativismo moral, um sentido de provisoriedade, de transformação contínua, uma expectativa de alteração dos quadros sociais e políticos e até dos padrões da vida moral. Domina uma ânsia de realização material, um desespero de vencer, procurando as veredas mais fáceis e as oportunidades mais lisongeiras. Ninguém tem Fé em coisa alguma.

Ora, a confiança repousa na Fé; por conseguinte, não havendo Fé, não pode haver segurança nem na efetivação prática das leis, nem no cumprimento dos tratados, dos convênios, dos pactos internacionais, nem nos acordos, nos contratos de caráter privado ou público, na vida interna das Nações.

Mas, como ter Fé, se tudo o que os homens afirmam e proclamam se fundamenta em princípios originados de causas aparentes e mudáveis?

* * *

O Homem não pode procurar alicerces em si mesmo, porque o seu alicerce único só pode ser Deus. Quando a Humanidade regressar a Deus, todas as suas edificações

serão sólidas. Pois se o Homem (filósofo, pensador, estadista, político, governante) tiver de prestar contas ao próprio Homem representado pelos seus semelhantes ou por si próprio, terá sempre meios de tergiversar, tangenciar, sofismar, iludir, mentir. Mas se o Homem comparece diariamente ao tribunal da sua Consciência, nele encontrará assentado o Supremo Julgador.

Então, não haverá nem Demóstenes, nem Cícero a defender-lhe a causa injusta; nem valerão argumentações das mais brilhantes; nem interpretações e hermeneuticas, exegeses e argúcias de penetração com que desfie o rosário de argumentos em seu favor.

Inútil será recorrer a julgados e precedentes, a pareceres ou arrazoados, aos floreios da retórica ou aos vãos da eloquência. Baldado será usar a linguagem da conveniência ou as razões da oportunidade, ou recorrer às justificativas da tolerância dos menores males por evitar maiores danos.

Havendo Fé, há responsabilidade. Havendo responsabilidade, há o perfeito discernimento e deste decorre a ação clara, de linhas puras, da qual se afastou a Humanidade de hoje.

Em conclusão: as realidades de Direito não poderão concretizar-se em realidades de Fato, se elas não procederem da fonte comum de ambas as realidades, que é Deus.

OS VALORES MORAIS NA HISTÓRIA

Admitida, na esfera das relações internacionais dos povos, a tese segundo a qual deveriam ser imediatamente consagradas como situações “de direito” as situações “de fato”, criadas pelo impositivo da violência, o mundo cairia na brutalidade de um determinismo que faria tábua rasa de todos os valores morais, para só fazer predominar o arbítrio da força.

Como consequência, todas as guerras, indistintamente, seriam injustas, desde aquelas que reivindicam direitos territoriais legítimos violados por uma potência agressora, até aquelas que procuram justificar-se atribuindo-se objetivos de redenção humana contra sistemas ou regimes ameaçadores da independência das nações, da sua integridade patrimonial ou política, ou simplesmente dos direitos humanos naturais e inalienáveis.

Aceito o princípio do fato consumado, o melhor seria rasgarem-se todas as cartas de direitos humanos, todos os pactos e convênios assinados pelos governos legítimos, deixando-se livre o campo a todos os crimes das nacionalidades em detrimento de outras. E poderíamos ir mais longe, dando por meros articulados utópicos e vãos de realidade todos os códigos tanto civis como criminais. O Direito

passaria a ser uma elocubração inútil de doutos, um pretexto a controvérsias fantasiosas, um corpo de postulados sem aplicação prática. E a Humanidade cairia na animalização mais completa.

O reconhecimento das situações "de fato" só pode, por conseguinte, ter oportunidade e cabimento, quando aquelas situações não ferem, ou não anulam a vigência dos princípios morais universalmente aceitos e decorrentes de uma concepção superior do homem, da Sociedade Nacional e da Comunidade Universal dos homens e das nações.

E esse reconhecimento só se torna legítimo, quando, além de não derogar normas éticas preestabelecidos como base de toda a justiça e de todo o convívio humano, seja evidentemente e indiscutivelmente necessário, segundo o juízo das próprias partes interessadas ou o consenso unânime de terceiros, cujos interesses comuns se relacionem com aquele reconhecimento.

Fora dessas hipóteses, a doutrina pura e simples da aceitação dos fatos consumados constituiria a abolição de todos os princípios morais que devem reger a vida dos povos no seu âmbito interno e no das relações internacionais. Não haveria mais necessidade de assembléias de nações, de tribunais de caráter internacional, temporários ou permanentes, nem de congressos mundiais, nem de quaisquer normas objetivas de direitos das gentes explicitando o subjetivismo de princípios éticos imutáveis. Pois a existência de órgãos internacionais através de cujas decisões se manifestam as nações em conjunto, e não separadamente, é, por si só um argumento em favor da predominância dos valores morais sobre os valores materiais, físicos e concretos que se querem impor pelo predomínio do arbítrio da força bruta; pelo que, desde o instante em que fosse consagrada a doutrina do fato consumado, não haveria mais necessidade daqueles órgãos supervisionadores da vida dos povos.

As Nações Unidas, neste instante, encontram-se em face

de um dilema, que põe em cheque a própria explicação da sua existência. Refiro-me ao caso da China.

Se as Nações Unidas retirarem as credenciais do general Chang-Kai-Check, representativo da verdadeira soberania chinesa (ainda mesmo que o seu governo não ocupasse, como ainda ocupa, um trecho do território do seu país), para reconhecer como legítimo o governo do general Mao, imposto à China pela interferência mundialmente sabida da uma nação estrangeira (a Rússia Soviética) teremos que tirar as seguintes conclusões, irrefutáveis:

1.º) — Fica destruída a “Declaração dos Direitos Humanos” aprovada pela ONU em 6 de dezembro de 1948, por se verem transgredidos, não apenas os “consideranda” que precedem os artigos daquele documento, mas principalmente a maior parte daqueles artigos e, de modo particular, o artigo 21, n.º 3, que prescreve, como único meio de se constituir o governo de um país, as eleições livres, o que representa condenação a toda conquista do poder pelas armas.

2.º) — Fica, desde logo, a tão gloriosa e tão dura guerra que os Estados Unidos e a Inglaterra, coadjuvados por grande número de nações democráticas do ocidente, levaram a efeito contra o nazismo, relegada ao plano de uma guerra injusta, uma vez que os governos dos países do Eixo e seus satélites constituíam “situações de fato” absolutamente idênticas à atual situação da China bolchevisada.

3.º) — Sendo o regime comunista absolutamente idêntico nos seus efeitos estatizadores e nacional-socializadores, ao regime nazista, ficam sem base moral todas as medidas que vêm sendo tomadas pelas nações democráticas no sentido da chamada desnazificação da Alemanha, uma vez que se tolera a absorção do mundo, por métodos violentos de guerra civil, ou invasão estrangeira, ou difusão de propaganda por meio do Cominform, em benefício de uma forma política idêntica, em tudo, ao nazismo, principalmente nos seus intuitos de dominação do mundo.

4.º) — Abre-se o precedente (gravíssimo para a América do Sul e para a segurança dos Estados Unidos) da possibilidade de minorias constituídas pelos partidos comunistas fortalecidas pela infiltração de elementos russófilos, originários dos países da Cortina de Ferro, deflagrarem guerras civis, com a ajuda militar da União Soviética, hoje perfeitamente realizável, em consequência dos progressos técnicos da aviação, levantando-se essas minorias armadas contra a massa preponderante de uma nação desarmada, até à conquista do poder pela força bruta; o que tudo se resume na desmoralização completa da Organização das Nações Unidas e dos princípios éticos por ela proclamados.

O dilema em que se encontra a ONU, neste momento, pode ser expresso pelas seguintes palavras:

— ou valem os princípios morais e, nesse caso, o governo bolchevista da China não pode ser reconhecido sem que a justificativa da existência da ONU seja ferida de morte;

— ou não valem os princípios morais e, nesse caso, cabe a cada nação, de per si, reconhecer ou deixar de reconhecer o governo totalitário que se implantou na China, pois a ONU deixará automaticamente de existir como realidade histórica objetiva, desde que lhe falta o conteúdo ético-jurídico animador da sua vida.

Se os valores morais são cultuados, realmente, pelas Nações Unidas, o governo nazi-vermelho da China não pode ser reconhecido. A posição de Chang-Kai-Check será juridicamente legítima, como foi a posição dos governos exilados da Noruega, da Dinamarca, da Holanda, da Grécia, durante a guerra empreendida contra o nazismo tão avasador como o atual comunismo russo, ou nazismo soviético. Foragidos dos seus países (como fez D. João VI em 1808), vimos os soberanos daquelas nações, rodeados dos respectivos governos, exercerem legitimamente uma soberania sem território, uma soberania moral com efeitos jurídicos válidos e efetivos. E assim como os governos europeus em guerra contra Napoleão, longe de reconhecer a situação de fato representada pelo governo do general Ju-

not em Portugal, continuaram a manter relações diplomáticas com o rei legítimo enviando seus ministros para o Rio de Janeiro, do mesmo modo os Aliados tiveram por válidos e verdadeiros os governos exilados da rainha Guillermina dos reis Jorge, Oscar e Cristiano.

Poderá argumentar-se que os países desses soberanos se encontravam invadidos por tropas estrangeiras e inimigas dos Aliados. Responderei dizendo:

1.º) — que, do mesmo modo como, durante a guerra contra Hitler, se constituíram governos com elementos nacionais dos países invadidos, mas que não passavam de títeres no invasor, também o atual governo comunista da China, embora constituído por nacionais representativos da quinta-coluna soviética, não passa de um fantoche nas mãos de Stalin, e tanto isso é verdade que o primeiro ato do general Mao, ao completar-se a ocupação da China continental pelas tropas russo-mongólicas, foi correr a Moscou, onde foi retido durante mais de um mês, a receber ordens impositivas e a submeter-se a uma obediência irrestrita.

2.º) — que, se existiu na China cooperação de chineses na formação do atual governo comunista, também existiu nos países ocupados pelos nazistas cooperação dos chamados colaboracionistas, que eram tão traidores de suas pátrias como os atuais comunistas chineses.

3.º) — que, se os países ocupados na Europa, durante a última guerra, ficaram sob o domínio de inimigos dos aliados, não é menos verdade que o acesso da Rússia na Ásia, atingindo o Mar Amarelo por intermédio de um governo que lhe é dócil, representa inequivocamente um ato inamistoso e agressivo, de guerra não declarada mas real em todos os seus efeitos, podendo-se equiparar ao acesso da Alemanha nazista ao litoral da Noruega, da Dinamarca, da França, que pôs sob ameaça a liberdade do Atlântico, determinando os acontecimentos que levaram os Estados Unidos a entrar no conflito para salvar a própria liberdade das Nações Ocidentais. Se não existe guerra declarada en-

tre a Rússia e os Estados Unidos, só os tolos ou os inconfessavelmente interessados não vêem que essa guerra já existe em condições mais graves do que aquela que já existe entre a Alemanha e as Nações democráticas do ocidente, quando os Balcans, sob a propaganda nazista, instauravam em diversos países (como a Rumânia e a Bulgária) regimens nitidamente idênticos ao nazismo, e quando, diante do mundo estupefato, efetivava-se a anexação da Áustria e a subordinação da Tcheco-Slováquia, da Hungria e da Polónia à órbita hitlerista, instituindo-se também nesses países governos totalitários.

4.º) — que, em consequência da longanimidade e excessiva prudência dos Estados Unidos e da Inglaterra, permitindo o avanço gradual do nazismo, quer sob a forma de uma propaganda ideológica, quer sob o aspecto ostensivo das imposições políticas, e, principalmente, pela tolerância das situações de fato, ou dos fatos consumados, criaram-se as terríveis circunstâncias que determinaram uma guerra de proporções catastróficas; do que se conclui, no presente momento, que toda transigência, tolerância, conformismo com o avanço do nazismo russo, quer sob a forma da propaganda ideológica, quer sob o aspecto ostensivo das imposições políticas, será preparar outra guerra, de consequências mais tremendas; pelo que, longe de representar uma atitude conducente à paz do mundo, o reconhecimento do governo comunista da China será o elemento a mais no sentido de que se deflagre, com o fortalecimento crescente da Rússia, uma guerra das mais cruéis para a humanidade.

Aceitar o fato consumado chinês é proclamar ao mundo que os princípios morais estão falidos. É fazer tábua rasa de tudo o que exprime os valores do espírito. É abolir a democracia, baseada no voto livre dos cidadãos, substituindo-a pela guerra civil animada por uma potência estrangeira. É estimular a Rússia a influir em outras nações, utilizando-se da sua técnica tenebrosa de infiltração, de sabotagem, de instigação de lutas de classes, de desorganização

das economias nacionais, de desmoralização dos costumes, de propaganda de ateísmo, de materialismo.

Reconhecer o governo comunista chinês sob o pretexto de evitar a guerra é praticar a política do avestruz, que se julga em seguro por esconder a cabeça debaixo da asa. A guerra virá tanto mais depressa quanto mais se fortalecer a Rússia, pois estou certo de que, do mesmo modo como aconteceu em relação ao nazismo, será ela, a Rússia, quem iniciará as hostilidades no dia em que se sentir suficientemente garantida.

Já é tempo, em verdade, de se pensar em pôr fora da lei, da comunidade dos povos livres, os governos que mantêm, como a Rússia e os satélites, milhões de escravos, a trabalhar como animais; campos de concentração iguais aos de Dachau; prisões políticas tenebrosas; uma polícia política desumana e sanguinária; uma organização internacional a imiscuir-se na vida interna de outros povos; um sistema político de partido único, onde não existe o direito da livre opinião; uma diplomacia mentirosa e torpe; uma intolerância sem precedentes na História, mercê da qual se violentam os sentimentos religiosos dos povos oprimidos, encarcerando-se e matando-se por métodos próprios de criminosos natos, lombrosianos, a bispos e sacerdotes.

Basta de mentiras! Basta de hipocrisias! O mundo está farto de palavrório cínico, de comédias internacionais, de falsificações de democracias, de critérios unilaterais na consideração dos problemas humanos.

Chegamos a uma encruzilhada da História: ou aceitamos os fatos consumados, as situações de fato, permitindo todos os esbulhos, todas as turbações de posse legítima, todas as apropriações indébitas, todas as chantagens, em direito comum e logicamente na esfera das relações internacionais, ou nos levantamos — homens livres do século XX — com toda a força do nosso espírito, dando aplicação em direito público e nas normas internacionais das relações jurídicas, daqueles princípios que derivam dos direitos naturais inalienáveis e impostergáveis e que informam

os textos dos códigos reguladores do convívio humano e das atividades privadas.

Não temos por onde fugir. É escolher: reconhecer os direitos aos crimes dos bandidos de toda a espécie, ou reconhecer os direitos do gênero humano espoliado, mentido, ferido nos seus mais sagrados, legítimos e supremos direitos.

Como homem, participante da comunidade humana, como brasileiro integrado nos tradicionais sentimentos de honra e dignidade da minha Nação, como filho da livre América, quero, nestas linhas, emitir o meu voto. Eu voto contra o reconhecimento do governo comunista, títere do nazismo russo, que assaltou e jugulou a China. Voto assim, porque desde há muito votei pela independência, pela soberania, pela dignidade da Pátria Brasileira e pela liberdade dos meus compatriotas. Vivo, trabalho e sofro em razão desse voto. As minhas atitudes políticas se nortearão por esse voto.

PERSONALIDADE NACIONAL

As nações têm uma personalidade? Se têm, de que elementos ela se constitui? E de que modo se manifesta?

Eis as perguntas que se nos oferecem, como preliminares de todas cogitações acerca dos objetivos políticos internos e externos e da linha de orientação de pensadores e de homens públicos, tendo-se em vista que a política não pode ser simplesmente uma série de atos relacionados com os interesses pessoais e de grupos.

Respondemos, inicialmente, que as nações possuem uma personalidade. O conceito de soberania e os princípios em que assenta o direito internacional se fundamentam na existência real de entidades coletivas tipicamente diferenciadas.

Essa personalidade nacional é constituída de elementos essencialmente espirituais, ainda que se manifeste nas expressões materiais visíveis da sociedade civil e dos tipos de vida condicionados a circunstâncias físicas específicas.

A extensão territorial do país, o índice da população, o potencial econômico, pode ser desigual, mas a personalidade nacional de um pequeno povo em pequeno território tem o mesmo valor da personalidade nacional de um povo numeroso em vasta área territorial. O que importa é a di-

ferenciação historicamente processada e nitidamente manifestada. A Bélgica e a Rússia, o Haiti e os Estados Unidos, Nicarágua e o Brasil, representam, cada qual, um valor distinto, devendo usufruir de idênticos direitos no convívio internacional.

A manifestação dessa entidade coletiva traduz o que poderemos chamar o gênio de um povo. E o gênio de um povo exprime um caráter próprio, um modo de ser, uma tendência vocacional, uma consciência de missão histórica, uma aspiração a idéias que justificam a permanência e a sobrevivência da Nação.

As nações nascem quando aquele caráter se define, aquele modo de ser se fixa, aquela tendência vocacional se revela, aquela consciência se determina e aquela aspiração se torna o móvel das ações políticas dos indivíduos e dos Estados. E as nações definham e morrem, à proporção que vão perdendo o sentido da sua própria existência e encontram diante de si o vazio imenso de ideais a serem procurados.

Isto posto, significa, sem sombra de dúvidas, que as nações onde tudo se reduziu a interesses de ordem material e onde cada pessoa da sociedade nacional somente se preocupa com os seus interesses egoísticos, são nações fadadas a desaparecer como personalidade histórica e, perdendo todo o motivo de sua continuação, perdem todo o direito de sobreviver.

Mas é preciso ter-se em conta que um Povo, constituído em Nação, está sujeito a esse desgaste, a essa desintegração, se não for constantemente estimulado de sorte a manter viva a consciência do grupo, o sentido histórico de uma determinação coletiva. O estímulo há de ser dado pelos homens que representam os valores-índices mais conscientes da comunidade nacional. Se esses valores faltarem, pode-se ter como certa a desagregação e a ruína da Nação.

A consciência de grupo tem seu ponto de partida na memória. Esquecer é morrer. A vida — não a vida vegetativa e rudimentar, mas a vida que sabe que vive, é a presença

de toda uma série de atos, de acontecimentos pretéritos e atuais, compondo a noção do ser no próprio ser.

Significa isto que a ausência da memória tem como resultado um ser, que sendo, é como se não fosse. Essa inconsciência paralisa todos os movimentos de defesa ou de afirmação. Vegetaliza o ser, primeiro pela abolição da vontade, depois pela eliminação do próprio instinto de conservação. O ser deixa de ser sujeito para ser objeto. Deixa de ser agente para ser paciente.

As nações sem memória se deixam conduzir pelos acontecimentos. Rege-as o determinismo brutal dos fatos. Decide seus destinos a vontade estranha de outros grupos nacionais conscientes. A Nação vegetalizada no pragmatismo dos interesses quotidianos, brutalizada pelos interesses mesquinhos do dia a dia, absorvida pelas exclusivas preocupações materiais do comércio e da politicagem dos facciosismos estreitos, já não conhece a maravilhosa e exaltadora conjugação dos verbos em voz ativa, já não sabe clamar com força esta palavra "eu".

Ensinar a Nação a saber quem é, para que ela continue a ser, é a missão dos seus condutores. Foi a missão de Moisés através do deserto. Foi a missão de Péricles na Grécia. Foi a missão de Isabel de Castela, de Afonso Henriques quando fundou a Monarquia Lusitana, de Richelieu unificando a França, de Pedro, o Grande, construindo a Rússia, de Frederico, criando a Alemanha, de Washington, anunciando ao mundo uma nova nação, de José Bonifácio fundando o Império Brasileiro.

Precisamos de homens conscientes para construirmos o Brasil consciente. Precisamos dar sentido à vida brasileira. Sentido histórico derivando das fontes da História. Sentido espiritual, superando as misérias da hora presente, a confusão prenunciadora da desintegração nacional, e elevando o nível das preocupações do nosso grupo humano.

Voltaremos ao assunto. Porque dele depende a continuação do Brasil.

HORIZONTES PARA A JUVENTUDE

(À margem de um soneto de Rilke)

“A Marcha” publicou em sua seção literária um soneto de Rilke digno de ser lido e meditado por aqueles que pretendem ser, ou que se dizem, verdadeiros idealistas, ou homens que se conduzem por superiores aspirações humanas ou nacionais ⁽¹⁾.

“Tudo o que vem da pressa” — diz Rilke — “será desde logo ultrapassado”. E, naquele seu misterioso hermetismo, o poeta nos ensina que todas as coisas grandes da natureza

(1) — O soneto é este:

*“Nós somos os que avançam,
Mas o passo do tempo,
tomai-o como um nada
frente ao que para sempre fica.*

*Tudo o que vem da pressa
será desde logo ultrapassado:
enquanto o que tarda
afinal nos inicia.*

*Moços, não desperdiceis vosso ânimo
na pressa,
nem no ensaio do voo.*

*Tudo é tranqüilo:
treva e luz,
flor e livro.*

e da vida são tranqüilas: “a treva e a luz, a flor e o livro”. Pelo que, particularmente aos moços, concita dizendo: “não desperdiceis vosso ânimo na pressa, nem no ensaio do vôo”.

Tão profunda lição nos conforta quando estamos empreendendo obras duradouras, visando largos horizontes do futuro, ainda que, aparentemente, muitos nos julguem entregues a assuntos e atividades práticas ou imediatas que, bem examinadas, não passam de simples fatores atuais coordenados no sentido de uma composição dificilmente compreendida pelos que não possuem o dom da imaginação e do raciocínio a longo prazo. E serve, ainda, para acordar, numa geração que desejamos preparar para finalidades mais altas do que aquelas em que se consumiram as suas precedentes, as nobres inspirações e as firmes decisões estimuladoras e disciplinadoras das vontades inflexíveis.

A capacidade de abranger os horizontes totais de um ideal preconcebido e a capacidade, mais necessária ainda, de aceitar as contingências do “efêmero” como indispensáveis à conquista do “duradouro”, uma e outra não as possuem os homens comuns. E como os homens não podem prescindir dos homens comuns para a realização dos seus grandes objetivos, repetem-se, periodicamente, na História, os dramas das incompreensões entre o menor e o maior número, necessitando aquele de compor as forças deste, correlacionando com o “mediatismo” da minoria.

* * *

A perfeita noção desse drama teve-a Cervantes, quando conjugou os altos fins cavalheirescos de D. Quixote com os fins medíocres do utilitarismo de Sancho Pança. O herói cervantino constantemente está a falar ao seu escudeiro da conquista de uma ilha, da qual fará Sancho governador. Insinua no ânimo do camponês manchego a ambição pelas glórias e riquezas mais ao alcance de suas mãos, e com isso mantém a fidelidade do prestante auxiliar, que pacientemente cuida do cavalo de seu amo e de seu próprio

burro, dos problemas quotidianos da alimentação e da hospedagem e não raro dos cuidados clínicos de que o herói necessita quando leva por acaso alguma sova de arrieiros desrespeitosos ou de taverneiros sem entranhas.

O que Sancho deseja é um cargo político ou administrativo ou uma posição que o tire da vulgaridade de sua vida de camponês. E como acredita que D. Quixote lhe pode conseguir tais coisas, dedica-lhe sincera fidelidade. Ao cabo de tantas aventuras, derrotas e humilhações, Sancho acaba nutrindo uma profunda amizade pelo "Cavaleiro dos Leões", libertador de cativos, defensor da honra das damas, cultor das lídimas virtudes da Cavalaria. Enquanto isso, o que deseja D. Quixote é tudo aquilo em que Sancho não foi e não pode ser iniciado: o ideal pelo ideal, o dispêndio da vida no esforço para o mais alto, o mais puro, o mais santo.

Se, transitando da ficção de Cervantes, passarmos ao campo das realidades históricas, veremos, nos fins do século XV, o sonho grandioso dos Monarcas Lusitanos, desabrochado como uma flor no século XII, no Castelo de Guimarães, e completado mais tarde no Castelo de Tomar, pelos Cavaleiros Freires de Cristo, e que se traduzia na legenda "dilatar a Fé e o Império", veremos esse sonho utilizar-se dos fins imediatos do comércio de especiarias do Oriente, para coordenar as forças decisivas da epopéia da Navegação. A possibilidade de compreensão da maioria não ia além da pimenta, do cravo e da canela: mas ainda assim essa maioria produziu heróis e mártires da empresa marítima tão dignos como os heróis da autenticidade idealista.

O sonho de Cristóvão Colombo encontrou eco nas ambições nobilíssimas da grande Isabel de Castela, mas precisou de despertar o interesse de comerciantes e de marujos, para levar a cabo a empreitada magnífica. E do drama que viveu Colombo nos longos dias da travessia do Atlântico dão-nos conta os historiadores e, aqui mesmo no Brasil, essa pequena peça em versos de Gofredo da Silva

Teles (pai), intitulada "O Mar da Noite", onde assistimos à revolta do imediatismo duvidoso contra o idealismo, cheio de certeza, do Almirante.

Mas se recorrermos às letras sagradas, será nas páginas do Evangelho que iremos assistir ao eterno drama da incompreensão. As promessas espirituais do Velho Testamento eram tomadas, ao pé da letra, no sentido temporal e material, pelo povo ao qual fora, através dos séculos, anunciado o Messias. A maioria, ou quase unanimidade, dos co-nacionais de Jesus não conseguia compreender um Cristo cujo reino se realizasse universalmente e no decorrer dos tempos futuros. O trono do Messias deveria ser o de David; o seu milagre político, a unificação nacional quebrada depois do reinado de Salomão; o seu poder, a hegemonia de Israel entre os povos da terra; a sua munificência, as grandes safras de azeite, trigo e vinho, as arcas do erário abarrotadas e a fartura enchendo as bocas. Só uma minoria abrangeu o sonho-realidade, a aspiração-concretizada, a promessa realizada, a redenção que alvorecia para o mundo. Porém mesmo essa minoria mostrou-se influenciada pela maioria adversa, quando ao cabo da tragédia do Calvário e na plenitude da glorificação no cimo do monte das Oliveiras, indaga de Jesus ressurrecto e prestes a elevar-se aos páramos infinitos, se seria agora a restauração do trono de Israel...

* * *

Se assim foi em todos os tempos, não devemos estranhar que assim seja em nosso país. A grande massa é imediatista e só cogita dos interesses quotidianos. A construção da Grande Nação não entra nos seus horizontes acanhados de capoeira doméstica. E, como consequência do sufrágio universal, os homens públicos da preferência das multidões são exatamente os que com elas mais se parecem, temos a cuidar dos interesses do Estado e da Pátria uma legião de políticos também incapazes de raciocinar a longo prazo e de proporem os grandes temas de um superior idealismo. Nem chegamos a adotar, pelo menos, a política do san-

chismo, pois Sancho leva a vantagem de acreditar em alguma coisa, ao passo que os nossos homens públicos não acreditam em nada que esteja além das preocupações estritamente facciosas.

A mentalidade brasileira predominante em nossos dias é uma navegação de cabotagem. Anda a curtas distâncias e visando sempre os portos mais próximos. E quando se lhe apresenta um problema de interesse humano, universal ou nacional, a solução é submetida às conveniências do momento, aos interesses de ocasião, os quais quase sempre são interesses eleitorais ou de fácil popularidade.

Nesse ambiente, existe uma minoria consciente de seus objetivos elevados e distantes. Quer realizar a Grande Pátria; quer criar uma cultura nacional-brasileira; quer dar uma base à Nação, interpretando o seu destino histórico e predeterminando a sua missão entre os povos do Hemisfério e do Mundo. Mas essa minoria terá de tomar iniciativas de caráter imediato relacionadas com a predeterminação do ideal a que aspira. O campo desse ideal deverá ir sendo conquistado, palmo a palmo. E essa conquista se efetiva em cada dia, pela transformação gradual do abstrato-futuro em fato-concreto-presente. Reduzir o futuro a presente é obra lenta, serena, cuja constância revela o poder da minoria criadora. É um avanço decidido para a frente. Sem agitação, sem sofreguidão, sem ímpetos inconseqüentes, mas pelo contrário, com firmeza, com calma e com segurança. Daí o acerto dos versos de Rilke quando diz:

*Nós somos os que avançam
Mas o passo do tempo,
tomai-o como um nada
frente ao que para sempre fica.*

* * *

O que importa é não parar. Não desviar. Não diminuir a velocidade. Não alterar o ritmo da marcha. Não ouvir a crítica à esquerda ou à direita. Não se desesperar com a

insuficiência dos instrumentos humanos. Não perder tempo com os pequenos combates inúteis, com as escaramuças com que os fracos pretendem distrair os fortes da batalha maior e decisiva.

O que cumpre à minoria esclarecida é agir e fazer. Lutar contra a miopia com as lentes do desinteresse pessoal e o uso dos telescópios dos grandes ideais. Superar as paixões, que rangem os dentes em torno, não tomando conhecimento das ações pequeninas daqueles que, para subir, precisam destruir aos outros. Cerrar os ouvidos aos que procuram seduzir com as miragens dos êxitos fáceis e das vitórias efêmeras. Desprezar os triunfadores fúteis que conquistaram as graças das massas populares fátuas e os favores das ondas e dos ventos incertos e volúveis dos prestígios ocasionais.

A minoria esclarecida não obedece aos caprichos das multidões, porque não vive na superfície delas, boiando à mercê das correntes das paixões populares, mas vive nas profundezas da mesma multidão, onde está a essência dela, a sua substância, que ela própria desconhece.

Agir e fazer é usar dos elementos atuais. A maioria interpretará o uso desses elementos como se a minoria atuasse no sentido restrito de um imediatismo comum. Essa interpretação pode ser aproveitada para se coordenarem forças úteis aos fins superiores objetivados. Mas é preciso evitar o perigo da contaminação da minoria esclarecida pela maioria em que dominam as limitações da mediocridade.

Certos êxitos ocasionais de demagogos; certos sucessos de abutres que se alimentam de cadáveres morais; certas consagrações nas urnas refletindo, não as qualidades afirmativas dos eleitores, mas as atitudes negativas; certas vitórias decorrentes de intrigas da corte ou do jogo de interesses ocultos; certos renomes auferidos à custa dos pratos do dia nos cardápios dos parlamentos ou na culinária da imprensa de escândalo: tudo isso deve passar ao largo dos verdadeiros construtores e dos puros idealistas.

Pois levar em consideração essas coisas é abdicar do po-

der de criar. É parar no meio do caminho. É aderir à visão estreita dos que se alimentam de facilidades. É renunciar à perfeição pela pressa. É vender, como Esaú, o direito à primogenitura, pelo prato de lentilhas que lhe oferece Jacob.

O que cumpre à minoria esclarecida, principalmente a essa nova geração que está surgindo no Brasil, é não permitir que lhes cortem as asas para que o alimento lhes venha de esmola nos terreiros da popularidade vulgar. Que as asas fiquem intangidas e se fortaleçam nos largos vôos. Que não se percam, como diz Rilke, "no ensaio do vôo", isto é, nas permanentes insatisfações e angústias mentais, nas tentativas repelidas em direções diversas, no intelectualismo excessivo e nas discussões intermináveis.

Com firme decisão e seguro objetivo, que a juventude da Pátria levante o vôo. Que suas asas dominem os amplos horizontes. Que suas almas não sejam pássaros domésticos, mas sejam grandes águias inebriadas de sol e de azul nas amplidões da Nação e da História.

O ÂNGULO DECISIVO DA HISTÓRIA

Que pretendeu Guido Domênico, expressão da arte barroca dos princípios do século XVII, dizer-nos na alegoria que nos apresenta um homem, sentado sobre nuvens, a meditar entre o livro que sustenta no flanco esquerdo e a tábua que lhe apresentam dois anjos, enquanto um terceiro abraça amorosamente uma cruz?

Os dois querubins, ao alto, olham para o Homem: um como a revelar-lhe o mistério de amor que a Cruz representa; outro a mostrar-lhe, com ar grave, o texto inscrito na tábua que o anjinho soergue.

O artista pintou este anjinho, à maneira barroca. É um exemplar dos muitos reproduzidos nas talhas dos altares e dos púlpitos, desde os fins do século XVI até o terceiro quartel do século XVIII, semelhante ao Eros dos gregos, ou Cupido dos romanos. Faltam-lhe a aljava e as setas, porque o Amor, segundo Cristo, não fere e, ao contrário, deixa-se ferir. Mas a idéia dos artistas barrocos é clara, relacionando a imagem pagã do Amor com a imagem cristã: dar-nos os sentidos dos novos tempos advindos de uma doutrina baseada na bondade e na prodigalidade dos corações.

Eros, consoante a interpretação psicológica da mitologia helênica, não pode crescer e desenvolver-se sozinho. Pre-

cisa de um objeto ou de uma finalidade. Por isso, Vênus lhe deu um irmão, Anteros, considerado o amor ao Amor, ou a reciprocidade dos sentimentos. Mas os anjinhos da arte barroca, dentro da concepção cristã do Amor que se confunde com a Caridade, nada precisam receber em troca da sua generosidade. E, enquanto Eros, transformado no Cupido latino, é símbolo do prazer e da crueldade despótica a dominar os corações, o Amor cristão é símbolo da inocência e da candura, da alegria do bem-fazer e do sofrimento em benefício de outrem.

Essa imagem do Amor é que apresenta a tábua ao Homem Meditativo da pintura de Guido Domênico.

O livro que o Pensador traz aberto representa, por certo, a Lei Antiga. Nas suas páginas estão os Mandamentos do Sinai, as normas sociais e jurídicas de Moisés, as antevistas dos profetas, as narrativas do Antigo Testamento, estabelecendo conexão histórica entre o Passado e o Futuro. O Homem interrompe a leitura para ouvir os enviados de Deus e refletir sobre os novos preceitos trazidos por Cristo.

É o instante de transição entre o Homem Velho e o Homem Novo. É o ângulo decisivo da História. A revelação de um caminho ainda não percorrido e para o qual se precipitará a Humanidade sedenta de Paz.

* * *

Depois da jornada milenar, desde as idades da pedra e do bronze, até ao patriarca de Ur, a emigrar dos centros científicos da Caldéia; e desde as montanhas de Sion às planícies do Egito; a da terra de Gossen, através dos desertos, até, de novo, ao país de Canaan; e seguindo o curso da História, entre fases de esplendor e de cativo, até ao dealbar do Império Romano, o Homem Velho se encontra na hora decisiva de renascer. Uma Nova Lei, a Lei do Amor, que é Lei da Cruz, de sofrimento e de glória, de excelsas alegrias interiores, vem trazer-lhe a possibilidade de transformar-se.

Essa transição, esse ângulo da História, não significa, entretanto, que o Gênero Humano se haja modificado essencialmente, substancialmente, ao ponto de reinar a harmonia entre os homens, baseada na magnanimidade dos corações.

Uma Nova Humanidade nasce em conseqüência do milagre da Cruz, porém a Velha Humanidade continua a co-existir porque ao Rei da Criação foi dada a faculdade de resistir à Graça e rejeitar o Céu.

No próprio Homem, considerado singularmente, lutam dois homens; o velho e o novo, aquele trazendo a tendência ao Mal, este a iluminar-se com a própria luz que de si mesmo tira e que é a aspiração ao Bem.

O Homem Velho proclama, ostenta e alardeia os aspectos exteriores de uma renovação constante, à proporção que descobre, pela ciência, as leis da natureza inanimada e domina, pela técnica, a matéria passiva. Clama, a cada descoberta, a cada invenção, a sua modernidade, o seu progresso, a glória cintilante de sua força humana. Assim percebendo, não percebe que, avançando no domínio do mundo exterior, se encontra interiormente paralisado e identificado com os seus remotos ancestrais, os trogloditas das cavernas, cuja lei era a lei da força e da livre expansão dos instintos cruéis.

O Homem Novo, sem alardear modernismo, é cada vez mais moderno do que o Homem Velho que se julga novo, por se ter adaptado servilmente às circunstâncias criadas pelas suas conquistas materiais. Porque o Homem, verdadeiramente novo, renasce todos os dias de suas próprias cinzas, como a Fênix do deserto que se imolava ao fogo do sacrifício.

O Homem Novo, que, segundo o Evangelho de São João, não nasceu "do sangue nem da vontade da carne, nem da vontade do varão, mas de Deus", age mediante a sua própria dinâmica, sem jamais parar no esforço da perfeição. O que Rousseau julgou ser a perfeição, consideran-

do o "homem natural" como essencialmente bom e feliz, não era mais do que o último degrau da decadência do ser humano provinda do pecado original. Foi preciso que o Homem se reerguesse, lentamente, através dos séculos. Esse esforço no sentido do mais alto foi produzindo as civilizações, as quais não consistiram exclusivamente dos progressos materiais, mas nos progressos morais que se expressaram nas leis e nos costumes reguladores das relações humanas.

Com a vinda do Desejado das Nações, Deus interveio na História, de modo decisivo. O nascimento, a vida, a doutrina, a paixão e a morte de Jesus Cristo facultaram ao Homem o poder de ascensão espiritual, deram-lhe a chave da salvação, aumentaram-lhe a força propulsora.

* * *

A diferença, na vida espiritual do Homem, antes e depois de Cristo, pode ser figurada materialmente como a diferença entre o carro puxado por animais e o avião impulsionado pelos motores. Moralmente, o Homem anterior a Cristo escalava, no máximo, uma alta montanha, continuando sempre na terra, ainda que visionando largos panoramas; e o Homem posterior à Redenção ganhou forças para desprender-se da terra e atingir as nuvens.

Se o avião se liberta da lei da gravidade, e o mais pesado do que o ar singra as alturas, o Homem, a partir do Século Primeiro da nossa Era, libertou-se da lei do pecado e, com todas as suas deficiências, que o tornam pesado nas amplidões morais, pode atingi-las e pairar nas alturas que lhe pareciam inacessíveis.

O Homem Velho tem também a sua dinâmica. Ao passo que o Homem Novo, sem deixar de seguir o ritmo do progresso científico e técnico, desenvolve o seu esforço interior no sentido de não se deixar superar pela sua própria criação de outras condições de existência social, o Homem

Velho deixa-se dominar por estas condições e conserva-se interiormente estático, ou seja o mesmo de há dois mil anos. E como a maioria do mundo é ainda constituída desse tipo humano psicológica e espiritualmente estático, as conquistas científicas e técnicas em vez de melhorar o ambiente moral dos povos, vão envenenando-o de terrores e entenebrecendo-o com as nuvens ameaçadoras das catástrofes iminentes.

* * *

As ascensões do Homem Novo, renascido pela Graça de Cristo, não constituem, porém, uma serena subida, sem pausa nem quedas. Nobres espíritos procuraram dar ao navegador das alturas os roteiros meteorológicos seguros para o domínio dos espaços morais. Esses argutos pilotos se sucedem, desde São Paulo com suas *Epístolas*, a Santo Inácio engendrado o instrumento náutico dos *Exercícios Espirituais*, ou São João da Cruz, com os *Cem Avisos e Sentenças*, ou São Francisco de Sales, com a sua *Introdução à Vida Devota*. Mas, apesar de tantas instruções, mapas, aparelhos de precisão, que lhe facilitam a decolagem, a orientação e a segurança de vôo, nada impede que o viajante encontre as bolsas de ar das próprias fraquezas que lhe ocasionam as freqüentes quedas acusadas pelo altímetro da sua consciência. Nada impede que, no meio social em que vive e age, como os aviões no ar, encontre no seu caminho a névoa seca da amoralidade do século, os ventos contrários do agnosticismo e do materialismo, os cirros-nimbos das paixões empolgantes. Todo o esforço do Homem Novo, na sua ascensão, deve ser o de evitar as quedas, pequenas ou grandes, principalmente as quedas irremediáveis que se chamam impenitência e desespero.

Numa palavra: é preciso o Homem novo dominar não apenas a natureza, utilizando-se de suas leis pela força de sua técnica, mas imperar também sobre as suas próprias criações técnicas, evitando subordinar-se ao seu despotismo. Esse império do Rei da Criação decorre, antes de mais

nada, do governo interior do seu próprio "eu". Pois ninguém se governará entre os outros, se não se governar, primeiro no isolamento das horas silenciosas, quando a voz da Tentação canta o seu canto de morte e o Espírito deve estar alerta, vigiando e orando, como ensinou Jesus aos seus discípulos e, através deles, a todos nós.

* * *

Nesta hora terrível em que os povos perplexos recebem a notícia das mais recentes experiências da bomba de hidrogênio, o anúncio das bombas de azoto e de cobalto, cujo poder destruidor pode levar o nosso planeta ao esfacelamento total, a atitude do Homem do nosso Tempo é, por certo, aquela que o pintor Guido Domênico nos apresenta no seu quadro. Talvez o livro que a personagem central da alegoria sustenta no flanco esquerdo já não seja o Velho Testamento, mas o Livro da Ciência, fruto daquela árvore do Paraíso, que Adão e Eva não deveriam tocar. "Se comerdes dos frutos desta árvore" — dissera-lhes Deus — "morrereis". A árvore era, por certo, a ciência sem alma, a técnica sem moral, o saber sem coração. Porque a verdadeira ciência vem acompanhada das revelações divinas e a verdadeira técnica do sentimento do amor, que é sinônimo de servir. E toda árvore em que não circule a seiva de Deus só poderá produzir frutos venenosos. Esses frutos de que estamos nos intoxicando, na vida familiar, na vida social, na vida internacional.

Nesta Semana, em que, mais uma vez celebramos o mistério do Amor na maravilha divina da Paixão, Morte e Ressurreição de Jesus Cristo, a atitude do Homem do século XX, é certamente, aquela mesma reproduzida pelo pincel de Guido Domênico. Sentado nas nuvens da glória efêmera, o Homem medita sobre o seu Destino. E permita Deus que da profunda meditação resulte a reintegração da posse de si mesmo, a realizar-se por esse Homem, que

alienou suas prerrogativas divinas fazendo-se um autômato no meio dos autômatos de ferro e aço que ele próprio criou.

Que Jesus, o Cristo, dê-nos forças para tomarmos o luminoso caminho neste ângulo decisivo da História.

A VERDADEIRA DEMOCRACIA

Os temores de Tocqueville, quando observa na Democracia os germens de dois males — a anarquia e a servidão — levam-nos a meditar sobre a inconsistência das construções humanas, se elas se apoiam exclusivamente na presunção de que ao homem é possível, usando do orgulhoso instrumento da sua inteligência, edificar a ordem social e política mais condizente com as aspirações da sua felicidade e do seu destino.

A conciliação entre a liberdade e a igualdade é o tema das angústias do pensador francês. Versando-o, com sutileza e clarividência, procurou o autor da *Democracia na América* engendrar um sistema de equilíbrio mediante cujo funcionamento não viesse a sufocar a liberdade, nem esta suprimir aquela.

Nos dias que vivemos, Tocqueville tornou-se atualíssimo. A incapacidade geral dos povos para definir a Democracia origina-se da maior ou menor porção em que se toma um daqueles termos. Ou a liberdade, por excessiva, conduz à anarquia; ou a igualdade, por exagerada, leva os homens à escravidão.

Às meditações do pensador francês do século XIX, podemos acrescentar que o estado de espírito gerado pela

anarquia (ou desigualdade, em que imperam os poderosos, os ricos, os aventureiros, em prejuízo dos fracos, dos pobres e dos honestos) é o de uma aspiração irresistível à igualdade; e como esta, levada ao extremo, produz a escravidão coletiva em que sossobram as liberdades individuais, conclui-se que a liberdade hipertrofiada é o primeiro passo para a supressão de todas as liberdades.

O problema que se propõe ao mundo de hoje é, portanto, este: realizar o máximo de igualdade, na amplitude das máximas liberdades, o que se significa, por outras palavras: impedir que a igualdade destrua a liberdade e que a liberdade elimine a igualdade. . .

Será, porém, possível, que isso se realize, pela simples estruturação constitucional das Cartas Políticas e das leis ordinárias?

* * *

Quando nos demoramos, à sombra das imensas bibliotecas, em horas silenciosas e comovidas, a contemplar as mudas fileiras dos in-folios, dos manuscritos, dos incunábulo, dos pergaminhos, dos milhares de volumes que, através dos séculos, se acumularam conservando nas suas páginas o acervo imenso do pensamento dos homens, uma dolorosa tristeza nos invade. A cidade dos livros é, de certa forma, o cemitério das idéias. Dos sepulcros de papel muitas vezes ressuscitam conceitos, juízos, hipóteses de uma época longínqua, e combinando-se com outros de tempos mais recentes, surgem nos lineamentos de novos sistemas, destinados também a viver alguns dias de popularidade, para depois irem também adormecer nas estantes. . .

É todo o esforço humano tentando decifrar o enigma do Universo e do Homem, procurando as fórmulas da felicidade individual e social, o segredo do equilíbrio entre indivíduos e grupos, entre o ser humano, os seus símiles e a sociedade em que vivem, e entre as sociedades nacionais sequiosas de mútua solidariedade e segurança. Por mais

alheias que pareçam as investigações científicas e as especulações filosóficas ao tema da construção social, todas trabalham por adquirir conhecimentos capazes de enriquecer a inteligência tornando-lhe possível a descoberta da fórmula política salvadora. Nenhum esforço intelectual foi dispendido sem conseqüências diretas ou indiretas na vida jurídica dos povos. E, no entanto, é triste pensar que, ao cabo de tão longos milênios, o mundo não encontrou ainda a solução do seu magno problema.

O que discutimos hoje é o que se discutia na Grécia Antiga, isto é, a defesa da Democracia contra os perigos da liberdade que leva à anarquia, da anarquia que incita as reivindicações extremas da igualdade, e da igualdade que produz o domínio de um só ou de alguns sobre a multidão escravizada. Chegamos, assim, ao século XX, sem saber definir a Democracia, sem saber defendê-la e sustentá-la.

* * *

Para a Rússia Soviética (apreciando-se com isenção de ânimo e exclusivamente do ponto de vista teórico da doutrina comunista) a Democracia é a realização da igualdade econômica mediante a socialização dos meios de produção. Socializar, entretanto, os instrumentos produtores da riqueza é colocar tais instrumentos nas mãos de uma classe de dirigentes, que se torna poderosa e exerce o seu domínio incontrastável sobre a coletividade dirigida. Suprime-se, dessa forma, o outro elemento da Democracia, que é a liberdade de escolha dos governantes pelos governados, uma vez que (segundo a própria doutrina comunista) a maior soma de poder econômico determina o maior índice de liberdade. A maior soma desse poder, encontrando-se nas mãos da classe dirigente, outorga-lhe o arbítrio da escolha dos chefes. Entre estes, segundo a hierarquia da função exercida, estabelece-se uma escala de domínio, que vai desde o funcionário menor da repartição até ao presidente supremo do governo. Tem-se, dessa forma, uma Ditadura,

que contraria o espírito da Democracia, tomada esta na acepção da livre escolha dos governantes pelo povo.

Ao contrário, para as Nações ditas democráticas do Ocidente, a Democracia é a realização plena das liberdades consubstanciadas nos consagrados princípios dos direitos do homem. Teoricamente, nada mais justo e mais belo, porque nos direitos do homem se incluem, não apenas as liberdades políticas, mas também um mínimo de condições econômicas garantidas pelo Estado, as quais constituem, por assim dizer, o lastro da liberdade.

Mas, na prática, o princípio da livre escolha dos governantes pelos cidadãos é burlado pelo individualismo excessivo, que, utilizando-se do prestígio das posições conquistadas ou do poder do dinheiro, ilude as multidões, moldando a opinião pública ao seu talante e conduzindo despoticamente aquelas massas desorganizadas que o Papa Pio XII qualificou de amorfas e absolutamente diversas do povo esclarecido segundo as categorias de seus valores.

Assim, enquanto, na Rússia, a oligarquia dirigente realiza as suas eleições comprimindo os eleitores sob o peso das ameaças econômicas (que vão até ao corte das cartas de racionamento) e das perseguições exercidas pela polícia política, em nossas Democracias organizam-se verdadeiros sindicatos comerciais com feição partidária, assenhoreando-se, pelo poder do dinheiro, das estações de rádio, das colunas da imprensa, de aparelhamentos de propaganda que funcionam desde a disseminação prodigiosa de cartazes e impressos (meios esses perfeitamente lícitos) até à instalação de armazéns de comestíveis, de roupas e quinilharias, que concorrem com o comércio normal, escondados nas caixas dos partidos.

Burla-se, dessa maneira, por meios indiretos, a verdadeira vontade do povo, pois a massa, que se deixa levar pelos impulsos momentâneos de uma fascinação oriunda de benefícios efêmeros e insubsistentes, não constitui, de forma alguma, a expressão real da Democracia. Ela se deixa levar, segundo as palavras do Sumo Pontífice, em sua Radiomen-

sagem do Natal de 1944, por “exploradores, mais ou menos numerosos, que têm sabido, mediante a força do dinheiro ou da organização, assegurar-se sobre os demais uma posição privilegiada e mesmo o Poder”.

Encontramos, por conseguinte, em nosso século, a Democracia praticamente morta, ou *por excesso de igualdade*, ou *por excesso de liberdade*. E como não pode existir liberdade sem igualdade, nem igualdade sem liberdade, conclui-se que em nosso século não existem nem liberdade e nem igualdade. Os dois termos completam-se e, completando-se, realizam a Democracia verdadeira, ou seja a única Democracia.

Como restaurar, de novo, essa forma de governo que é a mais justa, a mais honesta, a mais digna, aquela que respeita a nossa cidadania perante os homens e perante Deus?

Será mediante simples artifícios de construção jurídica, tal como idealizou Tocqueville, que salvaremos a Democracia? Ou o problema é mais profundo, procurando, nas raízes do Ser Humano, os elementos perenes que conseguem estabelecer a harmonia perfeita entre aqueles dois termos fundamentais do perfeito regime democrático e, mais ainda, a harmonia entre os homens, os grupos e as nações?

* * *

Sim; o problema é mais profundo. Se a Democracia é a livre expressão da personalidade humana, é preciso buscar nas raízes do Homem o princípio vital do sistema político a que ele aspira.

No recesso do Ser Humano encontramos duas leis, que se sobrepõem na sua realidade indestrutível, a todos os textos constitucionais e a todas as normas do direito positivo.

A essas duas leis pode atender o Homem, segundo se dirige para o Bem ou para o Mal. Uma é a lei dos seus instintos; a outra é a lei de Deus. Governando-se os cidadãos por aquela, todos os regimens políticos redundam em escla-

vidão, ou seja na antítese da Democracia; mas governando-se por esta, em qualquer forma de governo os cidadãos atingem o nobilíssimo padrão político da verdadeira Democracia.

Será inútil pretender com artifícios legais equilibrar a liberdade e a igualdade, porque o idealismo jurídico há de sempre conflitar com o realismo social, que é muito mais forte nos seus efeitos e nos subterfúgios com que sofisma a própria letra das leis.

Criar uma Democracia puramente mecânica, destinada a funcionar automaticamente pelo exercício dos órgãos do Poder e pela prática dos atos cívico-políticos por parte dos cidadãos, representa um sonho cuja inexecutabilidade se evidencia nos episódios históricos do nosso tempo.

A Democracia, ou governo do povo, deve fundar-se muito mais em princípios de moralidade, que infundem em cada homem o sentimento do justo e do verdadeiro, do que nas regras coercitivas facilmente burladas pelos interessados em transgredi-las.

Todas as dificuldades que atualmente se apresentam aos que pretendem definir a Democracia está em que o termo é tomado na acepção do simples mecanismo das instituições e não no sentido da idéia nele contida.

A idéia essencial da Democracia é uma idéia de justiça; a partilha das liberdades públicas e privadas e a distribuição racional da igualdade perante Deus e as Leis Cíveis e segundo as categorias dos valores e funções acessíveis a todos os cidadãos. Quer dizer: somos, num regime democrático, verdadeiramente iguais uns aos outros no exercício das liberdades justas; e somos verdadeiramente livres para sermos iguais nas próprias desigualdades de temperamento, de vocação, de aspirações que nos levam a assumir postos diversos nas categorias econômicas, intelectuais ou políticas.

Se a idéia essencial da Democracia é a Justiça, como pode essa idéia estar sujeita ao arbítrio, puramente transitório, de uma crise psicológica da multidão conduzida

por um ou mais indivíduos? Há, por conseguinte, alguma coisa de fixo, de imutável, na Democracia. Essa coisa imutável, que representa a própria vida da Democracia, é a própria concepção democrática das instituições fundamentais. No dia em que esse conceito fosse posto a votos, ele deixaria praticamente de existir.

Mas, ainda mesmo mantido esse conceito, ele não teria vida efetiva sem que entre ele e cada cidadão se estabelecesse uma íntima consonância. Donde se conclui que a Democracia não existe onde os seus postulados se consigam apenas na letra das leis. A vida da Democracia está na alma de cada cidadão. Conhecendo-a e amando-a, podemos defendê-la; mas se não a conhecemos não conseguimos sustentá-la, na hora em que se pretenda por a votos os princípios que a informam e que são, para o verdadeiro democrata, intangíveis.

* * *

Os verdadeiros princípios da Democracia têm de ser fundamentalmente cristãos. Entre a lei do instinto e a lei de Deus, os democratas sinceros adotarão esta. É a lei que procede da fé num Criador do Universo e na imortalidade da alma humana e que sustenta a liberdade do homem como prerrogativa do seu espírito. Logicamente, a lei de Deus, que nos faculta a liberdade e a responsabilidade, proclama a intangibilidade da pessoa humana. Intangível e livre, o Homem assume o compromisso de respeitar a intangibilidade e a liberdade do seu semelhante, as quais se estendem aos grupos naturais em que a Pessoa Humana se afirma e às coisas que pessoas e grupos possuem legitimamente.

Temos, assim, como bases da Democracia: 1.º) a Pessoa Humana intangível; 2.º) os grupos naturais que dela procedem e dos quais o primeiro é a Família; 3.º) a Propriedade justa, isto é, aquela que não ultrapassa os limites do bem alheio ou comum.

Sendo o Município uma reunião de pessoas, de grupos naturais e de propriedades, segue-se que o Município deve

ser autônomo; e sendo a Nação um conjunto de municípios autônomos onde vivem pessoas, famílias e grupos autônomos, conclui-se que a idéia da Pátria é inerente à Democracia.

A manutenção de todas essas expressões da liberdade humana exige virtudes nos cidadãos. Essas virtudes são as que se contrapõem às leis do instinto, que é injusto e cruel. Cumpre, pois, como único meio de realizar-se o regime democrático, uma larga e profunda obra de educação para a Democracia.

* * *

Em caso contrário será impossível a Democracia. “Em mãos ambiciosas de um só ou de muitos” — disse o Papa Pio XII — “agrupados artificialmente por tendências egoístas, pode o próprio Estado, com apoio da massa reduzida, a não ser mais do que uma simples máquina, impor o seu arbítrio à parte melhor do povo”. E, no mesmo discurso (Natal de 1944), continua S. Santidade: “Em um povo digno de tal nome, o cidadão sente em si mesmo a consciência da sua responsabilidade, dos seus deveres e dos seus direitos e a sua liberdade está unida ao respeito da liberdade e da dignidade dos demais”.

E conclui: “Como antítese deste quadro do ideal democrático de liberdade e igualdade em um povo governado por mãos honestas, que espetáculo apresenta um Estado democrático deixado ao arbítrio da massa! A liberdade do dever moral da pessoa se transforma em pretensão tirânica de desafogar livremente os impulsos e apetites humanos, com dano aos demais; a igualdade degenera em nivelção mecânica, em uniformidade monócrona. O sentimento da verdadeira honra, a atividade pessoal, o respeito à tradição, à dignidade, em uma palavra, tudo o que dá à vida o seu valor, pouco a pouco se funde e desaparece, e unicamente sobrevivem, por uma parte vítimas enganadas pela fascinação aparatosa da democracia (fascinação que se confunde ingenuamente com o espírito da democracia, com

a liberdade e a igualdade) e por outra exploradores, mais ou menos numerosos . . . ”

Mas esta, acrescentamos nós, é a falsa democracia, a que se rege pelos impositivos dos impulsos inferiores do homem; nela os cidadãos seguem a lei do instinto, que se levanta contra a lei de Deus.

É a democracia sem conteúdo democrático, isto é, sem fundamento na Justiça; é a democracia falsa, baseada na superposição da liberdade sobre a igualdade, ou na igualdade sobre a liberdade, ambas levando os povos às suas trágicas conseqüências, que tanto podem ser as do totalitarismo nazista, como as do totalitarismo comunista, ou as de qualquer ditadura que sob o pretexto de coibir aqueles totalitarismos se implanta com todos os vícios e tiranias de ambos.

Em suma: Democracia só pode existir com a lei de Deus, que fez o homem livre e responsável. Fora disso, é tudo fantasia, é tudo engodo, a iludir multidões inconscientes com a música das palavras sonoras e vazias de sentido . . .

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA IMPRENSA

Ainda que os novos meios de informação, lançados ao mundo pela técnica moderna, dominem as multidões levadas a utilizá-los sob o impositivo da lei do mínimo esforço, nem por isso a imprensa deixou de ser o veículo por excelência da opinião pública em todos os países. O cinema e o rádio oferecem impressões passageiras e falam mais à sensibilidade do que ao raciocínio. Atuam durante minutos, enquanto o jornal pode repetir as suas notícias, os seus comentários, os seus artigos, tantas vezes quantas deseje o leitor.

O estudo sobre qualquer assunto, a novidade sensacional ou a simples notícia de interesse transmitidos pelo rádio ou pelo filme cinematográfico, não podem ser mostrados ou repetidos às pessoas que não estiverem presentes à irradiação ou à exibição. Ao contrário, se alguém gostou de algum escrito estampado na imprensa, pode guardá-lo para os amigos ou para as pessoas a quem o assunto particularmente entenda.

Numa palavra: o cinema, o rádio, a televisão — por mais dominadores que sejam — passam como as ondas que aflo-ram à superfície do mar; porém o jornal fica, permanece e, com ele, a matéria versada e gravada sobre o papel. E tanto mais perdura a folha impressa, quanto mais espaçado

o seu aparecimento; por isso o jornal quotidiano de uma só edição mais se conserva do que o de repetidas tiragens num só dia; o semanário vai, quase sempre, formar coleções e a revista constitui verdadeiro arquivo de temas interessantes.

Na hierarquia da imprensa, podemos classificar os órgãos de publicidade segundo o espaço e o tempo. Se considerarmos o *espaço*, isto é, a área de influência, o mais importante é o diário, em seguida o semanário, depois a revista e finalmente o livro; e se considerarmos o *tempo* em que a *matéria* impressa exerce o seu magistério, daremos primazia ao livro que vai para a estante, e após à revista, ao semanário e ao diário.

O que não padece dúvida é o fato de constituírem os jornais, as revistas e os livros verdadeiros comensais e amigos do homem. Já pela manhã, o primeiro contato do homem moderno é com o matutino da sua preferência; ao regressar do trabalho, reclinado na poltrona acolhedora, o homem do nosso tempo conversa com o seu jornal; e se se entrega, nas horas caladas da noite, à leitura do livro de seu agrado, também nas viagens de trem ou de avião ouve com os olhos as narrativas, os comentários, os ditos espirituosos da revista que leva como companheira fiel.

Exercendo ação profunda sobre o espírito, esses oradores mudos usam do processo oratório mais singular que imaginar se possa; pois não tendo boca para falar e possuindo apenas letras para mostrar, esses conferencistas, esses narradores, esses polemistas e noticiaristas que se chamam “jornal”, “revista” e “livro”, servem-se da própria voz do seu auditório, uma vez que mentalmente o leitor pronuncia as palavras e frases que lhe entram pelos olhos.

Já se disse que existe um Chopin de Paderewski, outro de Rubinstein, outro de Corteau, e muitos outros quantos são os intérpretes do genial autor dos “Noturnos”; daí a superioridade dos romances sobre os filmes e dos jornais sobre o rádio, pois ao passo que o filme nos dá já realizados os tipos, as fisionomias e as atitudes dos personagens,

dentro de ambientes rigidamente estabelecidos, e enquanto o rádio nos oferece pela voz do locutor o “tom do assunto”, o romance lido nos faculta criar os comparsas ao nosso gosto e o jornal nos permite emprestar à matéria exposta a ênfase que mais convém ao nosso temperamento ou ao nosso interesse.

* * *

Mediante tal processo psicológico, a imprensa exerce uma decisiva influência na formação das opiniões individuais e na formação da opinião pública que é a soma das opiniões de cada um. E jamais será possível destronar a arte de Guttemberg arrancando-lhe das mãos o cetro com que domina as multidões.

Tão capaz é a leitura de transformar os homens que Inácio de Loyola se fez santo lendo histórias de santos e o jovem de Cartago, lendo Platão, encaminhou-se para o espiritualismo de Cristo e se tornou o grande doutor da Igreja, que foi Santo Agostinho.

Observou Cervantes o poder dos livros, dizendo logo no início de sua obra imortal que D. Quixote, havendo lido os livros de cavalaria, depois os releu e tresleu e “se enfrascó tanto en su letura, que se le passaban las noches leyendo de claro en claro y los dias de turbio en turbio”, do que resultou a maravilhosa loucura do cavaleiro manchego.

Se examinarmos a origem das grandezas ou da loucura dos grandes vultos da História, veremos que provieram de leituras. Não teria Camões escrito os *Lusíadas*, se não houvesse lido a *Odisséia*, de Homero, talvez a traduzida para o castelhano por Gonçalo Perez, em 1556, o mesmo se podendo dizer de Virgílio em relação à sua *Eneida*; e estou em que se a imprensa não houvesse sido inventada no século XVI, pouca influência teria tido o racionalismo do século XVII e, conseqüentemente, o naturalismo de Rousseau no século XVIII, de que nasceu a Revolução Francesa.

Grande foi a influência dos livros, já nos tempos em que se vasavam em manuscritos; maior quando após o invento de Laurent Coster, engendrou Guttemberg os caracteres móveis cuja conseqüência foi a instalação de numerosas oficinas, principalmente em Basiléia, Colônia, Paris, Ruão e Veneza, onde mais se avantajou a arte de imprimir. As edições eram ainda reduzidas (nada mais de trezentos exemplares) mas os livros circulavam revolucionando a Europa. Ampliou-se a cultura, ilustraram-se os espíritos e, também, perturbaram-se as cabeças...

O jornal, propriamente dito, aparece no século XVII. O primeiro ("Nieuwe Tijdinghen") imprimiu-se em Antuérpia, no ano de 1605; o segundo, muito provavelmente a "Gazette de France", publicada por Theophraste Renaudot, conselheiro e médico de Luís XIII, cujo primeiro número traz a data de 1631.

Estava terminada a fase das numerosas gazetas manuscritas, que circulavam por todos os países europeus, nas suas respectivas línguas; e ainda que continuassem por algum tempo, não resistiram à concorrência de suas congêneres em letras de forma. Surgiram jornais em Florença (1636), Roma (1640), Gênova (1642), Lisboa (1641), logo após a restauração da independência portuguesa, e Madrid (1661), todos com o nome de "Gazeta".

A imprensa livre começou a circular na Europa no século XVIII. A França já possuía o seu diário, o "Journal de Paris", e, na Inglaterra, fazia furor "The Spectator", aparecido em 1711. Na Alemanha, na Holanda, por toda a parte, os jornais andavam de mão em mão.

A Revolução Francesa foi impulsionada, principalmente, pela imprensa; ali se multiplicaram os jornais nos dias do Terror, do Termidor e do Brumário, e ao alvorecer o século XIX, Napoleão se serve do famoso "Moniteur", como instrumento da sua política. Na América, desde os Es-

tados Unidos até às Nações Latinas, surgem numerosos jornais incendiando os espíritos no período heróico da Independência.

* * *

O mundo transformou-se pela ação do jornal. No Brasil, trazida por D. João VI a primeira tipografia, edita-se a "Gazeta do Rio de Janeiro", órgão oficial, onde se reflete a agitação política através do noticiário, os movimentos do povo, depois de elevado o nosso país à categoria de Reino, como por exemplo, os acontecimentos que levaram o Rei a prometer-nos a adoção da Constituição Espanhola enquanto não tínhamos outra. Mas o primeiro jornal brasileiro, de caráter nacional e independente, publica-se em Londres, dirigido por Hipólito da Costa. É contemporâneo de outro, editado no Rio, de caráter científico e literário, no qual colaborava, entre outros, José Bonifácio. Chamava-se "O Patriota".

Depois do grito do Ipiranga, numerosos são os jornais que se editam no Brasil, espelhando todo o tumulto político do Primeiro Império e da Regência. Ficaram célebres "O Reverbero", "A Marmota", "A Malagueta", "O Tamoyo", "A Aurora Fluminense".

No curso do século XIX, a partir da "era vitoriana", a imprensa, em todos os países civilizados, ao mesmo tempo que se aprimora pela eficiência técnica das máquinas, vai adquirindo um caráter francamente comercial. Fundam-se as agências de informação, que reatam a tradição dos tempos dos "avisos" e "gazetas" manuscritas, que circulavam na Europa antes da impressão dos jornais. Agora, essas agências, desenvolvendo-se com a invenção do telégrafo, dão aos jornais uma nova vivacidade. A imprensa entra nos hábitos do público, torna-se a formadora da opinião. É quando Girardin, na França, cria o tipo do jornal comercializado, objetivando fins puramente industriais. Começa a existir a chamada "grande imprensa".

E hoje — representada por milhares de diários, de sema-

nários, de revistas, de agências de informação, de editoras de toda a espécie, e aparelhada por máquinas como as linotipos e as rotativas, as modernas clichérias e os primores da rotogravura — a imprensa é uma força poderosa, com razão chamada “o quarto poder”.

Pode levar ao Bem e ao Mal; construir e destruir os povos; felicitar ou desgraçar as Nações; suscitar as guerras ou estabelecer a paz; salvar ou perder o gênero humano.

Esse poder adquirido pela imprensa confere-lhe responsabilidades tremendas. E quanto mais direitos e liberdades adquire, mais se deve tornar escrava do dever.

A sua força é enorme; a sua fraqueza pode ser tão grande como a sua força e acabar aniquilando toda a sua capacidade de dirigir a opinião. Pois não lhe basta a potência mecânica para que viva com dignidade, cumprindo uma nobre missão; ela necessita de potência moral. E essa energia vital a imprensa adquire e sustenta, jamais cortejando a fácil popularidade e jamais abdicando a glória de dirigir o povo, em vez de ser dirigida por ele.

O jornalista exerce um sacerdócio; nenhuma outra profissão pode ser mais bela do que a sua e nenhuma outra tarefa mais penosa. Porque se ele informa, está jogando com esses dois termos perigosíssimos: a mentira e a verdade; e se ele orienta, a partida é ainda mais difícil, porque tem de discernir entre a justiça e a injustiça, o certo e o errado.

O homem de imprensa lida constantemente num laboratório onde os ingredientes podem combinar-se em explosões catastróficas. Esses ingredientes chamam-se as almas dos leitores, a ordem social, as aspirações desencontradas dos partidos, a paz e a guerra, o destino de um povo, a liberdade das pessoas, a sorte da Pátria. Lida com os escândalos quotidianos, as murmurações da sociedade, as revoltas dos oprimidos, o sonho dos idealistas, as intrigas dos despeitados, os interesses dos ambiciosos, os choques das paixões. Todos esses elementos são a matéria prima do jornalista e se ele não mantiver o seu espírito

elevado e o seu coração puro, em vez de contribuir para o Bem, trabalhará para o Mal.

Nesta hora de apreensões para todos os povos, nesta hora de confusão, de desesperos, de inquietações dolorosas, o jornalista tem o dom de concorrer para a solução dos problemas nacionais e humanos, particulares e universais, se ele se animar do espírito público inspirado nas responsabilidades perante Deus e perante os seus leitores.

Nunca foi mais necessária a ação moralizante da imprensa. Os costumes degradam-se, o homem moderno perde a noção do Bem e do Mal; é preciso restaurar-lhe essa noção e reintegrá-lo na posse de si mesmo. E esse é o grande e luminoso papel do jornalista em nosso tempo.

NA PLENITUDE DA IDADE DEMONÍACA

I

Para que o nosso espírito possa compreender toda a extensão, toda a profundidade e as causas mais secretas dos males que afligem o nosso tempo, é necessário que ele se aparte do convívio quotidiano dos homens, isentando-se de simpatias e antipatias, para considerar, como simples espectador, essa tragi-comédia em que se exaurem e se consomem os egoísmos cruéis e as ambições mais cegas.

É preciso ainda que o observador tenha chegado àquele estado de alma de abstenção total das vaidades terrenas, depurando-se de todo interesse pessoal e vivificando-se unicamente pelo desejo de lograr o bem alheio, para que os seus olhos não se turvem com os argueiros provindos das íntimas paixões do seu próprio ser.

Então, no silencioso altiplano onde nem mesmo se escutam as vozes interiores de que se servem os sofismas da inteligência para atender às imposições dos inconfessáveis desejos, o espírito humano pode apreciar e julgar a sociedade dos homens, sem ódios, sem ressentimentos, sem predileções, sem afeições ou desafeições particulares, mas apenas animado por um sentimento de compassiva bondade e de uma justiça ao mesmo tempo austera e indulgente.

Assim colocado, o nosso espírito, trazendo para o alto o cabedal de experiências dolorosas obtidas no convívio dessa imensa planície onde os homens são, ao mesmo tempo, eternas crianças, a disputar ninharias, e ferozes animais a se destruírem mutuamente, pode avaliar toda a extensão das desgraças contemporâneas, apreciando-as sob todos os aspectos e reduzindo-as a uma causa única. E, descobrindo essa causa única, pode, sem dúvida, oferecer ao mundo o único remédio a tantos infortúnios e desgraças.

* * *

A nossa chamada civilização ocidental encontra-se, na opinião de todos os idealistas e pensadores, assoberbada por dois males: o capitalismo e o comunismo. O homem, as suas liberdades, a sua dignidade sentem-se ameaçados por uma gradual ou violenta absorção de grupos monopolizadores e opressores, que se organizam fora do Estado ou se identificam com o próprio Estado. Mas essas duas ameaças não passam de conseqüências de uma psicologia expressiva dos dias brutais em que vivemos: a psicologia de um egoísmo sem freios, que corresponde, ciclicamente, àquele individualismo em que se traduziram os anseios do romantismo nos alvares do século XIX.

Que o individualismo liberal e romântico é o prefácio do coletivismo, eis uma verdade já verificada no transcurso de um século. Foi esse individualismo que se derramou nas páginas de Goethe, de Lamartine, de George Sand; que se expandiu nas revoluções políticas e no ritmo desagregador dos partidos; que se alargou e imperou no desenvolvimento econômico dos povos, com a nota predominante da usurpação impositiva de grupos financeiros em detrimento dos trabalhadores e das famílias; e que, finalmente, desviou a humanidade dos seus superiores destinos, dando-lhe por único pasto os vis interesses materiais.

Dessa forma, a partir da segunda metade do século XIX, deflagrou-se a luta entre os homens, de modo terrível.

Homo hominis lupus, tornou-se o emblema das relações humanas sob a égide de um egoísmo cego e inconseqüente. Atualizava-se o pensamento de Plauto, pois na realidade o homem se tornou o lobo do homem, sem nenhuma consideração de ordem moral.

A guerra entre os competidores no comércio, a batalha da concorrência nas praças consumidoras, o combate entre os detentores do capital e os agentes do trabalho, paralelizavam-se com o choque dos partidos políticos, o es-traçalhar-se mutuamente dos próprios correligionários desses partidos nas querelas internas das facções, as disputas dos cargos rendosos e das posições de comando, as discórdias em todos os setores da vida humana, inclusive no próprio ambiente do lar doméstico.

* * *

Partindo do individualismo romântico no século XIX, temos chegado ao egoísmo realista do século XX. E, com o aceleração da velocidade, o egoísmo tornou-se sofreguidão, pressa vertiginosa de vencer, de atingir o máximo no menor tempo. O aventureirismo político já esboçado no tempo de Napoleão III, Bismarck e a Rainha Vitória, ganhou subitamente, com o advento das massas inconscientes a substituírem o povo consciente, uma velocidade espantosa em nossos dias. Mas esse espírito de aventura estendeu-se a todos os setores da vida humana, instaurando o "golpismo", como estilo e técnica de rápido enriquecimento e rápida ascensão. Se no período em que predominou o utilitarismo corriam todos atrás das coisas materiais, hoje que impera esse mesmo utilitarismo traduzido nas formas mais execráveis do egoísmo, a humanidade despe-nhou-se no abismo das paixões, animada por uma sofreguidão, uma pressa, que revela, no fundo, o anseio de gozar o mais imediatamente possível os bens do mundo.

Essa pressa evidencia também um supermaterialismo, horrendo nos seus aspectos, insensato e trágico nos seus

designios. Já não é possível conceberem-se os gestos altíssimos de renúncia; já ninguém compreende a possibilidade de alguém nada querer para si, nada ambicionar senão o bem dos seus semelhantes. Porque achando-se todos espicaçados pelo muito querer, perderam o sentido das belas atitudes e das espirituais posições de desprezo pelas coisas materiais.

O homem, que continua a ser o mesmo que se encontra nas páginas de Ésquilo, de Shakespeare, de Balzac, agravou os seus próprios males pela velocidade que imprimiu às suas paixões. Quer ser veloz, quer ir depressa, porque sente a vida curta e porque, no íntimo, prefere as coisas efêmeras e despreza as coisas eternas.

* * *

Em última análise, as desgraças do nosso tempo decorrem da ausência de religiosidade. O homem desligou-se de Deus, das aspirações tendentes a um destino eterno. Fala-se numa civilização cristã, mas esta civilização age materialistamente. Pois é entre cristãos, é entre homens que se dizem de Cristo, que se verificam as discórdias, as disputas pelos cargos, pelas posições, pelo dinheiro, pelas glórias ridículas do mundo. Quem observa a sociedade atual nota, forçosamente nota, que os cristãos se preocupam, tanto como os pagãos, somente com os bens terrenos, que colocam sempre acima dos bens do espírito. Vivemos uma época de cristianismo puramente nominal, sem nenhum conteúdo de Cristo. E essa é a suprema desgraça da chamada civilização ocidental.

Como conseguiremos nos opôr contra as forças organizadas do capitalismo ou do comunismo, se não encontramos no seio da sociedade que se diz cristã os elementos de aglutinação das forças salvadoras? Como unir, se o orgulho é mais forte, a ambição mais prepotente, as odiosidades mais imperativas, o egoísmo mais decisivo, do que os superiores objetivos de uma ação comum em face do mal?

Como combater o mal se o mal está em nós mesmos? Como lutar contra as forças dissolventes, se dentro da nossa cidadela se encontram os germes da dissolução?

Pobre mundo! Infeliz século! Diante das suas calamidades, os que pensam e sofrem a dor de ver transviado para o mal o curso de uma civilização que se diz inspirada no cristianismo, não vêem para onde ou para quem apelar, senão para Deus. E, apelando para Deus, nesta Idade Demoníaca, os que se compadeecem diante do triste espetáculo que os homens apresentam, precisam ofertar aos Céus os seus pensamentos puros, os seus sentimentos candidos, juntamente com o sacrifício que hoje representa, a quantos querem viver pelo espírito, o convívio doloroso, cheio de atritos e violências, de um século que se resseca e estiola ao sopro infernal do materialismo.

II

Insistirei, teimarei, repetirei por todas as formas, em todas as ocasiões que se me oferecerem: o problema do mundo de hoje é essencialmente espiritual, direi mesmo religioso.

Critiquem-me os pragmáticos; apontem-me como sonhador os que a si se dão por objetivos e realistas; lamentem-me os que me desejariam ver manipulando comentários ou intrigas nas provetas dos fatos quotidianos; deplorem-me os que me julgarem abstêmio das preocupações imediatistas em que se exaurem as sociedades políticas e literárias do nosso tempo: — e eu continuarei proclamando que o único problema que os homens e as nações têm a resolver é o problema do Espírito.

Mas quando me refiro ao Espírito, não tomo esta palavra nas suas expressões ambíguas, a significar vida intelectual, índices culturais, aspirações ou realizações artísticas, padrões de vida social. Não quero com essa palavra "espírito" exprimir a quintessência da civilização, ou o caráter, o temperamento, as tendências de um povo, nem

tão pouco aludir a formas de inteligência ou ao sentido dessas formas e às crises em que se debatem os dramáticos espectadores das aventuras filosóficas dos eleatas e epicuristas contemporâneos.

Falo do Espírito mesmo. Falo do Espírito como realidade. Em suma: falo da Alma do Homem. Ponho em equação o problema da Alma Humana.

Não há outro mais importante na hierarquia lógica das nossas cogitações, quando assumimos a atitude sincera com que exprimimos uma dor verdadeiramente sentida.

Desse problema decorrem todos os outros. Da sua solução dependem as soluções de todas as dificuldades individuais, familiares, sociais, econômicas, políticas, nacionais e internacionais do século em que vivemos.

* * *

É preciso pôr ordem nos espíritos.

Mas essa ordem não a encontraremos no mundo irreal das elocubrações subtís onde a inteligência se perde como um naufrago na imensidade do oceano.

Debalde reviveremos as inquietações pascalianas, os debates jansenitas sobre a predestinação, ou as antiquíssimas querelas dos bizantinos acerca da luz increada, enquanto os turcos sitiavam Constantinopla. Inutilmente atualisaremos e discutiremos as mil questões dos céticos, dos nominalistas, dos racionalistas, dos sensualistas, dos naturalistas, dos panteístas, dos idealistas travestidos em novas roupagens muitas vezes urdidas com os remendos das mais variadas filosofias. Não conseguiremos com isso outra coisa senão nos metermos na balbúrdia de uma feira, onde todos falam, poucos ouvem, ninguém se entende e cada um sai mais confuso e perturbado.

Não será adubando crises subjetivas ou revolvendo o entulho da parlapatice universal em polêmicas estéreis que conseguiremos atingir o equilíbrio moral de que depende a ordem social e a paz entre os homens.

Assistimos hoje ao ressurgir de um humanismo do tipo erasmiano, a evitar comprometer-se em atitudes definidas capazes de provocar incômodos na profissão, na carreira ou nos negócios, quebrando o ritmo epicurista de uma existência brilhante de prazeres. Dentro dessa atmosfera proliferam todas as desordens intelectuais e morais, refluindo, sob formas cautelosas de transigências, vetustas heresias com ares de novidades.

* * *

Vivemos hoje uma época em tudo semelhante aos tempos periodicamente repetidos através da História, em que surgem, sob aspectos diversos, novos rebentos de gnósticos, de maniqueístas, de pelagianos, de arianos, de albigenses, a pretender conciliar suas complicações mentais com a pureza simples de verdade cristã.

O fato incontestável é que os êmulos de Pascal em nosso tempo não fazem mais do que aparentar, nas atitudes melancólicas das dúvidas consuntivas, o oportunismo de Erasmo de Roterdan, a ajeitar a ortodoxia do seu credo ao gosto da moda e às injunções das correntes literárias do cartaz.

A preocupação de atualizar-se, de acompanhar a onda do pensamento moderno, leva a muitos indivíduos, que se confessam cristãos, a tentar o conúbio de sub-filosofias da atualidade com a doutrina do Evangelho. Outros, como os antioquianos ou nestorianos, a insurgir-se contra Arrio, pretendem combater certos erros engendrando erros mais graves. Arregimentam-se terceiros a coibir o zelo reacionário, mas caem no extremo oposto implantando com erros superlativos, que a vaidade agrava e eriça, a confusão geral que a todos desorienta.

O que se gasta de tempo e espaço em arrazoados infundáveis e papel de jornal, queimando-se os fogos de artifício dos debates inúteis, é verdadeiramente assombroso. Tudo sem o menor resultado benéfico à solução do problema espiritual que aflige os indivíduos e os povos.

Há uma preocupação erasmiana de acomodar as linhas simples da verdade eterna com as loucuras e dispautérios do mundo. Não há doutrina que surja baseada nas hipóteses do experimentalismo científico ou nas elocubrações de cérebros doentios, que logo se não pretenda assimilá-la enquadrando-a nos limites da ortodoxia católica, sob o pretexto de que, exercendo elas fascínio sobre as massas, representam forças que vale a pena aproveitar para maior rendimento do bem.

Essa atitude covarde de transigência com a demagogia e com a efêmera maré dos caprichos das multidões magnetizadas por quantos Simões Mágicos ou Cagliostros produz o charlatanismo político do nosso tempo, considero-a a principal responsável pelas desgraças da humanidade neste século ⁽¹⁾.

É uma vergonha o convívio amistoso e o conúbio cínico de intelectuais que se dizem cristãos com o teor de vida e o timbre do caráter de confrades materialistas cujas doutrinas filosóficas e cujos conceitos éticos ou estéticos predominam sempre quando fazem liga, à fusão desmoralizante de complacências e tolerâncias absurdas.

Já se tem cogitado de cristianizar o marxismo materialista, ou o epicurismo plutocrata, ou o liberalismo determinista e até de captar, dirigir e transfundir o existencialismo, que sintetisa aqueles três males, amoldando-o às normas da vida cristã. Fala-se de um socialismo, de um capitalismo, de um liberalismo ou de um existencialismo domesticados segundo os preceitos do Evangelho, com a mesma naturalidade com que um louco falaria em domesticar animais selvagens que há milênios o homem não conseguiu trazer para o convívio do lar.

(1) — No momento em que revemos esta página escrita há cinco anos, os jornais anunciam que os católicos franceses, unidos aos comunistas, derrubam o governo de Mendes-France, que surgira como reação salutar da derrota da França na Indochina.

Vivemos hoje o período áureo do ressurgimento sofista. Com papel e tinta desenvolvem seus argumentos variadas espécies de Pródicos, Crítias e Trasímacos, restaurando em nosso século a pedanteria dos discutidores de Atenas, os quais à força de provar que o preto é branco e que o branco é preto, ridicularizam a lógica e a si mesmos se ridicularizam, demonstrando, ao cabo de tanto falar e escrever, tudo defendendo sem nada sustentar convictamente, que a verdade é a mais inverídica das coisas e que os argumentos deduzidos pelos homens não passam, como exclamou Hamlet, de palavras, palavras e palavras...

Não faltam modernos Protágoras relativistas, ou novos Górgias que tudo negam ainda quando afirmam, a ensinar dialética e retórica em calhamaços infindáveis de crítica literária e de divagações políticas. Requentam sistemas, desenterram teorias, escovam múmias, pulverizam a Detefon as traças e baratas do pensamento antigo, e misturando conceitos de variadas escolas, apresentam, como novidades da última moda, os arranjos filosóficos com que pretendem resolver o problema do mundo nas portas das livrarias e nas mesas de café.

Tudo é moderno, moderníssimo como as pirâmides do Egito. Tudo é atualizado como as músicas clássicas de fox americano. Dois dedos de Spinoza, três de Schopenhauer, uma pitada de James, outra de Bergson, algumas fumadas de Nietzsche, e temos uma filosofia nova, misto de Aristipo de Cirene — o eufórico hedonista e alegre precursor da maconha e do suicídio dos fracassados.

Bebe-se, come-se, dança-se, joga-se, pratica-se o câmbio negro e a adoração do Bezerro de Ouro, com suspiros fundos de Leopardi, bizarrices de Baudelaire e tédios de Byron, contrapontando sibaritismos elegantes e fundas melancolias de crises distintíssimas, como é da moda entre gente de alto coturno literário.

Tal é o problema do espírito para os habitantes do mundo das letras em Paris, Londres, Nova Iorque ou Rio de Janeiro...

Enquanto isso, a sociedade do mundo ocidental vai se dissolvendo, vai apodrecendo e tresandando o fedor das decomposições, fibra por fibra, dos elementos que a constituem.

Vai mal a economia dos povos, vai mal a administração pública, vai mal a política dos partidos, vai mal a vida das famílias; destroem-se os degraus de toda a hierarquia dos valores morais; degrada-se o sistema de educação nas escolas primárias, secundárias e superiores; corrompe-se o funcionalismo; anarquiza-se o trabalho; pervertem-se os homens, inflamam-se as mulheres, multiplicam-se os adultérios, oficialisa-se a pornografia no cinema, nas revistas ilustradas, nos teatros, no rádio e nos romances, estalam — molécula a molécula — as estruturas das nações: e o socorro para tamanhos e tão catastróficos males vai-se-o procurar na discussão bisantina das questões complicadas em vez de se empregarem as inteligências, armadas de vontade decidida, na campanha urgentíssima de profilaxia, terapêutica e saneamento com que se curem os beribéricos e escorbúticos da alma, que definham à míngua de vitaminas de brio.

Não há duas opiniões sobre a nossa desmoralizada sociedade. É colocar face a face dois dos nossos contemporâneos e puxar pelo assunto. Cada um conta uma infinidade de casos de subornos, de prevaricações, de malversações, de negligências de funcionários; cada um narra meia dúzia de negociatas de que foi testemunha ou de que ouviu falar, em que tomaram parte altos e até altíssimos personagens de governos, de partidos ou simplesmente da elite granfina; cada um possui, para uso próprio e defastio em conversas ociosas, um *Decameroni* de Boccaccio, anedotas bocagianas ou aretinas, antologias de Kamasutra e florilégios de aventuras e fraseados de Pantagruel, em que entram, como comparsas de grossas bandalheiras, senhoras da alta plutocracia e cavalheiros com fitilhos de comendas papais à la-

pela ou diplomas encaixilhados de sócios beneméritos de Ligas abstêmias ou Associações pro-Decoro Público.

Vai tudo mal, dizem. Não há remédio, exclamam. Isto é um país perdido, rugem os leões da pudicícia e da honestidade puritanas. E ao passo que uns vociferam contra as gorjetas tornadas instituições, outros clamam contra as percentagens que pagaram à assinatura de contratos por serviços públicos, ainda outros esperneiam pela preferência que obteve a amante do Ministro, do Senador ou do Desembargador em detrimento de seus direitos, e outros ainda comentam a vida secreta de certos Catões que refazem as forças gastas no magistério, à sombra de confortáveis tebaidas não sabidas nem sonhadas pelos de sua audiência, entregando-se aos auspícios de discretas Afrodites da estirpe das Marias Candelárias.

Este reclama, porque os cinemas trazem beijos demais, os teatros são apimentados e despigmentados de vergonha, os jornais e revistas ilustradas lhe entram pela casa mostrando às filhas os clichés que podem lhes excitar os humores; aquele berra porque as danças são muito agarradas ou porque nas *boites* presenciou, à cumplicidade da escuridão ali reinante, os maridos se enganarem bebendo o *whisky* dos amigos, enquanto os amigos nada enganados beijam-lhes as esposas ao inocente compasso de alguma dança ingênua; aquele outro sabe de *garçonnières* onde velhos devassos tiberisam a senectude e altimetrizam a pressão arterial em taquicardias dionisíacas, e sabe também de alguns mistérios elêusicos de virgens versadas em técnica psicanalítica ou rapazes gideanos que reproduzem retratos de Dorian Gray em Cíteras de Sacopã.

“Já não se pode freqüentar a sociedade”, lamentam os últimos varões e matronas da República. E alegam que os casais se renovam e se revesam na sucessividade de divórcios e matrimônios anuais; que o fumo, o álcool e o pif-paf são hoje as preocupações únicas da alta roda; que as conversas giram em torno, exclusivamente, de automóveis, hotéis, modas, jóias, maledicências tesourando ausentes; que

vai desaparecendo, dia a dia, a vida do lar e da família; que já se não sabe quem e como receber em casa; que os escândalos de há uns dez anos atrás são hoje coisa corriqueira no convívio de alto bordo; e por aí vão em lamúrias de Jeremias a prantear sobre as ruínas da cidade antiga.

Passadismos!, dizem os avançados, os modernos, os sabichões, os faustosos Cresos e os finos literatos bem nutridos por sinecuras de ministérios. E o país rola, desaba, pulveriza-se, enlameia-se, enquanto aqueles, que deveriam, por dever de crença, por fidelidade ao Cristo, fazer-se paladinos da mais gloriosa das batalhas, vão gastando o cérebro escaldado e a vaidade fútil nas discussões infundáveis, exasperantes, inúteis e criminosas sobre temas complicados de filosofia ociosa e altas indagações acerca de problemazinhos secundários...

* * *

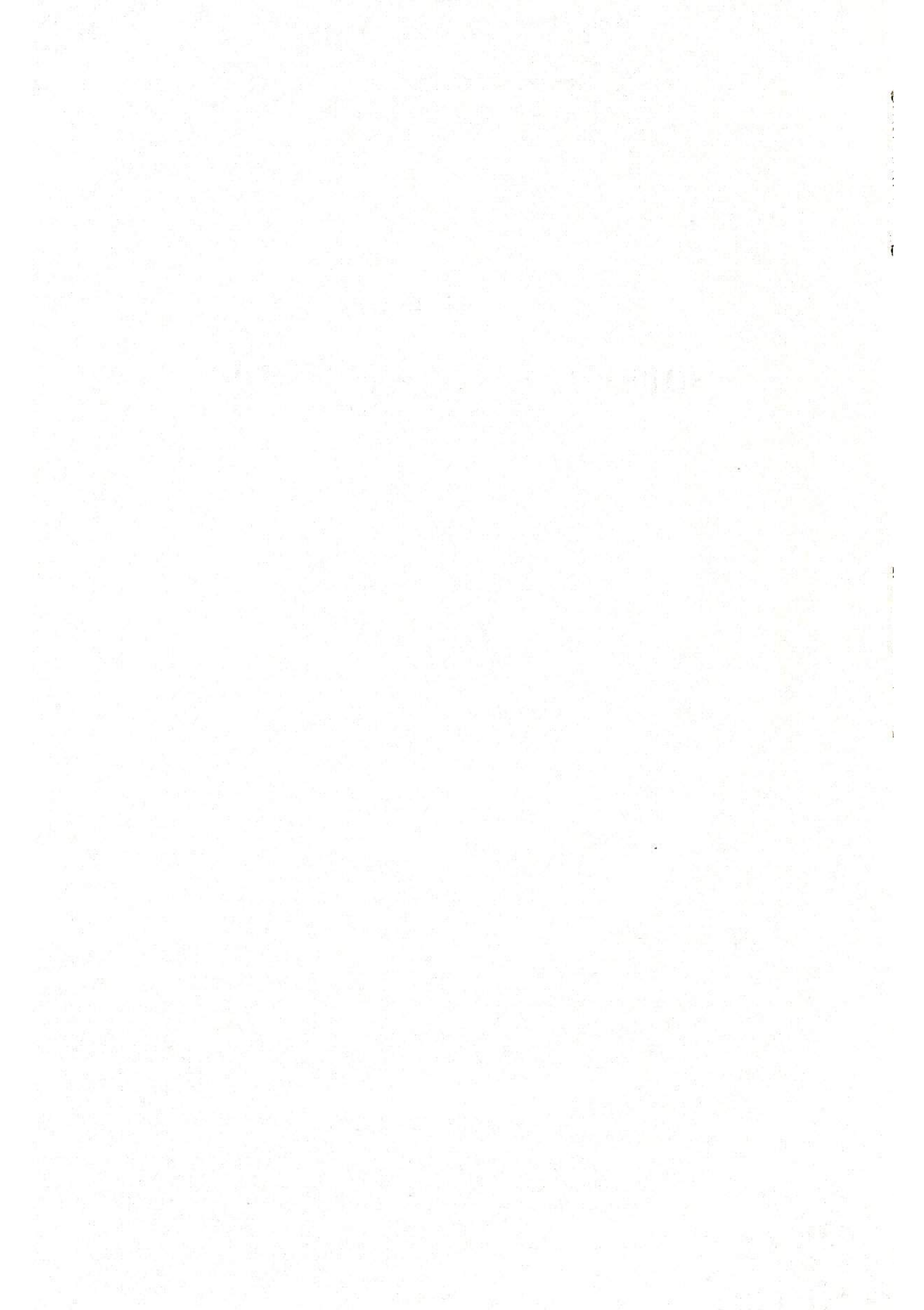
Como resolver as questões magnas da nossa economia, das nossas finanças, do trabalho nacional e da produção do país; e como estabelecer um largo plano com que solucionar as necessidades básicas da nossa vida material; e como sacudir num trabalho intenso e poderoso a máquina administrativa da nação; e como coordenar todas as forças da Pátria numa arrancada gloriosa de realizações, se nos falta o principal, que é a honestidade pública, e se esta depende da honestidade privada, a qual desaparece desastrosamente em todas as classes sociais?

E como restaurar o teor saudável da vida pessoal de cada um, se não encararmos de frente e resolvidos a solucioná-lo, o problema do Espírito, ou melhor, o problema da Alma do Homem?

Por isso, insisto, repito, repetirei sempre, teimosamente: o problema do mundo de hoje é, antes de tudo, espiritual, religioso.

II Parte

SOBRE HOMENS E POVOS DO NOVO MUNDO



A SANTA ALIANÇA E O PAN-AMERICANISMO

A distância de 132 anos do Tratado de Viena e do pacto da Santa Aliança e diante dos esforços atuais dos povos por atingir o tão necessário equilíbrio internacional de que resulta a paz durável, é interessante meditarmos sobre os erros dos homens, constantemente repetidos a cada volta da História.

A meditação tem oportunidade, posto que, neste momento, como outras vezes têm feito, encontram-se reunidos (e para honra nossa em terras brasileiras) os representantes das Nações do Novo Mundo, entre os quais se destaca o Senhor Presidente dos Estados Unidos da América do Norte.

A idéia do Pan-Americanismo, ou seja da recíproca defesa das nacionalidades do nosso hemisfério, pode-se dizer que foi uma consequência do Congresso de Viena, que terminou em 9 de julho de 1815, e da aliança firmada, em 26 de setembro daquele ano, pelos monarcas da Rússia, da Áustria, da Prússia e, posteriormente, pelo rei de França.

Quando Monroe, na sua mensagem de 2 de dezembro de 1823, proclama que "os países americanos, pela posição livre e independente que conquistaram e mantêm, não

devem ser considerados como suscetíveis de colonização por nenhuma potência européia” e afirma que “qualquer intervenção de um Estado da Europa contra os Estados da América, tendo por objeto a submissão destes ou atos tendentes a influir nos seus destinos, será tida por inamistosa para com os Estados Unidos”, tais palavras exprimem o sentimento comum a todos os habitantes do nosso Continente, receiosos de que os tratassem como foram tratados os países europeus pelos vencedores de Napoleão.

O espírito de independência dos filhos do Novo Mundo em relação aos dramas da guerra ou da paz na Europa e seus efeitos na vida dos povos, não se originava apenas do zelo das novas pátrias pela independência recentemente conquistada, mas ia buscar raízes mais fundas nas próprias realidades sociais que, neste lado do Atlântico, principiaram a manifestar-se desde o desbravamento e a posse do imenso território nos séculos XVI, XVII e XVIII.

* * *

Não prevaleceram aqui decisões européias como a de Tordesilhas. Forçosa se tornou à Espanha e a Portugal, em 1750, sob a inspiração de Alexandre de Gusmão, a assinatura do famoso tratado que submeteu as questões de limites na grande selva aos impositivos do *uti-possidetis*. O princípio jurídico levado da América para a Europa em contraposição ao que viera de lá para cá em 1494, nós o podemos considerar como a semente da soberania dos povos do Novo Mundo.

Tão forte foi o sentimento de independência da América em relação aos negócios europeus, que ele chegou a influir poderosamente naquela parte da Ibéria separada dos mares políticos da Europa, imprimindo-lhe orientação divorciada dos interesses domésticos do velho Continente. E o fato é digno de atenção pelo que significa.

Refiro-me à atitude portuguesa durante a Revolução Francesa e o período napoleônico. Já por esse tempo, a in-

fluência do Brasil, a influência da América, extremava, por assim dizer, Portugal do resto da Europa. Separada, pela Espanha, do Mediterrâneo (o mar político por excelência nos destinos da Europa) e vivendo uma vida atlântica, prolongada na Costa d'África e, de ilha em ilha, até às plagas brasileiras, a Monarquia Lusitana sentia-se alheia aos problemas europeus. Participando da campanha do Russilhão, por fidelidade ao tratado de 1778 com a Espanha, a Nação Portuguesa, ao dar o último tiro em 1795, sentiu-se como definitivamente desobrigada de intervir no complicado xadrez das lutas do Velho Mundo.

Em 1808, ao transferir-se para o Brasil, D. João VI pratica um ato de sabedoria, ligando a sua casa aos destinos da livre América. Ao regressar à Metrópole, deixando no Brasil (elevado à categoria de Reino desde 1815) o seu filho D. Pedro, ainda aí a sua resolução revela profundo senso de americanidade, demonstrando que a jovem nação tinha uma vida própria continental. De resto, a política de D. João VI, equilibrando-se entre os pendores francófilos do Conde da Barca e os anglófilos do Conde de Linhares, e de ambos aproveitando as excepcionais aptidões numa obra administrativa nitidamente americana, evidencia a segura intuição do monarca sobre o futuro dos povos do nosso hemisfério.

Proclamada a independência do Brasil em 1822, o sentimento da terra põe em destaque a personalidade nacional, que se exprime em vitalizante nativismo através da literatura política do tempo e nas próprias galas do trono, com suas cores verdamarelas, seus papos de tucano e seus ramos de café e tabaco...

Quando James Monroe, em nome dos Estados Unidos, se declarou solidário com a independência dos povos das três Américas, ele estava certo de que outro não era o desejo das nações do Novo Mundo, senão o da união continental e sustentação recíproca de seus direitos a uma vida livre. Antes dele, Henry Clay interpretara tais desejos, dizendo: "A América Espanhola, uma vez independente, e

sejam quais forem as suas formas de governo, será animada de um sentimento americano e guiada por uma política americana”.

A Monarquia Brasileira, precedendo Bolivar e o Congresso do Panamá realizado em 1826, teve nítida compreensão do valor da união e defesa mútua dos povos do Novo Mundo, pois a 31 de janeiro de 1824, antes que se passassem dois meses da mensagem de Monroe, o nosso encarregado de negócios nos Estados Unidos recebeu instruções para sondar as disposições de ânimo do governo daquele país, “a respeito de uma liga ofensiva e defensiva com o Império, como parte do continente americano, contanto que semelhante liga não tenha por base concessões algumas de parte a parte, mas deduza tão somente do princípio geral da conveniência mútua, proveniente da mesma liga”.

* * *

Ao promover o Congresso do Panamá, Bolivar ressentia-se, sem perceber, da influência européia do revolucionarismo francês, porquanto considerava a Monarquia Brasileira como uma planta exótica, abstendo-se de apreciar o caráter profundamente americano do nosso Império.

O Império, para nós, era a unidade política, o centro de gravidade mantenedor do patrimônio das nossas tradições, o elemento sem cujo poder centralizador teríamos fraccionado o nosso território em muitas repúblicas, como aconteceu na América Espanhola, sem que Bolivar compreendesse o motivo, ao exclamar desanimado: “a América é ingovernável”. A nossa Monarquia, mantendo a nossa unidade no tempo, criou condições para consolidarmos a nossa unidade no espaço geográfico. A consciência de grandeza e de força que nos deu é essa que ainda hoje se reflete na letra do Hino Nacional onde o Brasil, “gigante pela própria natureza” e “impávido colosso”, liga-se aos destinos do Continente, pois fulgura como “florão da América”. E foi isso o que Bolivar não quis ver, e foi por essa

razão que, na sua própria frase, "arou no mar", pois não de sempre arar no mar aqueles que viverem mais as idéias do século do que as realidades humanas ambientes em que se devem integrar.

Mas, resumamos: o Pan-Americanismo, ou o desejo de aliança entre os povos do Novo Mundo, surgiu como expressão de uma vida própria, continental, em face das ameaças que poderiam advir do Congresso de Viena e da Santa Aliança.

* * *

Insisto em me referir ao Congresso de Viena, ao qual dou mais importância do que à própria Santa Aliança no que se refere aos efeitos políticos em nossa América.

O Congresso de Viena foi o primeiro passo para a quebra do equilíbrio europeu, agravado pelo Tratado de Versalhes após a guerra de 1914-18 e definitivamente rompido depois da guerra universal de 1939-45. Aquele Congresso constituiu uma ameaça para todos os povos.

A Santa Aliança não podia ter sido, ela apenas, o fantasma a assombrar os povos da América. Assinado o pacto em 26 de setembro de 1815, ele não passou de um sonho místico inspirado pela Baronesa de Krudener ao Czar Alexandre I.

Era uma espécie de Liga das Nações, ou dos quatorze princípios de Wilson. Considerada quanto ao seu valor político e à sua possibilidade de eficiência, podemos dizer que a Santa Aliança era uma Liga das Nações baseada no direito divino, como a Liga das Nações foi uma Santa Aliança fundada no agnosticismo dogmático e utópico da democracia de Rousseau.

E assim como a instituição genebrina, posterior ao Tratado de Versalhes, não meteu medo a ninguém, do mesmo modo o pacto dos monarcas em Viena, posterior ao Congresso de 1815, não podia servir de espantalho a quem tivesse um dedo de senso comum.

Os signatários falavam em nome da Santíssima Trinda-

de, como os diplomatas do nosso tempo falam em nome da Democracia. Faziam os monarcas pactuantes uma afirmação de fé religiosa, obrigando-se, como diziam, "em conformidade com o preceito evangélico" a permanecerem ligados por uma amizade fraternal; a auxiliarem-se mutuamente e a governarem seus súditos como pais; a manterem sinceramente a religião, a paz e a justiça. E terminavam com estas palavras: "Os reis consideram-se como membros de uma nação cristã, tendo por único Soberano a Jesus Cristo, Verbo Altíssimo, e encarregados cada um deles, pela Providência, de dirigir um ramo da mesma família; e convidam todas as potências a reconhecer estes princípios e a entrarem na Santa Aliança".

Como se vê, era uma espécie de ONU, e até com a vantagem de se basear numa doutrina nítida e clara, como é o Evangelho, cujos textos não podem oferecer dúvidas, no que têm de essencial, a nenhum credo cristão; muito embora, segundo diz Vieira numa carta (XVIII do tomo I), "não há heresia que se não tirasse da Sagrada Escritura"...

* * *

Intenções assim, tão espirituais, não podiam assustar a ninguém, e a prova são as palavras de Lord Wellington, que em nome da Inglaterra declarou não ver nenhum fim objetivo nessa Aliança, depois de tudo quanto se decidira em Viena, para conjurar o perigo de uma França poderosa.

Se a Santa Aliança chegava atrasada, como os carabineiros de Offenbach e já não tinha nenhum fim, como dizia o bom senso inglês, o que existia nela que provocava tão forte reação da política britânica, principalmente de Canning, quando pôs a mão no leme, e tão vivo movimento de repulsa dos povos do Novo Mundo? É que a Santa Aliança, de aparência puramente mística, se lograsse substanciar verdadeiros pactos defensivos e ofensivos entre a Rússia, a Áustria e a Prússia (que saíram fortíssimas e opulentamente aquinhoadas do Congresso de Viena) e ain-

da a enfraquecida França de Luís XVIII e outras nações satélites, então poder-se-ia dar o caso de novas partilhas, tão egoísticas, insensatas e perigosas como as consumadas no Congresso de Viena.

* * *

A pretexto de impedir um novo perigo francês que ameaçasse a paz da Europa, criaram-se novos perigos para o mundo. A Rússia juntara ao seu território a Finlândia, a Bessarábia, uma parte da Moldávia e a maior porção da Polônia, enriquecendo-se ainda do outro lado à custa da Pérsia, da qual obtivera várias províncias. A Prússia adjudicou novos territórios e passou a exercer indisfarçável liderança sobre os povos germânicos em marcha para a consolidação do Império Alemão. A Áustria anexou o Tirol e Salzburgo e dominou inteiramente o norte da Itália, entestando o seu poder com o Império Otomano a sudeste, onde os olhos dos Habsburgos se estendiam sobre os Balcans.

Os povos não eram consultados. A tal ponto que, à semelhança de uma clarinada a despertar em todos os tempos a consciência jurídica das nações, vibrou a nota de Talleyrand a Metternich dizendo: *“A questão da Saxônia tornou-se questão capital; porque em nenhuma outra os dois princípios da legitimidade e do equilíbrio se comprometeram ao mesmo tempo em tão alto grau. Para achar legítima a disposição que pretendem dar a este reino, seria necessário ter-se como verdadeiro que os reis podem ser julgados; que o podem ser por quem queira e possa ocupar-lhes as suas possessões; que podem ser condenados sem serem ouvidos nem defendidos; que suas famílias e seus povos devem ser envolvidos na sua condenação; que o confisco, banido dos códigos das nações civilizadas deve, no século XIX, ser consagrado pelo direito geral da Europa, como se o confisco de um reino fosse menos odioso que o de uma choupana; que os povos não têm nenhum direito distinto dos de seus soberanos e podem ser assimi-*

lados aos rebanhos de uma propriedade; que a soberania se adquire ou se perde pelo fato de uma conquista; numa palavra, que tudo é legítimo para o que é mais forte."

Essa advertência de Talleyrand em dezembro de 1814, pouco valeu em relação à maior parte dos povos retalhados, espoliados e transferidos em massa pelo arbítrio dos vencedores. Entre esses povos incluía-se o da Polônia, sendo o caso polonês, na frase de ilustre diplomata lusitano acreditado em Viena ao escrever ao seu governo em julho de 1812, considerado o mais vergonhoso escândalo daquele tempo... O parlamento inglês fez-se eco das vibrantes protestos contra essa distribuição arbitrária de povos que, na frase de um historiador ilustre, inspiravam-se no medo dos perigos pretéritos mas descuravam dos perigos futuros.

Sobre o terreno dessas realidades, a Santa Aliança erguia o seu místico sonho. Era, portanto, mais do que justo que os povos do Novo Mundo, aos quais o Congresso de Viena não dispensara uma única palavra, sabendo-os em franca insurreição pelas suas independências, temessem diante da possibilidade de, unidas as potências européias, pretenderem elas dispor dos livres filhos das Américas, como haviam feito com as populações da Europa, transformadas em rebanhos mercadejados pelos interesses dos poderosos, exatamente como agora, 130 anos depois, a ONU permitiu que a Rússia Soviética defraudasse a independência dos povos da Europa Oriental.

* * *

Esta meditação tem plena oportunidade no momento em que se reúnem no Brasil os representantes das Nações do Novo Mundo. A defesa das Américas, dadas as condições técnicas da guerra moderna, ultrapassa os limites geográficos dos continentes e dos mares. De nada vale estabelecer uma linha divisória no Atlântico e outra no Pacífico, se se deixar que na Europa ou na Ásia se fortaleça demasiadamente alguma potência com evidente transgres-

são daqueles princípios jurídicos e éticos defendidos tão luminosamente por Talleyrand. Seríamos, então, ameaçados por uma guerra que poderia ser trazida ao nosso hemisfério.

O problema da paz e da segurança entre os povos reside hoje em pontos estritamente doutrinários. Se as Américas permitirem que, à maneira do que fez o Congresso de Viena em 1815, o Império Russo possa, sob o pretexto da livre expansão de ideologias políticas, dominar os povos Bálticos e Balcânicos, dispor do Mar Negro, do Arquipélago, e do Adriático, estendendo suas garras ao Mediterrâneo; exercer influência no Médio Oriente e decidir dos destinos da China e da Coréia; e se consentirem que a soberania dos povos seja burlada, como tem sido na Polônia, na Finlândia, na Estônia, na Lituânia, na Letônia, na Eslováquia, Boemia, na Iugoslávia, na Bulgária, na Romênia, na Áustria e na Hungria, países onde vem sendo suprimida a liberdade dos partidos democráticos e onde os chefes detentores do Poder recebem ordens diretas de Moscou, — então a defesa das Américas estará seriamente comprometida (1).

A essa situação de fortalecimento econômico, industrial, demográfico, militar de uma potência que há cento e trinta anos ameaçava o equilíbrio europeu e hoje ameaça o próprio equilíbrio do mundo, vem juntar-se este fato inédito na História, como condição favorável a uma nação imperialista: a existência, na vida interna de todos os povos, de partidos anti-nacionais, unidos internacionalmente pela doutrina e pelas mesmas diretivas, no sentido de agir sob as ordens daquela potência.

A defesa, portanto, do nosso hemisfério, assim como a defesa de todas as nações civilizadas está posta no terreno doutrinário. Falta às democracias a condição de vitalidade orgânica. Essa condição está na definição da própria de-

(1) — Esta página foi escrita em setembro de 1947. Não somente tudo quanto ali foi previsto aconteceu, mas ainda a Rússia dominou a China e conquistou grande parte da Indochina.

mocracia, que se tornou hoje uma palavra vaga e que se presta às mais variadas interpretações. Dessa definição resultará um sentido de finalidade social, hoje inexistente em todas as nações que se dizem democráticas. E desse sentido de finalidade decorrerão princípios de direito e normas jurídicas suficientes para por a salvo as legítimas soberanias dos povos, hoje desgraçadamente sofismadas.

A defesa do nosso hemisfério, portanto, a salvaguarda das Américas constitui muito mais uma questão de doutrina do que uma questão estratégica, econômica ou política. Sem saber o que devemos ser e para onde vamos, não poderemos dar consistência a nenhum projeto nem tornar eficiente qualquer plano.

Urge proclamarmos uma doutrina política das Américas, de maneira clara e insofismável; e, proclamando-a, transformá-la em realidade efetiva, quer na política interna de nossos países, quer nas relações continentais.

O TRATADO DE MADRID E O SEU ARTÍFICE

Ocorrendo, no dia 13 de janeiro de 1950, o Segundo Centenário do Tratado de Madrid, que fixou, definitivamente, os princípios basilares normativos da demarcação das fronteiras da Brasil com a América Espanhola, o Professor João Carlos Fairbanks, vereador à Câmara Municipal de São Paulo, propôs a ereção de um monumento, na Capital Bandeirante, a Alexandre de Gusmão, que foi o verdadeiro autor de tudo quanto se fez, desde o começo das negociações entre Portugal e Espanha, para que fosse atingido o auspicioso objetivo sob cujos efeitos temos conseguido viver e florescer em paz nestas partes do Novo Mundo.

Na carta em que me comunicou a sua iniciativa, lembra Fairbanks a conversa que entretivemos viajando pela Alta Paulista, em prosseguimento de outra, meses antes por nós ambos alimentada sobre o mesmo tema: a significação do Tratado e a figura do seu artífice.

Fairbanks é uma das mais altas expressões de inteligência, de cultura, de caráter e de patriotismo deste país onde os grandes valores andam sempre desaproveitados. Conhecemo-nos, colaborando no mesmo jornal ("A Razão", da Capital Bandeirante), por volta de 1931. Ele mandava

seus artigos do sertão da Alta Sorocabana, onde se entretinha, como legítimo Bandeirante, a fundar cidades. Anos antes, demarcara o perímetro urbano e plantara, de parceria com o coronel Goulart, as primeiras casas de Presidente Prudente, hoje capital da zona, e avançara pelos espigões que divorciam os vales do Peixe e do Santo Anastácio, no rumo das barrancas do Paraná.

Quando fundei a Sociedade de Estudos Políticos, em 24 de fevereiro de 1932, Fairbanks, já então residindo na metrópole bandeirante, foi dos primeiros a alistar-se. Nosso diálogo iniciou-se e não mais cessou, até hoje. Companheiro na Ação Integralista Brasileira, primeiro deputado camisa-verde na Assembléia Legislativa de São Paulo, onde maravilhou os seus colegas pela sua vasta cultura, aproveitou o período em que os partidos foram suprimidos pela Ditadura, embrenhando-se, cada vez mais, nos estudos dos problemas nacionais e escrevendo um dos mais lúcidos ensaios sociológicos, que intitulou *Geo-Política Povoadora*.

Filósofo, jurista, sociólogo, naturalista, historiador, Fairbanks tem sempre a sua atenção voltada para os assuntos brasileiros. E é retomando o fio de nossa palestra sobre o Tratado de 1750 e sobre Alexandre de Gusmão, que vou aqui expender algumas idéias sobre o grande acontecimento do século XVIII.

* * *

Vejo no Tratado de 1750 dois aspectos da mais profunda significação. Um deles tem importância jurídica, pois, pela primeira vez, é aplicado, no campo do Direito Internacional, o princípio do *uti-possidetis*; em consequência, as normas puramente ideais, traçadas pelo Tratado das Tordesilhas, foram substituídas pelo critério realista dos impositivos históricos. Toda a imensa área territorial ocupada pelos portugueses passou a constituir o portentoso patrimônio legado à Nação Brasileira pela providência da Monarquia Lusitana. A ocupação de tão vasta superfície

tinha sido obra do esforço hercúleo dos Bandeirantes, que desde o século XVI perlongaram os cursos dos nossos rios, atravessaram-nos em todos os sentidos, galgaram as serras, abriram caminhos na floresta, fundaram povoações e cidades, desde a costa litorânea, às barrancas do Guaporé, do Paraguai, do Paraná, atingindo ao norte as cabeceiras do Rio Negro. Os limites entre as Américas Portuguesa e Espanhola tinham sido praticamente demarcados e, de tal sorte, que toda interferência no sentido de atender aos interesses puramente europeus das duas Monarquias, sem consulta às realidades do Novo Mundo, constituiria perigoso artificialismo a gerar lutas entre os habitantes do nosso hemisfério. Além disso, a própria geografia cooperava com o homem brasileiro na composição histórica dos fatos. O planalto central do Brasil indicava, no desenvolvimento de suas amplitudes e na suavidade dos declives em que se desenrola para o norte e para noroeste, o alargamento de nossa posse na parte setentrional do trópico de Capricórnio, assim como a aspereza abrupta da Serra do Mar e, mais além, a larga caudal do Paraná e a diversidade típica dos terrenos que ela separa, indicavam um estreitamento das áreas brasileiras. Sob o imperativo geográfico, o homem da nossa terra trabalhou, incansavelmente, no transcurso do século XVII e em toda a metade do século XVIII, fundando cidades, estabelecendo fazendas, explorando o sub-solo, incorporando os selvagens à comunidade pátria. Não era possível que uma simples ficção jurídica, proposta na melhor das intenções, pudesse entretanto vigorar em face de tamanhas realidades, aceitas tanto pelos de Portugal como pelos de Espanha. Dess'arte, o Tratado de 1750, dando vida jurídica ao que já tinha vida real, consagrando no campo internacional o princípio vigente no direito privado, incorporou a própria História em normas explícitas capazes de assegurar a paz, pelo respeito a circunstâncias reais indiscutíveis da existência e atividade dos povos vizinhos.

O outro aspecto de magna importância, do Tratado de Madrid, decorre do primeiro e traz consigo uma verdadeira previsão profética das Monarquias Espanhola e Portuguesa em relação aos destinos históricos do Novo Mundo.

O Tratado não cogitou apenas de estabelecer linhas de limites baseadas em realidades para substituir o meridiano das Tordesilhas. Entre outras estipulações, encontra-se a própria segurança da Paz entre os povos do nosso Continente. A tal ponto que esse documento — considerado, por isso mesmo, a fonte do Pan-americanismo, mais tarde idealizado politicamente por Bolívar e ampliado pelo aforisma de Monroe — determina a manutenção da Paz entre a América Portuguesa e a América Espanhola, ainda mesmo que Portugal e Espanha se viessem a encontrar em guerra.

Percebe-se que tanto Espanha como Portugal, vendo, nos povos descendentes de sua estirpe, os continuadores daquele espírito ibérico de cristianismo, que aos dois países da península dera tão marcada importância os seus respectivos papéis, quer no tempo da libertação da Europa ameaçada de cair sob o domínio dos mouros, quer na fase da Renascença quando às Espanhas incumbiu a guarda dos princípios de toda a ordem social, resolveram e assentaram criar condições propícias ao desenvolvimento pacífico das nações ibero-americanas.

Num dia de crise universal, esses povos que assimilaram o sentido heróico de Pelágio e de Afonso Henriques, do Cid Campeador e dos cavaleiros lusitanos, o idealismo e a bravura dos desbravadores dos oceanos e dos dilatadores da Fé, certamente teriam uma alta missão a cumprir. A grandeza de alma que herdavam, a firmeza das convicções, o pendor pela justiça acima do interesse, que sempre assinalou a História de onde provinham, por certo lhes infundiriam o sentimento de um destino que talvez fosse o de oferecer ao mundo as próprias bases daquela mesma Paz que gozavam em consequência da proeminência que

davam e mais ainda dariam, dali por diante, à força do direito sobre o direito da força.

Que esses povos do Novo Mundo já existiam como Pátrias era evidente, e esse fato histórico manifesta-se com toda a eloquência no século XVII, quando os brasileiros expulsam o invasor holandês. Que, dentro em breve, essas Pátrias iriam despertar com consciência de Nação, tudo indicava. Urgia, portanto, que, fisicamente, se lhes dessem limites territoriais precisos e, moralmente, uma norma de relações recíprocas, de sorte que conservassem a necessária concórdia mediante cuja atmosfera se desenvolveriam e floresceriam, em espírito de união conquanto guardadas as respectivas personalidades nacionais e caracteres típicos das diferenciações políticas.

* * *

Esse aspecto do Tratado de Madrid merece a maior das atenções, pois ele evidencia, em época e circunstâncias diversas e objetivando as normas de vida de povos inexistentes no século XV, mas agora em plena atividade histórica nos meados do século XVIII, o mesmo objetivo ético do Tratado das Tordesilhas.

Aquele Tratado das Tordesilhas tinha por fim manter a paz perfeita entre dois irmãos, Portugal e Espanha, incumbidos pela Providência de realizar uma decisiva intervenção na História, a fim de manter, defender e dilatar o espírito da civilização cristã; as duas nações não deveriam chocar-se na disputa de territórios, mas harmonizar-se e compreender-se, realizando cada uma, no âmbito que lhe era assinalado, a obra comum dos povos missionários. Agora, o Tratado de Madrid, quase três séculos depois de Tordesilhas, vinha com o objetivo claro, deliberado, de Paz entre os povos que nasceram e cresceram à sombra da Cruz no Hemisfério Ocidental.

Pode ter havido, nos anos posteriores, incompreensões e dissensões, entre as partes contratantes e entre os povos

das partes convizinhas no extremo meridional do Brasil; essas pendências, que foram objeto do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777 e seu apêndice de 1778, e que vieram complicar-se na Regência de D. João VI e nos primeiros anos de Império, não tiram, entretanto, ao Tratado de 1750 o seu alto e nobilíssimo sentido, nem o princípio que ele firmou e que, um século e meio mais tarde vieram esplender na obra magnífica do Barão do Rio Branco.

* * *

Por todos esses motivos, celebramos o Segundo Centenário do Tratado de Madrid com profunda emoção pela obra dos nossos maiores e a nítida consciência das responsabilidades históricas dela decorrentes e que pesam sobre os nossos ombros nesta hora gravíssima do mundo. Manter a Paz nas Américas para estarmos em condições de fazer a guerra contra todos aqueles que pretenderem escravizar os povos livres do Novo Mundo. Incrementar, estimular a solidariedade entre as nações do nosso Hemisfério, porque se tudo nos une e nada nos separa, essa união deve erguer-se como força eficiente contra todos os agentes da guerra que hoje se disfarçam em propagandistas da Paz, pretendendo enfraquecer-nos enquanto eles se preparam militarmente para a conquista do mundo. Fazer valer, nas assembléias internacionais, a nossa consciência jurídica, oriunda da tradição dos convênios, dos pactos, das alianças e dos tratados, das relações diplomáticas e do teor de vida em boa vizinhança que sempre foi o timbre do caráter dos povos diferenciados na América, mas provindos das mesmas fontes de cultura, de idealismo e, sobretudo, de cristianismo.

O Tratado de Madrid, de 13 de janeiro de 1750, tendo sido assinado por D. Tomás da Silva Teles, visconde de Vila Nova de Cerveira, por parte de Portugal, e pelo ministro D. José Carbajal y Lencaster, por parte da Espanha, teve, como seu artífice máximo, o brasileiro Alexandre de Gusmão.

Resumamos a sua biografia, que daria amplo volume, se estudada em todos os pormenores de sua brilhantíssima carreira, não isenta de sofrimentos e das indefectíveis calúnias, e injúrias, que nunca faltam aos construtores de Nacionalidades.

Alexandre de Gusmão nasceu em Santos, em 1695 e era irmão do inventor da navegação aérea, o Padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão. Formou-se em direito na Universidade de Coimbra. Entrou para a carreira diplomática, doutorou-se em Paris, voltou a Lisboa, foi nomeado por D. João V para a Secretaria dos Negócios do Reino. Enviado a Roma, lá permaneceu sete anos, conseguindo para os reis portugueses o título de "Fidelíssimo". Quis dar-lhe o Papa Benedicto VIII o título de Príncipe Romano, que Alexandre de Gusmão rejeitou. Voltando a Portugal, foi nomeado escrivão da puridade e Ministro dos Negócios Ultramarinos, que ele acumulou com as responsabilidades dos Negócios Estrangeiros. Conseguiu nesse tempo a criação dos Bispados de São Paulo, Minas e Pará. Foi o primeiro estadista que introduziu no Brasil correntes imigratórias de modo sistemático, colonizando Santa Catarina e Rio Grande do Sul com famílias açorianas. Foi um dos cinquenta membros da Academia Real de História de Lisboa.

Homem de larga visão, desses que raciocinam e pensam a longo prazo, foi o verdadeiro autor do Tratado de 1750. E, possuindo imensa facilidade para falar, argumentar e persuadir, ele próprio sustentou com o maior brilho as razões em que se estribava.

Sobreviveu três anos a esse imortal monumento internacional, onde a História, o Direito e os nobres ideais de Paz se deram as mãos. Caluniado pelos invejosos, odiado pelos espíritos pequeninos que, em todas as épocas, fazem o coro de batráquios em torno dos homens empreendedores de empresas maiores do que o seu tempo, e finalmente

tendo perdido dois filhos num incêndio, o herói acabou-se e poucos foram os seus dias. Em 1753, fechava os olhos para sempre.

Se o Direito Internacional nasceu na península ibérica, sendo o seu fundador Francisco Victória, esse mesmo Direito se concretizou, de modo eloqüentíssimo, na obra desse brasileiro, de procedência luso-espanhola, como o seu nome indica, em si mesmo antecendo o Tratado, a síntese da união das Espanhas, de quem e de além mar, nas expressões supremas do culto das normas éticas, hierarquicamente superpostas ao predomínio do arbítrio violento, nas fases de verdadeira civilização da Humanidade.

O DESTINO DAS AMÉRICAS

No meu livro *O estrangeiro*, publicado pela primeira vez em 1926, escrevi as seguintes palavras:

“As instituições americanas repousam na rocha viva dos direitos do Homem. Quando desabar o dilúvio russo, as suas últimas ondas virão morrer aqui, de encontro a estas paredes da Imigração, onde há um dístico, à maneira de sentença, a encimar um arco de triunfo. E a América, então, reconstruirá o que estiver destruído no mundo”.

No albor da minha juventude, senti o destino dos povos americanos, quando mal se esboçava, no Brasil e no Hemisfério Ocidental, a propaganda das doutrinas políticas consubstanciadas mais tarde em instrumentos de dominação manobrados por povos estrangeiros.

O tema central daquele romance, tão discutido na época do seu aparecimento, era o choque entre a concepção do “jus sanguinis” das correntes imigratórias e a do “jus soli” em que se exprimiam as forças da terra e da tradição histórica da nossa Pátria, absorvendo os elementos alienígenas e integrando os seus filhos na comunhão nacional brasileira.

O herói do livro é o professor primário Juvêncio, atira-

do no sertão, a ensinar o alfabeto e o Hino Nacional aos filhos de italianos, espanhóis, portugueses, alemães, sírios, japoneses, polacos e balcânicos, incutindo-lhes o sentimento da Terra Jovem e, ao mesmo tempo, empenhando-se em luta contra instituições culturais advenas, escolas e outros variados meios da influência exercida, pelas respectivas nacionalidades de origem, sobre a formação dos pequeninos novos brasileiros.

Doloroso é o drama de Juvêncio, pois contra ele, contra a sua atividade, reagem (mais fortemente do que a ação dos próprios estrangeiros) o "charlatanismo da política imperante" configurado na personalidade do major Feliciano, que é um oportunista, hoje perfeitamente adaptável a qualquer dos partidos em que apodrece o povo brasileiro; e o "alheamento dos intelectuais", fazendo arte, em suas torres de marfim, como o personagem Eugênio; e a "desorientação ideológica", desse confusionismo nitidamente estrangeiro e, por isso, fixado, no livro, na figura de um russo, Ivan, o tipo acabado e fotograficamente idêntico dos portadores de teorias que infestam as colunas dos jornais, das revistas e as tribunas das conferências em que se expendem as idéias da moda.

Juvêncio reage, ao mesmo tempo, contra outros males, outras desgraças: a decadência das famílias antigas, cujos descendentes cedem o passo ao arrivismo de todos aventureiros; a imoralidade imperante no meio social brasileiro; o abandono das populações nacionais no vastíssimo território; a futilidade dos espíritos, dissolvidos no cosmopolitismo; e a geral incapacidade, dos próprios patriotas, quando, pretendendo ser brasileiros, não sabem dar vida às tradições, atualizando-as, estabelecendo a consonância do Passado e do Presente, segundo as circunstâncias novas da História.

Mas, apesar de tudo, Juvêncio crê na sua Pátria. A figura de Zé Candinho, o caboclo derrubador de floresta, é ainda uma esperança. E, portanto, após todas as amarguras em que transcorre a teia do romance doloroso, o mes-

tre-escola escreve, na última página, a síntese do seu pensamento:

“Não o sonho-indivíduo, o sonho parcela das experiências de Ivan, oriundas de um estado pessoal; mas o sonho-país, filho espontâneo da terra e da raça. Porque ele é o milagroso equilíbrio, que mantém de pé os homens e os países, evitando a explosão de latentes forças em luta, nos irremediáveis desmoronamentos da personalidade!”

* * *

A idéia central de *O Estrangeiro*, a idéia decorrente das críticas ali expendidas e dos episódios dramáticos ali narrados, é a da necessidade de se criar uma consciência nacional, fundindo todos os valores humanos encaminhados para o Brasil, no cadinho geográfico, sob a pressão do nosso passado histórico e das realidades do Novo Mundo.

É idéia de Tradição e ao mesmo tempo de Atualidade; de consulta ao temperamento de um povo e das aspirações por ele reveladas desde o Descobrimento e a Colonização, desde o Bandeirismo e o alvorecer da alma nacional no século XVII, até o movimento de Independência e os anseios de construção nacional a partir dos fins do século XVIII aos primeiros decênios do século XX, construção essa que se esboça e lentamente se opera no campo das realizações materiais e das estruturas jurídicas.

Todos esses passos da vida nacional conjugam-se — por impositivos do próprio nacionalismo — com as realidades continentais, com o espírito do Novo Mundo.

Não estamos isolados no Continente. Somos um povo soberano, mas as nossas atitudes internacionais conformam-se ao ritmo de um pensamento comum dominante nas consciências das nacionalidades da América.

Constituindo personalidades nacionais invioláveis, de intangível soberania, unimo-nos, os povos do Hemisfério Ocidental, na defesa dos mesmos princípios, sustentando idênticos direitos. Assim unidos e reciprocamente defen-

dendo-nos das ideologias contrárias à nossa formação moral, corre-nos o dever histórico de formarmos uma intransponível barreira ao imperialismo doutrinário cujo triunfo redundaria na transformação de nossas Pátrias em meros países, na substituição do conceito de Nacionalidade pelo de povo dominado, povo sem caráter próprio, mísero rebanho tangido pelo arbítrio de invasores.

Considero, por conseguinte, o meu livro *O estrangeiro*, o primeiro grito que se ergueu, nas duas Américas, contra o *jus sanguinis* das políticas imigratórias, o primeiro brado de alerta, contra as futuras minorias raciais, e também o primeiro aviso sobre o perigo (hoje aos olhos de todos) do “dilúvio russo” cujas “últimas ondas virão morrer aqui”, neste Hemisfério Ocidental.

* * *

Eis porque, retomando a palavra com que encerrei as páginas de *O estrangeiro* em 1926, venho chamar a atenção dos meus patrícios: 1.^o) — para que verifiquem se tudo quanto foi previsto naquele livro deixou de acontecer vinte anos depois, com mais carregadas cores do que a minha própria previsão; 2.^o) — para que assumam, ao menos agora, apesar de tão tarde, uma atitude de brasilidade pura e do mais vivo espírito de americanidade.

“A América reconstruirá o que estiver destruído no mundo”, lá está escrito; mas para que essa reconstrução se opere, urge redobrarmos o esforço no sentido de tornar uma realidade política viva os objetivos da política pan-americana.

Não basta que a diplomacia realize convenções e tratados, firme regras de conduta nas Conferências em que tomam assento os representantes dos povos do Novo Mundo. Cumpre que esses mesmos povos formem segura opinião sobre a política da solidariedade continental e de tal forma seja nítida e segura essa opinião, que adquira a eletrizante força dos sentimentos capazes de levantar as multidões.

Está em perigo no mundo, sob a ameaça de uma falsa democracia e de uma falsa liberdade, o verdadeiro fundamento da democracia e da liberdade. Encontramo-nos já em plena guerra, uma guerra "au bon marché", sem dispêndios de munições e de abastecimentos de tropas. A guerra nazista, que nos ameaçava com suas doutrinas de minorias raciais, iniciou-se com maiores despesas para os seus promotores; a anexação da Áustria e da Tchecoslováquia, a conquista da Albânia, a partilha da Polônia com os russos, foram autênticas operações militares, com mobilização de tropas e estratégias espetaculares. Mas a guerra atual, em que já estamos sob todas as aparências de um caráter meramente político, atinge os mesmos objetivos nazistas, pelo processo das falsas eleições a erigirem governos tipicamente tributários do imperialismo soviético, ou dos ostensivos golpes de Estado de feição fenomenal dissimuladamente interna, mas produzindo os mesmos efeitos de subjugação de soberanias peculiares específicas aos impositivos do arbítrio externo.

Quando metade da Europa se encontra inteiramente escravizada, é tempo de despertarem os povos da livre América, para afirmar seus princípios políticos sustentados por homens como Washington, Franklin, Lincoln, Bolívar, Sucre, Hidalgo, San Martín, José Bonifácio, Pedro I, esses gigantes do nosso passado comum, que estão exigindo de nós a continuidade da sua obra imortal.

* * *

Mas a solidariedade americana não deve ser apenas um sentimento poético, mas também um pensamento baseado em realidades objetivas.

Só com os olhos na realidade conseguiremos a mútua compreensão, a ajuda recíproca, a fraternidade indispensável como base da defesa comum. Os compromissos de participação nas agruras das guerras não poderão ter nenhuma solidez se não forem precedidos pelos compro-

missos para os tempos de paz. Esse entendimento mútuo cinge-se a interesses econômicos das partes, as quais devem coadjuvar-se no sentido da prosperidade de cada membro dos acordos coletivos.

O Criador dispôs de tal sorte a natureza do Novo Mundo, que o nosso continente se estende longitudinalmente, o que representa, do ponto de vista geográfico-econômico, uma condição favorável à Paz. E não somente dispôs Deus essa admirável escala de latitudes, que partindo das regiões árticas, vai às temperadas do Norte, e às tropicais a cingir, por ambos os lados, a linha do Equador, e prolonga-se às regiões temperadas do Sul, até encontrar, de novo, as geleiras austrais, — mas ainda conformou os sistemas orográfico e hidrográfico de tal sorte, que os povos da América Latina encontraram nas montanhas e nos rios as fronteiras naturais de suas soberanias.

Nessa amplitude continental, as produções básicas, como a indicar a ajuda recíproca, variam consoante os próprios limites políticos, circunstância extraordinária, que elimina os atritos da concorrência e indica soluções pacíficas ao intercâmbio dos povos.

Geologicamente, a variedade dos produtos do sub-solo presta-se a um regime de trocas, o qual se não sofrer a interferência de idéias catastróficas de predominância de umas nações sobre as outras, pode servir para novos motivos de entendimentos amigáveis.

Mas se algum povo da América, abstraindo da natureza e do potencial de seus recursos econômicos próprios, entender querelar com algum vizinho por ter olho sobre alguma de suas riquezas, então os povos do Novo Mundo, contrariando a consciência jurídica legada aos pósteros pelos nossos ascendentes signatários dos Tratados do século XVIII, que consagraram o *uti possidetis* interpretativo das realidades da Geografia e da História, — entrarão pelo caminho das agressões consuntivas, que enfraquecerão todo o Continente em face dos conquistadores que o ambicionam.

Vivemos uma hora grave, em que nenhum de nós, povos da América, sob o pretexto de que à planificação de nossa obra administrativa e progressista falta algum elemento existente no solo ou no sub-solo de algum vizinho, poderá valer-se dos pretextos do lobo, para obter pela guerra aquilo que poderia ser obtido em contratos pacíficos de interesses conjugáveis.

A diversidade das nossas produções básicas, eliminando a concorrência que é motivo de guerra, não deve ser causa de despeitos, mas razão de entendimentos pacíficos, na conformidade não apenas das partes contratantes, mas de acordo com os interesses coletivos de todas as nações do Novo Mundo.

Quanto ao progresso de cada nação, não devemos ser daqueles que têm mau olho porque o boi do vizinho está gordo, enquanto o nosso está magro e cheio de carrapatos. O que nos cumpre é engordar o nosso boi e felicitar o vizinho pelo fato do seu andar nédio e limpo.

Se somos descurados, regosijemo-nos de ter à mão paradigma por onde nos corriamos e andemos antes na emulação pacífica do progresso do que nos percamos em lamúrias recriminativas. Se perdemos tempo em vã politicagem, não nos façamos de modelo a forçar os outros, nem culpemos os mais expeditos por se utilizarem de idéias muitas vezes nascidas em nosso meio e desprezadas pelos a quem importava aproveitá-las.

A União das Américas deve estimular-se pelo regosijo de todos os países pelo progresso de cada um. Deve inspirar-se no ideal de liberdade que a quantos nasceram sob o sol do Novo Mundo cumpre cultivar. Deve animar-se da certeza de que da paz em que vivermos e da solidariedade em que nos conjugarmos depende a própria salvação da Humanidade.

O CANTO DO PIAGA

Gonçalves Dias não é apenas o poeta da raça brasileira, porque é também o profeta da Nacionalidade. Se em Castro Alves encontramos a poderosa força da imaginação tropical posta em ação por um gênio de amplitude universal; se em Fagundes Varela nos pomos em contacto com os sentimentos mais delicados da nossa gente que nele teve o intérprete, por excelência, da unidade psicológica da nossa Pátria; se em Casimiro de Abreu as sucessivas gerações da nossa terra possuem, sempre atual, a expressão de seus íntimos afetos familiares e do amor puro e cândido — é, entretanto, em Gonçalves Dias que sentimos o alvorecer de uma Nação, o sentido mais alto de nossos destinos históricos, a consciência da nossa diferenciação na unidade humana e na comunidade ibero-americana, a previsão do futuro vibrando como um clarim (diríamos melhor uma inúbia) que vale, como profecia e como mensagem, alertando e mantendo de pé um povo que ama a sua liberdade e a sua dignidade.

É o poeta nacionalista por excelência. Os que o precederam, ou lhe foram coevos, tentaram exprimir a alma da Nacionalidade nascente, mas não lograram senão esboçar o quadro que, no poeta do Maranhão, surge com os linea-

mentos precisos e as cores adequadas à paisagem espiritual já então historicamente definida. Os motivos indígenas tratados anteriormente por Santa Rita Durão e posteriormente por Gonçalves de Magalhães e Araújo Porto Alegre, não encontraram o ritmo, a eloquência, o colorido, que no autor das "Americanas" e de "Os Timbiras" desenvolvem-se ao sopro de uma inspiração potentíssima.

Os românticos brasileiros — entre os quais se enquadra Gonçalves Dias — transladando da Europa os anseios de exteriorização dos tumultos interiores, que exprimem o verdadeiro sentido desse grande movimento literário, diferiram de seus contemporâneos do outro lado do Atlântico neste fato evidentíssimo: enquanto o romantismo europeu procurava revelar o indivíduo, o romantismo brasileiro procurava revelar a "nação". O romantismo na Europa era individualista: o romantismo entre nós era nacionalista. As origens — que poderemos chamar políticas — eram as mesmas: a Revolução Francesa, os movimentos populares tendentes à dissolução das formas cristalizadas do Estado e da Sociedade. E as origens filosóficas estavam no naturalismo de Rousseau, como estavam em Locke e, mais particularmente, em Montaigne.

Quem desejava manifestar-se, em toda a sua plenitude, na Europa, era o Homem. Na América, era a Nação. Pois aqui não se tratava de reivindicar apenas direitos humanos (o que se dava nos velhos países já politicamente diferenciados através dos séculos e cujas independências se restauravam depois do curto colapso da dominação napoleônica), mas tratava-se de reivindicar direitos nacionais porque constituíamos, no Hemisfério Ocidental, grupos que já se sentiam distintos das Metrópoles Colonizadoras.

Nesse afã, Gonçalves Dias se destaca e se afirma para sempre o Poeta da Nacionalidade. E de tal forma ele o foi que aquele espírito universal e de tamanho poder de clarividência, que foi Machado de Assis, sempre assim o considerou como crítico e o cantou como poeta, quando

exclama, por ocasião do desastre marítimo em que sucumbiu o grande maranhense:

Morto, é morto o cantor dos meus guerreiros!

Virgens da mata, suspirai comigo!

E nessa mesma plangente nênia, Machado considera a poesia de Gonçalves Dias o monumento que o vate do Maranhão à Pátria levantou.

* * *

Os críticos superficiais, que procuram dissecar a poesia, pretendendo enquadrá-la na objetividade sociológica (única realidade que eles conseguem apreender com suas vistas curtas) classificam o indianismo brasileiro de artifício desconsoante com a verdade étnica e psicológica do nosso selvagem; mas aqueles que compreendem a sacralidade da poesia, como intérprete da subjetividade pessoal ou coletiva, sabem tomar em seu legítimo valor os símbolos em que o poeta revela os misteriosos estados de alma que a sua sensibilidade transporta da personalidade coletiva para a sua própria personalidade.

O índio, em Gonçalves Dias, não é apenas o índio das tabas selvagens; é o povo brasileiro que principia a viver a vida das Nações Livres. Esse povo é o resultado dos cruzamentos étnicos entre os europeus, os africanos e as raças autoctones. Mas, assim como o meio físico, as tradições morais e as circunstâncias do convívio concorrem para a formação de um tipo humano uniforme, também o “meio étnico” não pode ser desprezado como agente — e dos mais impositivos — no processo de uniformização da comunidade nacional, dia a dia diferenciada na comunidade universal.

O “meio étnico” eram as tribos esparsas pelo território da imensa Pindorama. Brancos de todas as procedências até hoje, e de procedência ibérica no tempo da Colônia, do mesmo modo como os negros de Angola, Guiné ou Mo-

çambique, submetem-se — consciente ou inconscientemente — à influência do aborígene brasileiro. Desde a época das Bandeiras, e mesmo antes, desde a fundação dos primeiros núcleos de povoadores europeus na dilatada costa, essa influência é decisiva. Novas condições de vida exigem novos expedientes, novos costumes, e estes já se encontravam indicados pelo selvagem que antecipara a ocupação do território. Mas é, sobretudo no cruzamento das raças ádvenas com o autoctone que se encontra a base psicológica de onde Gonçalves Dias extrai, como símbolo da Nacionalidade, o índio brasileiro. Sendo o nosso indígena quase branco, o seu cruzamento não deixa vestígios na epiderme. Os vestígios estão na alma. E, tendo-se a impressão de que as tribos tupis e tapuias desapareceram, esquecemo-nos de que elas vivem agora na alma nacional, esse mesmo campo desconhecido pelos observadores superficiais, onde se erguem os cantos silenciosos das pocemas e onde vibram os misteriosos maracás e atabaques, surdamente...

Os sentimentos do nosso patriotismo, esta altivez que ainda distingue a nossa população na defesa de suas liberdades, esta capacidade de afirmação e de luta que sentimos vibrar nas horas perigosas e incertas, este amor à terra, este apego à natureza, esta nossa larga generosidade que nos faz menos agarrados do que outros povos aos bens materiais, esta superstição que mesclamos à nossa fé religiosa e que tem origens telúricas, — tudo isto constitui a presença do índio na alma nacional. E não apenas nos que trazem nas veias alguma gota de sangue selvagem, mas em todos — absolutamente todos — os brasileiros, ainda mesmo aqueles de puro sangue europeu, pois o cruzamento processado no Brasil não é apenas biológico, mas psicológico.

Esse cruzamento psicológico é tão relevante que nos Estados Unidos, onde o preconceito de raça não permitiu a mescla do negro e do anglo-saxão, o caldeamento se deu e

se exprime, quer na música chamada americana quer nas próprias atitudes e tipo da vida, absolutamente diverso da Inglaterra.

* * *

Gonçalves Dias — intuitivo como todo poeta verdadeiro — tomou o índio como símbolo nacional de uma Pátria nascente. Cantando o índio, canta o Brasil. Alertando o índio, alerta o Brasil.

Ele sabe — porque é um homem de cultura européia, tendo feito seus estudos em Coimbra, tendo percorrido os principais países da Europa, sendo mestre da língua portuguesa como revela nas “Sextilhas de Frei Antão” — que a Pátria Brasileira tem origem nas tradições históricas lusíadas, que a formação moral do nosso povo deriva das luzes do cristianismo, que a sua formação cultural se identifica com a das nações mais adiantadas, pelo que o Brasil não é, rigorosamente, apenas o índio. Mas sabe, também, que naquilo que poderemos chamar o “espírito das tribos guerreiras” está a fonte da energia diferenciadora e afirmadora da Nação. Entre todos os povos, portanto, que entram em concurso para forjar a Grande Pátria, o índio tem de ser o símbolo, o emblema, a força a evocar nas horas dramáticas da nossa História.

Vem daí o valor profético de “O Canto do Piaga”. Essa poesia parece escrita para os dias de hoje. Deve ser decorada e meditada pelos jovens da atual geração. O poeta máximo da Pátria não configurou apenas a conquista da terra pelos brancos das caravelas, que constituíram, inegavelmente, o elemento principal da formação moral e cultural brasileiras. Ele, o poeta, quis também alertar o Brasil contra esse mesmo perigo que um dia se apresentou à raça tupí.

Substituindo o autoctone ameaçado pelo próprio Povo Brasileiro dos nossos dias, temos o maior dos manifestos lançados por um profeta, que parece ter visto, à distância

de um século, os horizontes tenebrosos em cujos cimos brilha a estrela vermelha dos conquistadores do Oriente.

* * *

No “Canto do Piaga”, Gonçalves Dias nos apresenta o profeta da raça tupi despertando no escuro da noite, quando já as primeiras luzes da aurora tingem o céu. Conclama os guerreiros para lhes dar uma mensagem terrível. Que mensagem é essa?

O profeta começa contando que, alta noite, com a lua já morta, uma voz começou a chamá-lo. Abrindo os olhos, vê um espectro “feio, medonho, tremendo”. O fantasma adverte-o, admoesta-o, acusa-o porque ele dorme, quando devia estar acordado. O sono do homem que tem o dever de velar pela sua Nação é um sono tão criminoso, que os instrumentos inanimados, com os quais se conclamam os guerreiros, por si sós, sem intervenção humana, começam a vibrar.

Aí não está uma advertência aos homens de pensamento dos nossos dias, que se conservam inertes (dormem) ao invés de conclamar o seu povo para uma batalha sagrada, da qual depende a própria liberdade de cada um e a continuidade da soberania nacional? Mas continuemos a ouvir o Piaga.

A voz cava do espectro censura-o porque ele não está compreendendo os sinais dos tempos:

*“Tu não viste nos céus o negrume
toda a face do sol ofuscar?
Não ouviste a coruja de dia
seus estrídulos torva soltar?
Tu não viste dos bosques a coma
sem aragem vergar-se e gemer?
Nem a lua de fogo, entre nuvens,
qual em vestes de sangue nascer?”*

Sim; Deus envia sinais dos tempos que devem ser observados e interpretados. E acaso, neste nosso tempo, a verdade imortal de Cristo não começa a ausentar-se de nós, substituída pelo negrume do materialismo, do egoísmo, do comodismo, do cientifismo, da sensualidade, do fetichismo da técnica? Não é esse um sinal pavoroso de que iremos nos bestializar num regímen que considera o homem apenas como um ser econômico? E não são numerosas as corujas que “piam de dia”, isto é, os homens que imprudentemente lançam seus sofismas na plenitude do sol da verdade? E esses bosques que vergam sem aragem não são as multidões eleitorais de hoje, sem sopro do espírito criador, arcando ao peso das demagogias? E a lua que nasce entre nuvens de sangue não percebemos nós nesse símbolo a revolução social, a guerra civil, preparada pelos comunistas, que manobram os outros partidos, que agem livremente em nossa Pátria, publicando jornais, falando no parlamento, realizando assembléias até em próprios recintos oficiais?

Se os homens de pensamento não percebem nada disso, encontram-se na mesma situação do Piaga, admoestado pelo fantasma:

*“Porque dormes, ó Piaga divino?
E tu dormes, ó Piaga divino!”*

* * *

Não é lícito dormir nesta hora grave. Porque o anúncio das desgraças vem logo depois da censura. Um monstro caminha em direção da terra onde domina a Nação Tupi. E o espectro diz:

*“Não sabeis o que o monstro procura?
Não sabeis a que vem, o que quer?
Vem matar vossos bravos guerreiros,
vem roubar-vos a filha, a mulher!”*

*Vem trazer-vos crueza, impiedade
— dons cruéis do cruel Anhangá —
Vem quebrar-vos a maça valente,
profanar manitôs, maracás.
Vem trazer-vos algemas pesadas
com que a tribo Tupi vai gemer;
hão-de os velhos servirem de escravos,
mesmo o Piaga inda escravo vai ser”.*

Precisará muita inteligência para se compreender esta profecia de Gonçalves Dias? O comunismo vem matar, em expurgos políticos, todos os homens válidos, não digo fisicamente, mas moralmente, isto é, os capazes de reação, os verdadeiramente guerreiros. Ficarão os velhos, que serão escravizados; esses velhos, para mim, não têm idade: são mesmo velhos de quinze, vinte, trinta, quarenta anos já exauridos pela indiferença, pela apatia, pelo comodismo, pelos prazeres. Esses serão escravizados, porque os homens dignos, capazes de lutar, morrerão. As mulheres (“vem roubar-vos a filha, a mulher”...) serão entregues, como instrumento de prazer, como o foram nos países ocupados pelas tropas russas aliadas aos traidores de suas Pátrias (os do partido comunista). O Exército Nacional será substituído por um Exército Popular, submetido a Moscou, (“vem quebrar-vos a maça valente”...). A Religião tradicional será destituída, porque o monstro vem “profanar manitôs, maracás”, isto é, derribar altares, incendiar igrejas, eliminar os ministros de Deus. E, finalmente, o pensador, o iluminado pela inteligência, mas que negligenciou como o Piaga “ainda escravo há-de ser”, e esse será o castigo contra os traidores da Graça, contra os que tudo viram e perceberam e nada fizeram.

Gonçalves Dias, nos últimos versos, faz raiar a luz da esperança, pondo na boca do espectro estas palavras:

*“Vossos Deuses, ó Piaga, conjura!
Susta as iras do fero Anhangá!”*

E com estes dois versos concita a Pátria Brasileira, em todos os tempos futuros, a valer-se das forças espirituais da Nacionalidade. Só Deus faz guerreiros audazes.

* * *

Essa esperança volve a iluminar o Poeta-Profeta, no seu poema "Visões". Ali, ele mostra a Nação Tupi (e nós vemos a Nação Brasileira) abandonando Tupã (que nós tomamos pelo Cristo) e entregando-se a Anhangá. A tribo Tupi cruza-se em ilícito matrimônio (como os reis de Israel castigados por isso por Jeová) com a tribo dos Cramekrans, que se entregaram ao culto demoníaco. Por este motivo, o Deus Verdadeiro, que só deseja o culto de homens livres, repudia os Tupis que se tornaram escravos do espírito das trevas:

*"Tupã não vos quer ver — que vos fizeste
escravos de Anhangá!*

*Treme, Nação Tupi — soluça, geme,
povo que foi já".*

A Nação que abandonou as suas tradições religiosas e morais, que se entregou aos mitos modernos com que o Demônio conturba as mentes e degrada as criaturas humanas usando (como hoje entre nós) os instrumentos do tecnicismo, do sexualismo, do socialismo, essa Nação já foi povo ("povo que foi já") mas agora não é mais povo e sim massa amorfa (no dizer de Pio XII) à mercê dos seus escravizadores.

O matrimônio ilícito entre Tupís e Cramekrans não será um símbolo do conúbio absurdo entre o cristianismo e o cientifismo, entre o espiritualismo e o materialismo, entre a moral religiosa e a moral científica? Se a Nação Brasileira for por esse caminho, não será mais Nação. Mas uma geração nova há-de-surgir... E Gonçalves Dias prevê o movimento da juventude brasileira, a redenção da Pátria, a restauração da Nacionalidade, dizendo:

*“Mas um dia virá, bem longe de hoje,
e os teus livres serão;
Mas nesse dia não verás — ó povo;
teus filhos também não”.*

Essa voz é a do ancião que morre dizendo: “Bem feliz é o que, morrendo, evita ouvir a voz dos seus gemendo escravos...”

Na verdade, a geração que se entregou às doutrinas materialistas, que se esqueceu das virtudes de seus antepassados, que perdeu o sentido dos valores humanos, que se degradou nas baixas ambições, nas negociatas, na irresponsabilidade, na indiferença, na apatia, no fatalismo; que perdeu o amor da Pátria, que se subordinou a uma Potência Estrangeira cuja doutrina permite livremente correr: essa geração não merece ver o sol da Liberdade. Mas a nova geração, que surge arrebatada pela vida heróica, iluminando-se pelas luzes resplandescentes do Espírito, lançando-se à luta disposta ao sacrifício, à renúncia, à pureza, às normas fidalgas do cavalheirismo, essa há-de ser uma geração de homens livres e dignos. Essa reconstruirá o que estiver destruído e conhecerá os dias luminosos da exaltação e da glória.

A AÇÃO INTEGRALIZADORA DOS PAULISTAS

Por ocasião do IV Centenário da Cidade de São Paulo — ocorrido a 25 de janeiro — e no início das comemorações que marcarão o acontecimento insigne durante o ano de 1954, é justo relembrar o esforço da gente paulista, através de quatro séculos, no sentido do engrandecimento da Pátria Brasileira.

De Nóbrega e de Anchieta, fundadores do Colégio e burgo de que nasceu a vila e posteriormente a cidade, muito se tem falado. De Tibiriçá e Caiubi, de João Ramalho e seus filhos e quantos mais constituíram os troncos das famílias piratininganas, largamente se ocuparam os nossos historiadores. Noto, entretanto, que faltou um estudo que visionasse o desenvolvimento social, psicológico e político das sucessivas gerações que, do século XVI ao século XX, tanto influíram na construção e formação do Brasil.

O próprio povo paulista de hoje ignora o que representaram seus antepassados como arquitetos da Nação Brasileira. A Comissão incumbida de promover as comemorações do Centenário nada fez para dar aos atuais habitantes da Capital e do Estado a consciência histórica do acontecimento, da vinculação de São Paulo à vida brasileira, do papel que desempenharam os paulistas durante a Co-

lônia, o Reino, o Império e a República, exprimindo o sentimento nacional e desenvolvendo uma ação que sempre ultrapassou o âmbito estreito das preocupações meramente regionalistas. Centenas de congressos culturais, científicos, técnicos e literários, além de nada significar como estímulo, vitalização e intensificação de um estado de espírito que agora, mais do que nunca, fora mister acentuar e fortalecer, não passam de atividades intelectuais cujos ecos não vão além da esfera das elites. Corridas de cavalos, têm-nas o povo todos os domingos e eu não vejo nenhuma ligação entre os torneios cavaleares e o fato histórico. Paradas cívicas ou militares são espetáculos comuns que agradam a vista, despertam um entusiasmo superficial, mas não penetram no fundo do tema que se pretendeu lhes servisse de motivo. Exposições de pintura — quando se trata de um desfile retrospectivo de valores artísticos através dos séculos — ajudam o despertar da memória histórica, mas são restritas a um campo unilateral de atividades culturais, pelo que representam evocações incompletas; e quando se trata da exibição dos índices atuais da modernidade internacional, são absolutamente inúteis ao fim superior de uma comemoração histórica. Recepções e bailes para a alta granfinagem são meros acessórios de uma festividade e nada dizem respeito à educação moral, cívica e política da atual geração.

A oportunidade rara que teve São Paulo de relembrar ao Brasil o que os paulistas fizeram pela Grande Pátria foi perdida. Tudo o que se fez poder-se-ia fazer, e seria bom, sem que, entretanto, tivesse sido o essencial. Porque neste momento a Pátria Brasileira precisava de uma mensagem profundamente significativa de São Paulo; e essa mensagem não veio.

Procurarei, pois, resumir nestas linhas, o que representaram São Paulo e os paulistas na vida brasileira, desde Martim Afonso de Souza, fundador da Capitania de que se originaram a Província e o Estado.

INTEGRAÇÃO ÉTNICA — O primeiro fato histórico em Piratininga foi o cruzamento das raças e, em seguida, a transferência de tribos longínquas de tupis e de tapuias para o Planalto. Em nenhuma outra região brasileira se operou de maneira mais intensa, ampla e completa a assimilação do índio pelo europeu. Inicialmente, com o casamento de João Ramalho e Bartira, e depois de Pero Dias e Terebê, prosseguiram essas uniões às quais já uma vez, no meu livro *A Voz do Oeste*, chamei “matrimônios cósmicos”, de dois Continentes, de dois mundos, de duas idades humanas: a Renascença e o Homem Primitivo. Nasceu uma raça de audazes desbravadores dos sertões, ao mesmo tempo dinamizados pelo espírito renascentista do século XVI que lhes vinha no sangue da Europa, e atraídos misteriosamente por aquelas regiões de onde um dia, partindo dos planaltos andinos, os tupis se derramaram pela terra de Pindorama. Mais do que o interesse econômico das lavouras nascentes, impulsionava os heróis das primeiras Bandeiras o instinto de construção biológica do tipo adequado às condições climáticas e mesológicas do Novo Mundo. Esse instinto aliava-se ao fator consciente que objetivava a assimilação e a catequese. E era essa a estrutura psicológica das primeiras “entradas”, da “caça aos índios”, da “descida” de tribos inteiras dos imensos espaços geográficos para o laboratório étnico de São Paulo.

Ao contrário do tipo da catequese jesuítica no Paraguai e no Rio Grande do Sul, onde os índios se concentravam em “reduções”, isolando-se, a cristalizar em futuros núcleos ganglionares os caracteres específicos de etnias definidas, o que se dava em Piratininga e arredores era a mistura desordenada de procedências várias com o colono lusitano. E assim, durante mais de um século, São Paulo forjou a base étnica da nacionalidade brasileira, continuando a enriquecê-la nas centúrias seguintes, já quando as Bandeiras visavam outros objetivos: a procura do ouro e das pedras preciosas. Igual fato se deu, por certo, em outras zonas brasileiras, particularmente no Maranhão, no Nordeste, na

Bahia; mas a amplitude de ação dos sertanistas de S. Paulo abrange Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para usarmos os nomes atuais dos espaços onde se fez mais notar a influência paulista.

INTEGRAÇÃO TERRITORIAL — A integração territorial do Brasil é outro serviço devido à gente de São Paulo. Basta olhar a *Carta Geral das Bandeiras* de Afonso d'E. Taunay, ou ler Alfredo Ellis Júnior, nas páginas de *Raça de Gigantes* onde se desenrolam os episódios do recuo do Meridiano de Tordesilhas, para se ter idéia do que foi o esforço sobrehumano daqueles novos “barões assinalados” que não encontraram ainda o seu poeta épico.

No meu livro *Como nasceram as cidades do Brasil*, escrevi um capítulo intitulado “As águias partem do Planalto”. Ali, ainda que sinteticamente, desenrola-se a ação dos paulistas no que diz respeito à ocupação do território que hoje constitui a base física da Pátria Brasileira. A epopéia pode ser expressa apenas por uma lista de nomes: Nicolau Barreto, Manuel Preto, Francisco Pedroso, Raposo Tavares, Fernão Dias Pais Leme, Bartolomeu Bueno (o Anhanguera), Borba Gato, Pascoal Moreira Cabral, Matias Cardoso, Correia Arzão, Jorge Velho, Padre Faria, Antônio Dias e muitos outros. Eles ligaram o Sul ao Norte do Brasil. “Desceram em procissões de canoas os cursos dos rios. Transpuseram todas as serras. Romperam com a convenção européia de Tordesilhas, mediante a qual o Brasil não passaria de uma nesga de terra à beira do Atlântico. Dilatarem, portanto, os horizontes da Pátria. Não se limitaram a descobrir e a explorar o ouro e as pedras preciosas: continuaram em terra a prodigiosa aventura dos navegantes de Sagres. Lançaram os alicerces da unidade nacional e da grandeza do Brasil”.

INTEGRAÇÃO JURÍDICA DO PATRIMÔNIO GEOGRÁFICO — Se aos paulistas coube a conquista da

terra e a sua ocupação, deveria ser o espírito nacionalista de um filho de São Paulo que iria, no século XVIII, dar validade jurídica à posse secular dos brasileiros sobre as imensas regiões cujo caráter de lusitanidade o tempo consolidara.

O Tratado de Madrid, de 13 de janeiro de 1750, que pela primeira vez aplicou, no campo do Direito Internacional, o princípio do *uti possidetis*, dando origem também, por uma de suas cláusulas, à política pan-americana de que Bolívar se fez arauto e Monroe o concretizador, foi obra do santista Alexandre de Gusmão, cujo nome deveria ter sido posto em destaque na celebração do centenário da cidade de São Paulo.

Nesse paulista, como nos seus antepassados e coevos piratininganos, nunca vibrou senão o sentimento do Brasil Total. Assim, se os serviços que prestou elaborando, discutindo, fazendo vencer o Tratado entre as Monarquias de Espanha e Portugal, como penhor do futuro e do bem do Brasil, não se descurou de outros assuntos de magna importância para a nossa Pátria. Foi ele quem fez criar os Bispados de Minas, São Paulo e Pará. Foi ele quem, pela primeira vez, introduziu no Brasil, de modo sistemático, correntes imigratórias, colonizando Santa Catarina e Rio Grande do Sul com famílias açorianas.

INTEGRAÇÃO POLÍTICA DA PÁTRIA — O grande perigo pelo qual passou o Brasil, desde os fins do século XVIII até à maioridade de D. Pedro II foi o da desagregação nacional pelo impulso da emancipação partindo de pontos diferentes.

Do mesmo modo como a integração étnica evitou a formação de redutos isolados conflitantes com o pensamento da unidade nacional (séc. XVI); a integração territorial deu a ampla base física à futura Nação (séculos XVI, XVII e XVIII); a integração jurídica do patrimônio geográfico impediu futuras contendas e consolidou a paz na América do Sul, dentro da qual o Brasil pôde tranqüilamente desen-

volver-se (século XVIII, 1750), — sendo essas obras realizações do espírito nacional dos paulistas, deveria também, por misterioso destino histórico, caber a um filho de São Paulo a consolidação política da Unidade Nacional Brasileira. Esse homem foi José Bonifácio de Andrada e Silva, com justa razão cognominado o Patriarca da Independência do Brasil.

Filho de Santos, estudou em Coimbra, viajou a Europa durante dez anos a estudar mineralogia, botânica, economia política e ciência da administração; regressou a Lisboa, onde foi professor em Coimbra, Intendente de Minas, Diretor de Obras Públicas, Chefe de Polícia, Desembargador da Relação e, durante as invasões francesas, comandante do Batalhão Acadêmico, além de Secretário Perpétuo da Academia de Ciências. Esse homem excepcional, pelo saber, pela experiência no trato da coisa pública, e pela intuição genial com que interpretava, decifrava e solucionava os problemas que o momento histórico apresentava, percebeu, desde logo, que o Brasil se esfacelaria em diversas republiquetas, se não adotasse o regime monárquico e se não vinculasse o seu futuro à sucessividade dinástica da Casa de Bragança. No meio da confusão e da desordem mental do Rio de Janeiro, a partir do instante em que toda a Europa, depois de Napoleão, se agitava exportando-nos idéias revolucionárias, José Bonifácio apareceu regressando de Portugal. Coordenou as forças dispersas que se manifestavam pela Independência. Sob o governo do Príncipe Regente, desenvolveu a sua ação construtiva que visou, principalmente, atrair o próprio Príncipe para a causa dos brasileiros. Dirigiu os acontecimentos. Realizou a Independência, levando os fatos a se comporem até ao ponto culminante do grito do Ipiranga.

Não é sem um misterioso motivo que o grito de Pedro I se eleva nas margens do Ipiranga, no planalto histórico. Pois esse Planalto foi o ninho das águias da Conquista, foi

o laboratório das raças, foi o cenário de onde partiu Alexandre de Gusmão, o consolidador jurídico do patrimônio da Pátria Brasileira. E foi o Planalto o ponto chave da política de dominação do Novo Mundo, desde Anchieta até os últimos dias do século XVIII, quando os paulistas consolidam as posições brasileiras no Sul, sob o governo do Vice-Rei Marquês do Lavradio e sob a direção do Brigadeiro Luís Antônio de Souza.

Foi, portanto, ainda, São Paulo, o construtor da base do Império, isto é, da Unidade Política Nacional.

SEGUNDA INTEGRAÇÃO POLÍTICA — Esta, São Paulo realizou-a na República. A queda do Império, ainda quando não pudesse mais destruir a unidade da Pátria, como teria sido possível com a implantação do regime republicano nos princípios do século XIX, poderia, entretanto, trazer muitas perturbações. O Federalismo exagerado poderia levar-nos a pruridos separatistas. O domínio das Classes Armadas poderia trazer a dissensão entre seus chefes, como aliás principiou a acontecer com o golpe de estado de Deodoro e o contra-golpe de Floriano e, posteriormente, com a revolta da Esquadra.

Mas o espírito de José Bonifácio como que surgiu na tríade paulista: Prudente — Campos Sales — Rodrigues Alves. O primeiro, recompôs a ordem militar. O segundo, fez dos próprios Estados Federados, mediante a política dos Governadores, os bastiões da ordem política nacional. O terceiro recrutou a plêiade mais brilhante da nossa história republicana (Rio Branco, Oswaldo Cruz, Passos, Seabra e outros) e realizou dois serviços formidáveis: a integração da Capital do País no ritmo de saúde nacional, pois era uma cidade pestuada e arrasada pela bubônica, pela varíola e pela febre amarela, e a definitiva consolidação da obra jurídica de Alexandre de Gusmão, resolvendo, em concreto, todas as nossas questões de limites através das realizações luminosas do Barão do Rio Branco.

* * *

Não prossegurei. No curso destas últimas décadas, sou também ator na História Brasileira. Não me compete a mim falar de acontecimentos em que tomei parte.

Basta o que resumi neste artigo. Ele foi escrito para unir os paulistas a todos os brasileiros e todos os brasileiros aos paulistas. E para mostrar o que se poderia ter feito nesta oportunidade perdida do IV Centenário de São Paulo.

O BRASIL NA CONFERÊNCIA DE HAIA

Encontrei quando no exílio, numa livraria do Chiado, uma *Vida de Rui Barbosa*, de Luiz Viana Filho. Comprei-a e foi com profunda emoção que a li. Recordei, à proporção que avançava na leitura, o abalo que me causou, a 1.º de março de 1923, a notícia da morte do grande brasileiro, conhecido no meu país pelo cognome de "Águia de Haia", conforme o designou a imprensa inglesa. Era eu redator do "Correio Paulistano" e tocou-me tecer os comentários a respeito do triste acontecimento. Para o meu coração de rapaz, a arder em nobres idealismos, o telegrama, que o secretário do jornal pusera sobre a minha mesa, parecia contar qual coisa de catastrófico. A impressão que me causava era de um vazio enorme, insondável, como o fim de uma época cheia de nobreza e o começo de outra em que a defesa dos fracos se esboroava como a própria consciência jurídica dos povos.

Rui Barbosa fora o maior dos brasileiros, mas fora também a mais alta expressão latina do culto do Direito nos tempos modernos. Mestre da língua, ninguém no Brasil, à exceção de Vieira com quem emparelhava, deu maior majestade ao idioma dos povos lusíadas; jurista, foi o geômetra impecável da Carta Constitucional de 1890; orador,

nunca superado, o seu verbo poderoso ergueu-se todas as vezes em que se fez mister socorrer o fraco ameaçado pelo forte, fosse na vida nacional, fosse no convívio internacional.

* * *

Entre os capítulos mais sugestivos deste livro, um há que deveria ser lido e meditado por todos os homens honestos e particularmente por quantos sintam a necessidade de recompor o equilíbrio mental numa época de tamanhas perturbações e confusões como a em que vivemos. É o capítulo que nos relata a atividade de Rui Barbosa na Conferência da Paz, realizada na capital da Holanda nos princípios deste século.

Rui, como chefe da representação brasileira, dirigira-se à cidade de Haia, cheio de temor e sentindo o peso da sua responsabilidade. Ao padre Yabar, seu amigo, escrevia: "Sempre que puder, implore para mim o auxílio de Deus, que tanto necessito nos trabalhos da minha vida e especialmente agora, entre as dificuldades desta missão".

Compareceram à grande assembléia as figuras mais cultas e prestigiosas de todos os países. A Inglaterra mandou Sir Edward Fry; a Rússia fez-se representar por Nelidov e Frederico de Martens; pelos EE.UU. foram Mr. Choate e Mr. Brown Scott; como principais representantes da França, lá estiveram Leon Bourgeois, e D'Estournelles de Constant; e, cheio de arrogância, a dominar a conferência pela sua ilustração e pela sua estatura, o homem da Alemanha, Barão Marschall von Bieberstein.

Por ironia do destino, estava escrito que este alemão gigantesco e de tão grande prestígio no cenário imponente de Haia, seria derrotado pelo modesto brasileiro, de tão minguado porte físico, cuja presença entre os embaixadores das potências fora tida, no começo, quase como irrisória.

Durante muitos dias, Rui Barbosa extenuou-se a traba-

lhar e a lutar nas comissões e no plenário, revelando assombrosa cultura em todos os assuntos, que eram numerosos, por envolverem todas as questões a serem reguladas em tempo de guerra ou de paz. As grandes potências olhavam-no com enfado e irritação crescentes, pois, que, no meio dos interesses inconfessáveis, a se dissimularem no jogo habilidoso da diplomacia, a voz de Rui exprimia, unicamente, a serena e irredutível concepção do Direito.

Arrastaram-se, dessa forma, penosamente, os trabalhos da Conferência, quando chegou o momento supremo da vida de Rui Barbosa, momento em que nele falou a alma do Brasil e a própria consciência jurídica dos povos do Novo Mundo.

Foi o episódio culminante de Haia.

* * *

Trata-se da organização do Tribunal Permanente de Arbitragem. A tese é alemã e resume-se nisto: as grandes potências devem governar o mundo. Defende-a, com ardor, o Barão Marschall von Bieberstein. Levanta-se a combatê-la o pequeno brasileiro, de tão reduzido porte físico, que precisa erguer os olhos para encarar o seu temível adversário. É o duelo entre David e o gigante Golias.

Martens e Nelidov (a Rússia Czarista, que só tem a lucrar com a concepção do direito da força, a qual lhe faculta os meios de jogar diplomaticamente com os recursos populacionais e bélicos do seu império) são também arautos do princípio da desigualdade. O Japão imperialista acompanha os porta-vozes do Kaiser e do Czar. As outras grandes potências aderem à proposta alemã. Está iminente a vitória da Kultur, precursora do nazismo totalitário e racista. Que farão as nações pequenas?

Di-lo-á Rui Barbosa, elevando-se como a primeira cabeça da Conferência de Haia.

A sustentar a sua atitude, está vigilante, do outro lado

do Atlântico, um homem de rara envergadura, um desses tipos de estadistas no Novo Mundo que dignificam a Humanidade: José da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco, ministro do Exterior em sucessivos quadriênios, historiador, geógrafo, político e jurista, cuja celebridade adviera da solução pacífica de todas as questões de limites do Brasil, em vinte e dois tratados que constituem o maior padrão de glória da diplomacia sul-americana. O Barão já sondou todas as chancelarias do hemisfério ocidental e sabe que o Brasil não ficará sozinho.

Rui Barbosa desfralda audaciosamente a bandeira da igualdade dos Estados. Foi um momento de perplexidade e de assombro. De perplexidade, por se levantar uma pequena potência contrariando o desejo das grandes; de assombro, pela maneira como Rui se desempenhava. Todos os seus recursos de orador; todo o seu poder de poliglota, respondendo aos apartes nas línguas dos próprios apartantes; toda a soma do seu saber e da sua cultura jurídica; todos os seus pormenorizados conhecimentos da história de cada país que ele utiliza a propósito das objeções em curso — eram postos em linha de batalha desenvolvendo-se em primores de estratégia verbal. E, dominando tão vastas faculdades e surpreendente virtuosidade, a chama de arrebatadora inspiração, a exprimir ardente fé nos valores morais e na força imortal do Direito.

* * *

A tese alemã ficou abalada. Resolveu-se nomear uma comissão a fim de estudá-la minuciosamente, antes de voltar a plenário. Os nomes escolhidos foram de Marschall, Nelidov, Choate, Kapos-Mère, Tornieli, Bourgeois e Rui Barbosa.

Para Rui Barbosa, admirador da Inglaterra e do senso de equilíbrio e justiça do povo inglês, faltava mais um nome, que ele propôs: o de Sir Edward Fry, o representante de Sua Majestade Britânica. Quando exilado polí-

tico, Rui Barbosa residira na Inglaterra, familiarizando-se com a cultura inglesa e com o povo da Grã-Bretanha. Observara o poder de compreensão das realidades que leva o povo britânico a preferir o equilíbrio da justiça exercida por muitos aos perigos inevitáveis de uma justiça a cargo de poucos. Julgava, portanto, indispensável que a Inglaterra estivesse representada na Comissão, que os jornalistas jocosamente haviam apelidado “os sete sábios”. E, assim, com Sir Edward Fry, os “sete sábios” ficaram sendo oito.

A essa altura, Brown Scott (representante dos Estados Unidos) propôs um substitutivo ao projeto alemão. Era uma fórmula conciliatória, mediante a qual se dava ao Brasil a possibilidade de figurar entre as grandes potências. Satisfazia-se, assim, a tese alemã, atendendo-se aos melindres das pequenas potências, que seriam representadas no conselho das grandes. Mas o Barão do Rio Branco telegrafou a Rui Barbosa no sentido de nada aceitar fora do princípio da igualdade das Nações.

* * *

Os debates que então se feriram no plenário, entre o Barão Marschall e Rui Barbosa, foram notabilíssimos. Na opinião do jornalista inglês Stead, o delegado do Brasil “excedeu-se a si próprio”. Ele falou (diz o autor de *Brazil in the world*) “diante de um auditório que lhe era hostil. Mas falou como um homem que exprimia a indignação de todo um continente, com uma cólera contínua e um entusiasmo patriótico. Foi um discurso como a Conferência ainda não tinha ouvido”. E o jornalista acrescenta: “Quando ele terminou e retomou o seu lugar, a assembléia vibrou de aplausos que não têm precedentes pela duração e intensidade”.

A proposta alemã não resistiu ao tremendo ataque. Tendo conquistado os votos de todas as nações sul-americanas, Rui Barbosa atingiu o supremo prestígio, quando os Es-

tados Unidos, sempre sensíveis aos grandes ideais de liberdade e de justiça, trouxeram o seu apoio ao apóstolo brasileiro da igualdade das nações. Também a Inglaterra não faltou às esperanças e admiração de Rui Barbosa. E a quase unanimidade das nações acompanhou o homem do Brasil.

A “Tribune”, de Londres, comentando esses fatos, escreveu: “No princípio, o Barão Marschall era o homem da Conferência, mas a sua estrela declinou enquanto a de Mr. Barbosa atingia o meridiano. O último discurso de Mr. Barbosa provocou a maior e a mais expressiva ovação ouvida no Ridderzaal”.

E foi assim que o Brasil venceu a Alemanha em 1907, fazendo cair a tese do Barão Marschall.

* * *

Compreendo agora a minha dolorosa impressão ante a notícia da morte de Rui, nos meus distantes dias de rapaz. Levado pelo fogo da minha mocidade, eu cheguei, mais tarde, a acreditar que Rui fora apenas o homem do seu tempo e, com esse pensamento, depressa me consolei da sua falta, que no primeiro instante tão irremediável me parecera. Mas hoje estou convencido de que Rui Barbosa é um homem de todos os tempos e a sua doutrina, que superpõe a força do Direito sobre o direito da Força, é a única esperança de salvação do mundo.

Nesta hora em que as Nações recomeçam o assunto interrompido tantas vezes pela brutalidade da guerra, a figura de Rui Barbosa cresce na memória dos que amam sinceramente a Paz e fazem do culto da Justiça o seu supremo ideal. A confiança depositada pelo grande brasileiro no bom senso das duas potências anglo-saxônicas renasce em nossos espíritos. Permita Deus que, entre as dificuldades da hora que passa, e na medida das possibilidades práticas que oferecem aos povos as duras circuns-

tâncias do mundo, o espírito de Rui Barbosa seja presente na consciência dos homens de responsabilidade. Pois se a nossa civilização perder o sentido fundamental do Direito, de nada valerá tudo o que se fizer pela segurança e liberdade dos povos ⁽¹⁾.

(1) — Infelizmente a tese do Barão Marschall posteriormente reerguida pelo nazismo, venceu (quem o diria?) com a vitória daqueles que diziam defender o Direito contra a Força e que, entretanto, deram preeminência na Organização das Nações Unidas (ONU) aos chamados "quatro grandes"... O que domina hoje, abertamente, o mundo, é o Direito da Força sobre a Força do Direito... Faltam-nos, em nosso tempo, homens da estatura de Rui Barbosa e de Rio Branco.

JOSÉ BONIFÁCIO, O PATRIARCA

O que distinguiu José Bonifácio de Andrada e Silva dos seus contemporâneos foi, certamente, a sua capacidade de conciliar o “ideal” com o “real”, combinando as suas aspirações românticas e o seu temperamento lírico de poeta com o frio raciocínio em face das circunstâncias históricas em que teve de atuar.

Muitíssimo concorreu para isso o fato de ter o Andrada se entregado com fervor ao estudo das ciências, em que se fez mestre. Sua mentalidade forjou-se na consideração dos fenômenos da natureza e deles como que apreendeu o segredo dos ritmos harmoniosos.

A última década do século XVIII, iniciada com a tragédia da Revolução Francesa e terminada com a glorificação de Bonaparte, passou-a José Bonifácio entre os mestres da mineralogia, da química, da física e da botânica. Ouviu em Paris as lições de Chaptal e Fourcroy, discípulos de Lavoisier e mestres da química moderna; de Jussieu, o grande botânico; de Hauy, o mineralogista que desvendou o mistério da formação dos cristais. Dali seguiu o jovem brasileiro para Freyberg, centro dos estudos mineralógicos, freqüentando as aulas de Werner, de Kohler, de Friesleben, de Lempe, de Lampadius, ilustrando-se com o conhecimento de geognosia, da montanística, das mate-

máticas, da química e da legislação das minas. Sua curiosidade científica não lhe dá repouso; assim, percorre a Alemanha, o Tirol, a Itália, onde trava conhecimento com Volta; foi à Inglaterra, onde se fez amigo de Priestley, atingiu a Escandinávia, para ouvir um Upsala a palavra de Bergmann e dali viajou para a Dinamarca, para receber em Copenhague as lições de Abilgaard.

Não se limitava José Bonifácio a assimilar a ciência do seu tempo, mas se dedicava a pesquisas, descobrindo novas espécies minerais, como a Petalite, a Espudoméne, a Criolite e a Escapolite, e muitos outros.

Ao alvorecer do século XIX, o cientista, cujo saber se acumulara, sente que é chegado o momento de regressar a Portugal a fim de utilizar-se do muito que aprendera, em benefício da Nação.

Voltar a Lisboa era o seu pensamento, porém o seu desejo íntimo era servir ao Brasil, a longínqua Pátria, que deixara em verdes anos e a cujo amor se sentia tanto mais sujeito quanto o tempo e a distância o afastavam dela. O estudo e aproveitamento das imensas riquezas brasileiras fascinavam o cientista e estimulavam o patriota. Mas a Corte de Lisboa parecia havê-lo esquecido.

Já em 1897, passando por Viena, confiara o Andrada os seus anelos ao Encarregado de Negócios de Portugal na Capital da Áustria, o tão injustamente esquecido Miranda Rabelo, cujos bons ofícios, em favor do futuro Patriarca da nossa Independência, fazem-no credor da gratidão do Brasil. Ouvindo o amigo, de quem tece os maiores elogios em cartas a diversos diplomatas portugueses acreditados em Cortes Européias, Miranda envia a D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, longo relatório sobre o saber, o caráter, a larga visão de homem público que marcavam a personalidade de José Bonifácio.

O Conde de Linhares era, por esse tempo, um dos estadistas de maior envergadura de Portugal. Espírito formado na escola pombalina, voltava-se para os magnos problemas do aproveitamento das riquezas em terras da Metrô-

pole, da África e da América. Habilmente o diplomata se serve desses grandes sonhos de D. Rodrigo, para dizer-lhe que só um homem será capaz de realizá-los: esse homem é José Bonifácio.

Não passa muito tempo, e vemos o Andrada em Lisboa. Em 1801, recebe ali o capelo doutoral da Faculdade de Filosofia e é nomeado Intendente Geral das Minas do Reino; em seguida, encarregam-no da inspeção florestal, ao mesmo tempo que lhe confiam a cadeira de metalurgia criada na Universidade de Coimbra. E o ano não termina sem que lhe sejam confiados novos encargos, entre os quais o de Diretor do Laboratório da Casa da Moeda de Lisboa. A sua ação desenvolve-se em todos esses setores; assim, ao mesmo tempo que incrementa a produção das minas, executa as obras de canalização do rio Mondego e promove em Portugal o grande surto do reflorestamento de regiões desertas.

As aptidões de José Bonifácio recomendam-no ao exercício de atividades nos mais variados campos; assim, em 1808 vemo-lo nomeado Desembargador da Relação, ao mesmo tempo que as suas atividades literárias e científicas na Academia Real de Ciência de Lisboa grangeavam-lhe a admiração e o respeito dos espíritos mais cultos do país.

Dir-se-ia que o grande brasileiro através dos dez anos de peregrinações e estudos por todos os países da Europa e agora, ocupando cargos públicos da maior responsabilidade na Metrópole Portuguesa, forjava a têmpera forte e a mente esclarecida do maior estadista das duas Américas. Até julho de 1819, José Bonifácio jamais cuidara de política, dedicando-se exclusivamente ao estudo dos diversos setores da ciência do seu tempo e à experiência administrativa em que punha em prática os conhecimentos adquiridos e se preparava para a fundação de uma Nova Nacionalidade.

De fato; enquanto no Brasil, como nos outros países da América, o espírito revolucionário tudo dominava e a preocupação política suspendia toda consideração dos proble-

mas básicos da economia e do governo dos povos, esse homem guardava no seu coração as inquietações que naturalmente o agitavam, só cuidando em se tornar apto para o momento em que deveria surgir como o verdadeiro fundador da Nação Brasileira.

Que os acontecimentos revolucionários da Europa o impressionaram e o interessaram desde 1790, não há a menor dúvida; ele assistiu à derrocada das velhas instituições, viu nascer a época napoleônica, foi testemunha das transformações em todos os países e percebeu que novos tempos eram chegados, em que se iria dar início ao aceleração da técnica e a outras condições sociais decorrentes dos novos métodos de produção e de inter-comunicação entre os povos. Adivinhava o século dos combustíveis e dos metais, que principiava, e fizera-se mineralogista e metalurgista. Previa os novos processos da agricultura, e dedicara-se à botânica. Percebia, nas dobras do futuro, a fase das grandes realizações materiais e dos progressos industriais, em que o Estado deveria assumir o papel de grande orientador e propulsor, e por isso exercitava-se na ciência e na arte da administração pública.

Os écos das revoluções pela Independência dos povos americanos chegavam-lhe aos ouvidos; sua alma de poeta e de patriota se exaltava, mas seu raciocínio de homem de ciência continha-o, forçando-o a aguardar a “sua hora”.

Nem lhe faltou, para completar sua experiência de homem público, a oportunidade de pôr à prova a sua coragem na guerra. A sua formação civil constituía a base do seu tipo político; no entanto, quando os franceses, sob o comando de Soult, invadiram Portugal e tomaram a cidade do Porto, José Bonifácio, no posto de Tenente-Coronel do Batalhão Acadêmico, portou-se com um denodo assombroso.

Testemunha de seus feitos, escreve o estudante do 4.^o ano de Direito, Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva, no folheto publicado em 1809 na Imprensa Real da Universidade: “José Bonifácio de Andrada e Silva, já Tenente-Co-

ronel daquele Corpo” (refere-se ao Corpo dos Militares Acadêmicos) “varão de uma valentia sem termos, comandou a guarda avançada”.

Mas a onda napoleônica passa. Extingue-se o grande meteoro em Waterloo. Vem o Congresso de Viena. A Europa entra no período das revoluções constitucionalistas. Portugal não escapa à influência das transformações políticas. E, do outro lado do Atlântico, o Brasil, já elevado à categoria de Reino por D. João VI, em 1815, vê-se ameaçado, com o regresso do Monarca a Lisboa, de ser reconduzido à situação de Colônia.

Chegou a hora de José Bonifácio. Exonera-se dos cargos que ocupa. Em 22 de julho de 1819, como Secretário Perpétuo da Academia Real de Ciências de Lisboa, pronuncia um discurso em que, finalmente, o seu coração se abre de modo decisivo. E diz: “É forçoso deixar o antigo, que me adotou por filho, para ir habitar o novo Portugal, onde nasci”.

E atravessa o oceano, em busca da Pátria.

Sua primeira preocupação é visitar a sua província natal e ali dedicar-se ao estudo da mineralogia com seu irmão Martim Francisco. Tem ocasião de observar os episódios da escravidão, que lhe provocam insopitável revolta. A sorte dos índios e dos negros preocupa-o. Data dessa ocasião, por certo, o seu pensamento consubstanciado em projeto de lei, na futura Assembléia Constituinte do Império.

A sua ação política principia a exercer-se. Percebe, desde logo, o maior perigo que ameaça o Brasil ao preparar-se para a Independência: a desagregação.

Os sentimentos de independência misturam-se ao nativismo e ao regionalismo. As idéias políticas da Europa, transplantadas para o Brasil e fundidas ao fogo da exaltação patriótica, exacerbam os espíritos e conturbam as mentes. Uma onda de demagogia levanta-se no Rio de Janeiro e propaga-se por toda a vastidão do país. Formam-se facções, que não chegam a ser partidos, entrechocando-se em luta acirrada. A confusão domina as inteligências.

É nesse instante que José Bonifácio revela-se o maior estadista do Novo Mundo, consolidando politicamente o patrimônio que o seu conterrâneo de Santos — Alexandre de Gusmão — consolidara juridicamente: a unidade de um vasto Império. Se em 1750, pelo Tratado de Madrid, Gusmão faz valer em Direito Internacional o princípio do *uti possidetis*, tornando definitivamente brasileiro o território conquistado pelos Bandeirantes, cumpria agora, no alvorecer da Independência, tornar definitivamente brasileiros, pela unidade política, os aglomerados populacionais dessa vasta região do Continente.

Alexandre de Gusmão deu-nos a unidade da terra; a José Bonifácio competia dar-nos a unidade dos homens constituídos em Nação una e indivisível. E porque percebeu o problema que se lhe propunha, o Andrada procurou um centro comum de interesse pelo qual todos os brasileiros se unissem. Um centro acima das facções e capaz de superar as regiões geográficas e os interesses locais. Esse centro era o Trono.

Urgia, pois, integrar o próprio Príncipe Regente na Revolução pela Independência. Com mão firme e aquele espírito equilibrado que lhe dava o poder de conciliar o “ideal” com o “real”, José Bonifácio escreve o “Manifesto do Príncipe Regente do Brasil aos Governos e Nações Amigas”, lançado em 6 de agosto de 1822.

O que foi a ação do Andrada, nesse período da nossa História, é por demais sabido de todos os brasileiros. Influindo decisivamente no ânimo de D. Pedro I e de D. Leopoldina, conduziu os acontecimentos coordenando-os até ao grito do Ipiranga com que se funda o Império. Não se desorienta em meio a agitação geral; não perde a serenidade em face dos seus inimigos; não se perturba nem altera uma linha sequer de seus objetivos na alta posição que ocupa. É fundador da Nação.

Nem por isso foi compreendido pelos seus patrícios e pelo próprio Imperador. Por este é preso na Fortaleza de Santa Cruz, com seus irmãos Martim Francisco e Antônio

Carlos, sendo dali mandado para o Exílio. Ao regressar da Europa, onde curtiu as saudades da Pátria, é acusado de reacionário e simpático ao partido português. Assim, é ao mesmo tempo taxado de liberal e extremista do nacionalismo por uns; de inimigo da liberdade e anti-nacionalista por outros.

Essa dupla acusação revela a sua linha de equilíbrio, o seu gênio político, visando a unidade da Pátria firmada na tradição dinástica. Talvez uma minoria — aquela minoria que constitui a Vanguarda do Futuro, segundo Ibsen — compreendesse aquilo que muito mais tarde todos compreenderiam.

Faltava perspectiva histórica para se avaliar a grandeza desse homem excepcional. Contemporâneo do Futuro, só o Futuro lhe poderia fazer integral justiça. E hoje, voltando os olhos ao Passado, vemos sobressair, na sociedade política do Primeiro Império, o vulto prodigioso do maior dos estadistas do Novo Mundo.

A HISTÓRIA: ALMA DA PÁTRIA

Não pode haver verdadeiro sentimento de amor à Pátria, se não houver a embasá-lo o culto das tradições nacionais. A Pátria não é apenas constituída das expressões materiais dos espaços geográficos. Ela — como os seus filhos — tem um corpo e uma alma. O corpo é o território e a população que o preenche, naquilo que esta possui de material e que é tudo o que de material existe no Homem. A alma é a História. A História é a formação moral e cultural.

Feita, pois de espaço e de tempo, a Pátria será apenas coisa física, se a considerarmos quanto aos seus quilômetros quadrados, as fontes de sua riqueza do solo e sub-solo, o curso dos seus rios, o desenho das suas montanhas, as realizações agrícolas e industriais do seu povo. E sendo apenas coisa física, a Pátria será incompleta, não chegará mesmo a ser Pátria e muito menos Nação. Faltar-lhe-á o outro componente: a alma de um povo, que significa o agente das resistências eficazes, a força da sobrevivência, a energia que se exprime na dignidade e na honra e, sobretudo, na consciência da alta missão política entre as outras nacionalidades.

Dar alma a uma Pátria é reativar-lhe as energias oriundas dos séculos pretéritos. É na História que está a alma de uma Nação.

Mas a História não há-de ser o relato burocrático dos acontecimentos, a lista de datas e de nomes. Como História, devemos entender a interpretação dos fatores psicológicos que atuaram nos fatos ocorridos e a compreensão do sentido moral que presidiu ao processo da formação da Nacionalidade.

Ir às raízes mais remotas das nossas origens; conhecer o pensamento dos nossos homens — os índices, as idéias, os sentimentos, as aspirações da nossa grei: — eis como se vitaliza a alma de uma Nação.

Por isso, a História do Brasil não pode separar-se da História de Portugal: os motivos da fundação da Monarquia Lusitana; a doutrina política da Idade Média Portuguesa; a conciliação dos valores imutáveis do medievalismo com os valores que distinguem o espírito da Renascença; a transplantação para o Brasil da civilização peninsular; a supervisão dos Reis em referência ao Novo Mundo; a ação dos missionários na implantação do Cristianismo em nossas plagas; a verdadeira osmose intelectual do século XVIII, que levou brasileiros a ocupar altos postos no magistério e na administração da Metrópole e trouxe à nossa terra portugueses de lídimo valor; o fenômeno posterior da diferenciação do nosso grupo humano, determinando a nossa independência; o intercâmbio cultural dos dois povos no transcurso do século XIX; a unidade de nosso destino histórico — de Portugal e Brasil — e a própria unidade dos povos ibéricos, nesse mesmo destino de sustentar a Cruz de Cristo nos quadrantes do mundo.

A unidade cultural e moral dos povos hispânicos impõe-se na hora presente. Essa unidade fortalecerá o patriotismo de cada nação em particular, estimulará as afirmações das

personalidades nacionais de cada povo deste grupo humano que floresceu ao sol da América.

* * *

Antes de tudo, é preciso que os brasileiros se orgulhem da sua origem.

Vimos de Portugal. Nossa História começa com a fundação da Monarquia Lusitana por D. Afonso Henriques. Temos orgulho dessa origem. Descendemos de um grande povo.

Um povo de cavaleiros, de heróis e de santos, que participou valentemente da Epopéia da Reconquista, iniciada desde a queda do Império Visigótico e da Dominação Árabe, pelos guerreiros de Pelágio, na batalha de Cavadonga. Um povo, cujas raízes remotas se encontram na resistência de Viriato aos romanos. Um povo que surgiu na História Contemporânea, alçando bem alto a Cruz de Cristo. Um povo que se ilustrou nas guerras de Marrocos, detendo com suas espadas a onda muçulmana que ameaçava a Europa. Um povo que se lançou ao oceano, desvendou os mistérios da África, revelou as ilhas atlânticas, atingiu o Mar das Índias, alcançou o Pacífico, enfunou as velas nos Cinco Oceanos, revelando o Mundo à Europa e revelando o Evangelho ao Mundo.

* * *

A estirpe brasileira é boa, é das melhores, das mais gloriosas. E não se venha dizer que os nossos primeiros povoadores eram o pior de Portugal, na maior parte degradados. Numerosos foram os lusitanos da mais nobre linhagem que se passaram às terras do Brasil, espontaneamente, com o espírito renascentista da aventura magnífica. E mesmo os deportados não o eram por crimes comuns, e sim por motivos políticos, conforme observa J. F. de Almeida Prado no seu livro *Primeiros povoadores do Brasil*. Quem lê

os linhagistas como Pedro Taques, não conserva a menor dúvida: foi gente boa, muito boa, a que veio para o Brasil desde o século XVI.

* * *

Portugal povoou a nossa Pátria, defendeu seus direitos patrimoniais, preservou o imenso território, que haveria de legar-nos no alvorecer do século XIX, quando D. João VI, a 16 de dezembro de 1815, tornou o Brasil independente, elevando-o à categoria de Reino. Se os liberais da Revolução de 1820 tentaram revogar a decisão de D. João VI, fazendo-nos voltar à categoria de Colônia, não podemos atribuir ao Portugal verdadeiro, essa atitude, que teve como resultado nossa definitiva separação, a 7 de setembro de 1822.

Na evolução do pensamento político, que vinha desde o Regimento de D. João III para os Governadores Gerais, o desenvolvimento do Brasil ia coincidindo com a idéia da formação da grande Comunidade Lusíada, à maneira do "Commonwelth" britânico, cuja sede desde 1808 se transferiria para o Rio de Janeiro. Não entremos, porém, na apreciação de um assunto que demandaria maior espaço. O que não se pode negar é a obra ciclópica dos portugueses na formação deste imenso império.

Basta olhar para essas fortalezas vetustas do litoral ou das remotas fronteiras do Oeste; às pedras de Santa Cruz e à Torre de Garcia d'Ávila, respondem no Guaporé os fortes do Príncipe da Beira e de Coimbra. Ao recuo do Meridiano de Tordesilhas pelos Bandeirantes Paulistas, responde o Tratado de Madrid, de 13 de janeiro de 1850, em que não somente se consolida juridicamente a posse do nosso território, mas onde já existe o germe da Independência do Brasil, na cláusula (muito anterior à doutrina de Monroe!) que isenta o Novo Mundo dos conflitos europeus porventura advenientes entre Espanha e Portugal.

Cada vez que celebramos a integração do Brasil na História de seus Maiores, é justo rendermos homenagem à nossa origem primeira.

Outros povos, outras raças vieram, a partir do século XIX, colaborar conosco na construção e no engrandecimento da nossa Nação; mas encontram aqui o espírito de uma Pátria e esse foi criado pelos que povoaram a nossa terra. É o espírito universalista que distingue o grupo lusíada; é o espírito de larga compreensão humana que tornou o povo português um dos mais eficientes colonizadores de todos os tempos, sem preconceitos raciais, sem exclusivismos nacionalistas exagerados, mas com forte sentido nacional.

O Brasil herdou esse espírito e, por isso, abriu as suas portas a todos os povos do planeta. E, do mesmo modo como, em Macau, Portugal criou um tipo humano em que se consorciavam a alma oriental e a alma lusíada; e em Goa criou uma comunidade luso-indiana com diferenciações específicas dentro de uma unidade que o identifica à família lusitana; e em Timor realizou o mesmo prodígio, como o está realizando em Angola e Moçambique, — também o Brasil, na amplitude do seu território está forjando a grande unidade nacional com a utilização de europeus e asiáticos de todas as procedências geográficas.

O gênio lusíada deu-nos, pois, a base da nossa formação social e histórica. Somos grandes, seremos maiores, porque esse gênio há de continuar a predominar em nossa mentalidade de povo oriundo de uma raça de idealistas, de guerreiros, de monges, de estadistas, de heróis e de santos, cuja característica é o sentido da mais ampla universalidade e cuja inspiração provém das mais puras fontes espirituais do Cristianismo.

COUTO DE MAGALHÃES, DECIFRADOR DE ENIGMAS ÉTNICOS

É sem a menor dúvida que eu costumo colocar o general Couto de Magalhães entre os espíritos-fonte do Brasil Novo, considerando-o mesmo um dos pilares da nossa nacionalidade, por tudo quanto ele nos revelou e, principalmente, por tudo quanto ele nos sugeriu.

Entre os mortos ilustres dos últimos tempos do Império e dos primeiros tempos da República, o sertanista incansável há de ficar nos cimos dessa cordilheira cujos relevos se debruçam para as gerações futuras com os nomes de Euclides da Cunha, Farias Brito e Alberto Torres.

Estes três últimos espíritos, tão diversos na sua feição e na sua tendência, trabalharam, sem o perceber, para o mesmo fim, despertando a consciência de um povo que ainda não era uma nação, traçando rumos à mentalidade alvorecente do Brasil de hoje, suscitando as imprescindíveis inquietações prenunciadoras das grandes definições nacionais.

* * *

Euclides deu-nos a compreender o Cosmos, ofereceu-nos a chave com que deciframos o enigma dos trópicos: desvendou-nos o sentido da Terra. Deslumbrados pelo dio-

nisíaco esplendor da natureza envolvente ou impressionados pelo poder das forças bárbaras do meio físico, sentimo-nos irresistivelmente fascinados por esse naturalismo quase panteísta, que vinha coroar a nossa cultura racional e experimental, nos primeiros tempos da República. Víamos, no desdobrar imponente das páginas de *Os Sertões*, um Brasil até então desconhecido, pela artificial civilização litorânea, um Brasil que, um dia, deveria falar a sua palavra, invadindo, com seu espírito continental, as metrópoles cosmopolitas.

* * *

Foi na mesma ocasião que surgiu Farias Brito. Surgiu como uma necessidade, no alvorecer deste século.

Dissera Euclides a primeira palavra, eloqüente e persuasiva, sobre uma realidade cósmica misteriosa na sua fisionomia, imperscrutável nos seus desígnios, mas essa primeira palavra constituía, paradoxalmente, a última palavra do cientifismo do século XIX.

Para a geração que leu a edição inicial de *Os Sertões*, o panorama apocalíptico do drama da Terra e do Homem encerrava os quadros definitivos e a matéria suficiente como subsídio à inspiração dos construtores da Nacionalidade.

Não aconteceu o mesmo aos moços que leram as sucessivas edições de Euclides. O grande livro, o maior livro na nossa literatura, não bastava à nossa inquietação. E quando Farias Brito, numa tela mais ampla, mostrou-nos o espetáculo do desmoronamento de todos os edifícios da filosofia, então tivemos a visão catastrófica de um mundo, que se esboroava, e a intuição clara de um mundo que deveria ser construído sobre os destroços das idéias mortas.

Farias Brito não possuía o vigor estético de Euclides, o segredo dessa virtuosidade que faz do autor de *Os Sertões* o mágico estilista fascinante; mas a sua prosa parecia vir das misteriosas regiões insondáveis do Espírito, e,

por isso, despertava, no fundo de nossa consciência, graves perturbações e aflitivas inquietudes.

Como traço de união entre a sua palavra quase mística e o verbo telúrico de Euclides, Farias deixava transparecer os vestígios de uma concepção algo panteísta do Universo. É evidente essa luta do seu pensamento, entre a terra e o céu, e essa luta é que torna mais bela a atitude da sua inteligência, que parece bater as asas vigorosas, fitando o azul infinito. Foi lutando heroicamente que o autor da *Finalidade do mundo* e do *Mundo Interior* nos ofereceu, sobre a paisagem euclidiana, que nos deslumbrava, o sentido supremo de Deus.

* * *

Menos estilista do que Euclides e do que o próprio Farias, e menos profundo do que este, Alberto Torres foi o supervisor dos fenômenos sociais, o reajustador das instituições às realidades, o crítico das leis e o esquematizador dos novos lineamentos políticos do país.

Se Euclides mostrou-nos o contraste entre o litoral e o sertão; se Farias evidenciou-nos o antagonismo entre as conclusões da filosofia materialista e as aspirações do Espírito; Alberto Torres apontou-nos a incompatibilidade entre a construção política do país e o material social e humano que ele deveria condicionar.

Combatendo as teorias raciais européias, apreciando essas pequenas (e tão grandes) realidades brasileiras até então esquecidas pelos eruditos, Torres apresenta afinidades com Euclides e Farias, embora todos os três sejam completamente diferentes entre si.

Euclides, Farias e Tôrres, vivendo nos mesmos dias, isto é, no começo deste século, muito pouco, ou mesmo nada se conheceram; entretanto, foi depois deles que começamos a ver o Brasil, a nos inquietarmos pelo Brasil, a sonharmos um Brasil predestinado, livre dos velhos pre-

conceitos, profundamente americano, decididamente voltado à realização futura dos mais altos destinos históricos.

Foi, talvez, em razão desse estado de espírito, que começamos a interessar-nos pela obra de Couto de Magalhães.

* * *

Até então, a obra do sertanista se enfileirava entre as produções subsidiárias de Simão de Vasconcelos, Montoya, e, mais recentemente, de Batista Caetano, Teodoro Sampaio e Barbosa Rodrigues. O estudo da língua tupi era um luxo de eruditos, como o hebraico e o sânscrito. O sertanismo era uma preocupação de turistas exóticos ou de catequistas cristãos e até positivistas. A literatura indianista, que se revelava em Gonçalves Dias e José de Alencar, constituía uma interpretação européia da alma nacional. O autor de "I Juca Pirama" e o romancista de *Iracema* foram, inegavelmente, os grandes anunciadores, rasgando-nos o sulco de uma sedutora sugestão. A alma do selvagem continuou, entretanto, um enigma, e tudo quanto se houvera passado antes da Descoberta, um mistério inescrutável.

Ao alvorecer deste século, as pontas dos trilhos das locomotivas rechaçavam os últimos bugres para os recessos de Mato Grosso, Goiás e Amazonas, deixando, atrás dos apitos das máquinas, as melancólicas aldeias dos índios mansos. Em toda a área agrícola e pastoril das regiões devastadas, parecia nada mais existir como afirmação ou influência dessa raça, que ocupara outrora, livre e nômade, as florestas continentais.

A predominância dos elementos europeu e africano em nossas cidades do litoral; o sentido cosmopolita da civilização brasileira; e, sobretudo, a diluição dos traços étnicos do povo autóctone na fisionomia coletiva dos aglomerados nacionais, tudo isso nos levava a esquecer o fundamento primordial da raça brasileira, do qual só tínhamos a noção superficial e objetiva nos últimos re-

manescentes das tribos errantes pelas margens dos rios interiores, no seio das indevassáveis matas virgens.

Só os nomes dos rios, das montanhas, das localidades, dos pássaros e dos vegetais falavam, à nossa indiferença, o esquisito idioma de um povo, cujo sangue palpitava em nossas veias, cuja riqueza do espírito primitivo, carregado de forças cósmicas, imprimia à nossa personalidade as atitudes e os característicos de uma fisionomia original.

Tudo o que o brasileiro tinha de “diferente”, de próprio, na sua concepção de vida, na sua consideração dos problemas humanos e universais, no seu conceito das relações individuais e até na índole dos seus princípios sobre a liberdade, a propriedade, a hospitalidade; esses traços expressivos de uma nova gente, que se erguia nos trópicos, assimilando os adventícios e marcando com um ritmo singular a sua entrada na História; a alma nacional, em suma, que aflorara, com os desbravadores seiscentistas, e se definia, através da Colônia e do Império, a despeito de todas as artificialidades de uma civilização de emergência, — provinha da grande fonte étnica, sem que o percebêssemos.

A ausência do pigmento nos tipos originários do conúbio entre o branco e o índio, concorria para dissimular a nossa mais importante origem, ou, pelo menos, o fator mais preponderante na composição da média das populações brasileiras.

Como os rios que entram pelos subterrâneos de estalactites e estalagmites, a alma autóctone entrara pelos recessos do nosso subconsciente de povo; e, à maneira das irradiações emanadas das correntes profundas, essa alma, misteriosamente prisioneira, envolvia em estranhos magnetismos o estrangeiro, filho de todas as raças, que entrava no cenário maravilhoso da terra americana. Era o “meio étnico”, insuspeitado, quase imponderável, mas imperativo nos seus efeitos, tanto ou mais do que o meio cósmico. Sem ele, os imigrantes de todas as nacionalidades — o italiano, o espanhol, o alemão, o inglês, o grego, o francês, o polonês,

o russo, o japonês, o sírio — viveriam em contínua luta e não se colocariam jamais no Novo Mundo com a rapidez pela qual se processa a fixação do tipo futuro do homem do Brasil. O espírito acolhedor, fraternizador e destruidor dos traços ádvenas veio do mameluco. O índio foi o denominador comum de todas as raças.

Nem todos perceberam essa evidência, porque lhes faltaram as antenas da mediunidade. Foi o general Couto de Magalhães que nos ofereceu subsídios preciosos, mediante os quais despertamos para a compreensão do imenso complexo racial.

Como ele, Barbosa Rodrigues divulgou, no seu encantador *Poranduba*, as lendas selvagens, a poesia das fábulas agrestes, revelando-nos a linha musical do lirismo primitivo das tribos errantes. Mas Couto de Magalhães apreendeu o grande sentido das migrações tupis, penetrou na teogonia dos pajés, encontrou os elementos universais das concepções bíblicas no “gênesis” americano, pôs em evidência os valores simbólicos das fábulas e a significação humana das lendas. Ele foi um decifrador de enigmas étnicos e, principalmente, um pioneiro de novos métodos de estudos mediante os quais podemos hoje, com o avanço da ciência psicológica, surpreender nas mais remotas origens os lineamentos do caráter nacional.

* * *

O desdobramento do vasto panorama da migração tupi dos araxás andinos para a terra de Pindorama, e o cruzamento que, mais tarde, se processou com os europeus à orla do litoral e nos planaltos a cavaleiro do oceano, explicam o impulso do Bandeirismo no rumo do Oeste, como um retorno da maré étnica, superando todos os perigos e insídias do Sertão. Couto de Magalhães expõe, cantando como um poeta, aquela marcha remota, ocorrida em eras pé-cabralinas. Através da sua narrativa, como que escutamos o clamor dos maracás, o longo trombetear das

inúbias, o silvo das flexas, o estalar das florestas dobradas e rasgadas, o coro dos gritos de todas as tabas e o noturno clangor dos acampamentos ao clarão das estrelas.

Nas manhãs incendiadas como a plumagem das araras e dos tucanos, a marcha recomeça para a terra das Palmeiras. Com seus vastos canitares, os morubixabas cantam:

*Ia sô Pindorama Koti
itamarana po anhatim,
yára rama recê!*

Ou seja: "Vamos para a região das palmeiras, as armas erguidas nas mãos, seremos senhores daquela terra!"

Ao longe, nos panoramas azuis, as palmeiras sacudidas pelo vento, agitam suas verdes cabeleiras, como estandartes de guerras. No alto, os gaviões gritam como clarins. E os tupis avançam...

* * *

Um dia, eles retornarão. Retornarão do Nascente para o Oeste, no fundo do sangue dos sertanistas audazes, para reconquistar a Terra. Quando será isso? Três séculos depois. É o ciclo das Bandeiras.

E depois? E depois, que os limites da Grande Nação estiverem demarcados pelos caçadores de ouro e pedrarias, pelos plantadores de cidades? Depois, um dia, talvez estes nossos dias, a alma do Sertão refluirá de novo, para nova reconquista, para a invasão das metrópoles cosmopolitas, onde já não se escuta nem mesmo o longínquo chamamento das inúbias da raça...

Couto de Magalhães é o precursor do Nacionalismo mais profundo, de um Nacionalismo de base, bem diverso do nacionalismo de meras exterioridades formalistas. Ele prepara a redenção do caboclo e a revelação de uma Pátria consciente dos seus elementos formadores e dos recônditos sentimentos que a estruturam, compondo o seu Ser moral coletivo.

* * *

Não será num artigo de revista que poderemos abranger o tema fascinante, sob todos os seus aspectos e toda a sua significação. Estas linhas foram escritas improvisadamente, com o só intuito de situar a figura do autor de *O Selvagem* na literatura brasileira. Fi-lo comovidamente, com a emoção que me arrebatava sempre que penetro os misteriosos recônditos da alma do meu povo, escutando as vozes da Nacionalidade, como um índio escutaria, na Grande Marcha, o longínquo boré que anuncia as auroras e profetiza os destinos da Grande Nação.

PEQUENO ESTUDO DAS REALIDADES BRASILEIRAS

I

Para o observador sereno, sem paixões facciosas nem interesses pessoais, e que, por isso mesmo, não se alimentando de ódios nem se estimulando pelo imediatismo das ambições, pode apreciar, de espírito tranqüilo, os fatos mais expressivos da política do seu tempo, o que ressalta, na vida brasileira dos nossos dias, é a desconexão entre o idealismo das leis e o realismo social do nosso país.

Foi debalde que Alberto Torres, com tamanha insistência, tentou abrir os olhos dos nossos homens públicos para essa chocante disparidade das nossas construções jurídico-políticas e dos agentes e meios circunstanciais de formação das estruturas sociais e econômicas do Brasil.

Posteriormente, surgiu no cenário das letras nacionais o grande vulto de Oliveira Viana, poderoso pesquisador das realidades da nossa terra e da nossa gente, homem que alia à raríssima faculdade de interpretador das ocorrências históricas, de descobridor do verdadeiro sentido dos acontecimentos, a compreensão dos fenômenos atuais, quer os relacionados com os grupos esparsos das populações brasileiras, quer os em consonância com as tendências do mundo moderno.

Mas, como Alberto Torres, o autor da *Evolução do povo brasileiro*, do *Ocaso do Império*, do *Idealismo da Constituição* e desse clarividente volume que versa os *Problemas de Política Objetiva*, é uma figura à margem, conservada pela incúria dos nossos responsáveis, na penumbra dos gabinetes e da rotina burocrática. No entanto, os seus livros são um repositório de ensinamentos, não apenas pelos dados que oferecem ou pela precisão científica de suas observações sociológicas, mas pelo hábito que nos infunde de penetrar nas raízes mais profundas do espírito nacional indo ali buscar a explicação de quanto se nos afigura incompreensível nas atividades políticas do país.

É, principalmente, o método de Oliveira Viana o que mais nos importa na sua obra. O convívio com as suas páginas em que ressalta a preocupação constante de sondar a psicologia social brasileira, pondo-a em confronto com o espetáculo dos partidos, e o drama da elaboração legislativa, e o não menos dramático esforço de interpretação e de aplicação das leis vigentes, vai-nos tornando aptos a distinguir as causas do desnorreamento dos nossos homens públicos nos transe mais agudos das nossas crises de opinião.

* * *

Passa o Brasil de agora por um período de experiência política das mais difíceis. Os percalços que se antolham aos partidos, assim como aos Governos Federal e Estaduais, originam-se, sem a menor dúvida, do pouco ou do nenhum conhecimento que os responsáveis revelam acerca do funcionamento normal e natural da opinião pública brasileira, enquadrada historicamente — e podemos dizer através de quatro séculos — em âmbitos diversos impostos pela imensidade do espaço físico e pela tradicionalidade de sistemas de convívio tipicamente nacionais.

Assistimos, ainda, no Brasil, à mútua incompreensão do que temos assentado chamar “as nossas classes cultas” e as

populações do vastíssimo território, cujo temperamento, cujas aspirações, cuja psicologia jamais são levados em conta quando se pretende gizar a fórmula política das soluções institucionais e legais, ou traçar os métodos de ação partidária consoante o artificialismo de normas eleitorais desdizentes da índole popular.

O contraste denunciado por Euclides da Cunha entre o que ele denomina “litoral” e “sertão” e que nós poderemos designar pelos nomes de “idealismo cultural” e “realismo prático”, constitui ainda o mais saliente dos fenômenos sociais no panorama dos nossos desentendimentos e da nossa confusão.

Aquilo que, à altura do Centenário da nossa independência, em inquéritos abertos entre estudiosos, foi visto quase unânimemente pelos depoentes, como causa principal de nossos erros, isto é, a incompreensão das realidades brasileiras pelos então dirigentes dos nossos destinos, longe de ser corrigido, alargou a sua nefasta influência a partir de 1930, ano fatídico em que principia a agravação crescente das nossas enfermidades políticas.

Até aquele ano, o Brasil mantinha-se, mais ou menos em equilíbrio estável, baseando a segurança nacional das suas estruturas em dois fatores claramente definidos: o núcleo municipal e o aglomerado estadual.

Partindo do princípio de que a opinião política só pode sustentar-se em base firme até ao ponto em que exprima relações diretas entre o interesse pessoal do eleitor e do grupo local em que vive, assim como entre o interesse do grupo localizado e o do conjunto dos grupos similares no âmbito regional em que convivem; e considerando que a elite dirigente desses grupos é que, pelo trato gradativamente mais amplo da coisa pública, adquire seguras visões dos interesses nacionais comuns a todos os brasileiros, os homens da Primeira República conseguiram equilibrar os três termos da construção política do Brasil: o municipalismo, o federalismo e o nacionalismo.

Na segunda década deste século, observou-se que o federalismo, exagerando o poder centralizador da Unidade Federada em relação aos núcleos municipais, desequilibrava a fórmula, submetendo por um lado o município ao arbítrio externo das injunções diretas ou indiretas dos governos estaduais, e por outro lado enfraquecendo o Poder Nacional pela soma de influência exercida pelo Poder Regional, nas crises políticas da União.

Com manifesta incompetência para recompor o necessário equilíbrio, os homens públicos que exerceram atividade na vida do país, desde 1930 até aos nossos dias, pretenderam corrigir aqueles desvios de forças, perfeitamente naturais e susceptíveis de fácil recomposição, fazendo tábua rasa das mais clamantes realidades da vida brasileira.

No período que vai de 1930 a 1934, sob a égide do Governo Discricionário que, abolindo a autonomia dos Estados para os quais nomeava 'interventores', aboliu igualmente a autonomia municipal mediante a substituição das Câmaras eleitorais e que por sua vez elegiam os prefeitos, pela nomeação de administradores locais ao sabor dos caprichos do "interventor", nesse período de completa dissolução das estruturas políticas nacionais, surgiram fatores novos de desastrosa desintegração da nossa Pátria.

Esses fatores não foram mais do que a revivescência de anarquizantes ímpetos revolucionários, que, à distância de um século, perturbaram a vida brasileira sob o Primeiro Império e a Regência, pretendendo transplantar para o nosso país as ideologias libertárias e desorientadas que sacudiram os países de pequena extensão territorial da Europa desde a Revolução Francesa ao liberalismo turbulento tipicamente caracterizado pelas agitações de Paris, até Luís Felipe, os movimentos de Cádiz e do Porto e as desordens na Itália. Assim, do mesmo modo como os ideólogos utópicos tentaram perturbar a obra da consolidação da nossa Independência, anarquizando o Rio de Janeiro, onde felizmente se ergueu, em acentos de sensatez, a voz de Evaristo da Veiga, também a partir de 1930 proliferaram,

ante a perplexidade do povo brasileiro (cujos instrumentos políticos, o Município e o Estado, eram suprimidos pela violência), os clubes ideológicos, sob os mais variados nomes, conglomerando disponibilidades intelectuais, muitas delas bem intencionadas, porém todas bisonhas e canhestras no pretender versar temas sem o necessário tirocínio, nem preparo suficiente para dominá-los.

O sonho dos partidos nacionais surgiu, exprimindo um angustioso idealismo em contraste com a realidade viva e ferida das populações municipais e estaduais do nosso país.

* * *

Não deixavam de ter certa razão os inovadores. Sobre o Brasil patriarcal, longamente habituado ao ritmo de uma política puramente doméstica do preenchimento de cadeiras municipais, estaduais e federais, sopravam os ventos do século. A industrialização do Brasil, conquanto incipiente, criara, nos centros urbanos de maior densidade, problemas decorrentes da concepção agnóstica e pragmática da nossa rudimentar burguesia, determinando — também pelo conceito materialista a influir nas classes trabalhadoras — o inevitável conflito do Capital e do Trabalho.

Fenômeno estritamente circunscrito às aglomerações industriais, num país de vastíssima superfície, largas possibilidades agrícolas e pecuárias, onde a falta de braços valoriza o trabalho rural que apenas pede dos poderes públicos uma assistência até hoje inexistente, ele — o fenômeno social da dialética marxista — foi apreciado unilateralmente pelos ideólogos bem intencionados e mal informados, de sorte que pretenderam dele deduzir as linhas mestras orientadoras de partidos de âmbito nacional, com o mais absoluto descaso por dois terços da população brasileira e, ainda, com o mais completo desconhecimento das complexidades econômico-sociais de regiões tipicamente diferenciadas.

A mentalidade socialista tornou-se predominante, não apenas nas correntes inovadoras de costas voltadas para o

Brasil e olhos postos na Europa, mas também no seio dos democratas oportunistas desejosos de estar em dia com os rumos do eleitorado das grandes cidades. Em consequência dessa mentalidade, tivemos em 1934 uma Constituição do tipo social-democrata, a qual nem satisfaz os anseios das massas urbanas, nem atendeu aos reclamos daqueles observadores que viam na hipertrofia do Poder Estadual, nas unidades federativas, uma opressão aos municípios e uma ameaça, ainda que distante, à unidade nacional.

Assim, o instrumento de expressão política posto nas mãos das classes trabalhadoras, ao mesmo tempo que se manifestava insuficiente como veículo das aspirações proletárias, tornava-se muitas vezes uma arma utilizada pela demagogia internacional, falhando portanto aos objetivos dos ideólogos igualmente inspirados no fascismo italiano e no social-democratismo de Weimar; e a restauração dos partidos de âmbito estadual, determinando o predomínio de uma corrente majoritária em cada unidade da Federação, restringia novamente os municípios à submissão agravada pela criação de um novo órgão compressor das suas autonomias: os chamados "departamentos municipais", oriundos das experiências da ditadura discricionária.

Quer dizer: volveu-se, em relação aos municípios, à situação anterior a 1930, agravando-a; e avançou-se, no tocante ao problema social dos trabalhadores da indústria, mas de sorte a não lhe dar solução e a complicar, ainda mais, as suas dificuldades.

Era inevitável a crise que se manifestou, em toda a plenitude, já no ano seguinte, culminando na insurreição comunista de novembro. Em consequência dessa perturbação da ordem, vieram da parte do governo federal as leis de segurança e a justiça especial, como órgãos de reação, e da parte dos exploradores políticos a mais larga e desenfreada propaganda esquerdista. Assim chegamos a 1936.

* * *

O quadro da política brasileira naquele ano era dos mais desconfortantes. Os municípios novamente absorvidos pelos Estados, porquanto as Câmaras Municipais se elegiam sob o calor do prestígio auferido (pelos diretórios locais do partido majoritário) junto ao governo regional, que lhes facilitava nomeações de delegados de polícia, promotores, coletores de rendas, professores primários, e as compressoras demissões, transferências e preterições. Posta a funcionar essa máquina, crescia o partido do Governador e este, cada vez mais poderoso, erguia a sua voz nos conclave políticos da União, predominando, como era lógico, a força dos Estados mais populosos.

Ao esboçar-se o episódio da sucessão presidencial, alçou a frente a velha política dos Governadores, no eterno jogo de Minas-São Paulo-Rio Grande do Sul. Desta vez, os dois últimos se uniram, lançando o seu candidato, e o Governador Montanhês liderou os outros Estados, à exceção de Pernambuco, o qual se uniu à dupla gaúcho-bandeirante.

Afora essa política genuinamente estadualista, baseada na força eleitoral dos Governadores, só se apresentou na liça, com caráter e âmbito nacionais, o Integralismo Brasileiro, mas sem outra possibilidade de êxito nas urnas senão a de eleger algumas dezenas de deputados federais. Insinuou mesmo este partido (já que não nutria a ambição imediata de eleger o Presidente da República) a sua disposição de descarregar os seus sufrágios num dos candidatos daquelas duas correntes, reservando-se apenas a disputa das cadeiras no parlamento. Mas o caráter genuinamente regionalista das forças em que repousavam aquelas duas candidaturas impediu que qualquer delas pudesse aceitar o apoio integralista, que seria decisivo no sentido de evitar o golpe de Estado já pressentido por todos. Desta forma, houve uma terceira candidatura.

Crescia, entretanto, a onda demagógica à proporção que se aproximava a data designada para as eleições. Essa onda era, ao mesmo tempo, alimentada pelo comunismo, que

embora na ilegalidade atuava eficientemente tanto nos sindicatos como nos partidos e na imprensa, e (de certa forma hábil) pelo Governo Federal, que permitia aos Governadores, ditos majoritários, por se reunirem em maior número, o apoio ao candidato preferencialmente aplaudido pelas correntes esquerdistas.

Ainda que não se possa afirmar categoricamente, pelo menos tudo parece indicar que o Presidente da República tinha algum interesse em alarmar o Exército, pôr em guarda os integralistas e captar a confiança das classes conservadoras, de modo a no momento oportuno, em nome da ordem e dos supremos interesses nacionais, desferir um golpe de Estado e perpetuar-se no Poder.

O espantinho da força militar dos Governadores de São Paulo e do Rio Grande era um tema, na ocasião, largamente usado junto às Classes Armadas, as quais, achando-se em face do perigo comunista cujo surto de 1935 lhes não saía da memória, inquietavam-se com a dispersão do poder bélico fora da influência e do controle federais.

No paroxismo da crise nacional, o Congresso votou o “estado de guerra”, que pelas conseqüências dele advindas pode ser qualificado como um verdadeiro golpe de estado do Legislativo desferido de boa fé, mas sem o qual não teria sido possível o superveniente do Executivo. E as coisas precipitaram-se.

Deposto o Governador do Rio Grande do Sul, estava seriamente abalada a candidatura gaúcho-paulista. Tudo indicava o triunfo eleitoral do candidato dos Estados liderados por Minas, quando inopinadamente, e como obedecendo a uma ordem de comando longamente esperada, o Governador montanhês e os seus correligionários retiraram o apoio ao candidato por eles próprios lançado e que continuava a sua propaganda cheia de sinceridade e tão honesto nos seus propósitos quanto aclamado pelos elementos da esquerda que só lhe serviram de ruinoso embaraço.

O que aconteceu depois, é do conhecimento de todos os brasileiros. Mas não estou aqui, nem para censurar quem quer que seja, nem para lamentar sobre males passados, nem para atribuir culpas a este ou àquele personagem. Registro os fatos com a frieza de quem pretende desenvolver um estudo que da sua menção depende, para ser claro. Se rememorei estes episódios, foi exclusivamente para entrar na matéria que será objeto do meu próximo capítulo.

Falarei dos erros anteriores a 1930, dos posteriores, até 1945, e finalmente dos atuais que me parecem mais lamentáveis de que aqueles.

Será fácil, então, irmos buscar as causas da confusão em que vive hoje o Brasil. E, conhecendo as causas, talvez encontremos os remédios necessários...

II

Recapitulando o que dissemos em nosso último capítulo, podemos resumir a situação política brasileira de 1891 até os dias presentes, da seguinte forma:

1891-1930 — Gradual absorção dos municípios pelos Estados Federados; hipertrofia do poder dos governadores dos Estados; enfraquecimento do Poder Federal; predominância dos Estados mais populosos sobre os demais, principalmente na escolha do candidato à Presidência da República.

1930-1934 — Supressão da autonomia dos Estados; hipertrofia do Poder Federal; desaparecimento completo da autonomia municipal; influência do fenômeno social sobre o político; tendência à formação de partidos com inspiração puramente ideológica e sem base geográfica.

1934-1937 — Restauração das autonomias estaduais; retorno à autonomia municipal conquanto muitíssimo diminuída; reaparecimento dos partidos estaduais, agora em maior número dentro de cada unidade federada; conciliação do problema social com o político, pelo sistema da

representação mista nos parlamentos federal e estaduais; organização das classes trabalhadoras em sindicatos com tendência a se transformarem em órgãos políticos; desenvolvimento do partido internacional comunista, embora extralegalmente; crescimento do primeiro partido nacional: o integralismo.

1937-1945 — Supressão da autonomia dos Estados e da autonomia dos municípios; supressão dos Legislativos federal e estaduais; subordinação do Judiciário ao Executivo; supressão de todos os partidos políticos, tanto estaduais como nacionais; hipertrofia do Executivo Federal; colapso de todas as liberdades políticas.

1945-1947 — Restauração das autonomias dos Estados e dos Municípios: restauração dos Poderes Legislativos e Judiciário que passam a funcionar com o Executivo harmônica e interindependentemente; lei eleitoral impedindo a existência de partidos que não sejam de âmbito nacional; conseqüente proliferação de partidos que funcionam da seguinte forma:

a) em amplitude e sentido nacional inconciliáveis com os impositivos dos interesses regionais dos mencionados partidos, o que os leva a atitudes contrastantes nos diferentes Estados;

b) em posição política variável dentro dos Estados, a qual não consulta as realidades e interesses do âmbito municipal; conseqüentemente;

c) praticando coligações partidárias (permitidas pela lei) e compondo legendas para eleições federais ou estaduais que obedecem a critério absolutamente diverso do exigido pelas realidades municipais;

d) criando, em razão de tais contra-sensos, uma heterogeneidade parlamentar no Senado e na Câmara federais, onde praticamente não existe nem oposição e nem governo, mas apenas conchavos e combinações instáveis e vigentes em transitórios assuntos em debate.

Como se vê, acumulam-se erros sobre erros e cada confusão provoca novas confusões.

* * *

Observou, com muita clarividência, o sr. Otávio Mangabeira, que nenhum dos partidos brasileiros tem “quorum”, a nenhum sendo portanto possível arcar com as responsabilidades totais da sustentação de princípios ou da efetivação de medidas ou providências reclamadas pela própria vitalidade da Pátria e das instituições.

Lembra o ilustre estadista a imperiosa necessidade de uma “política de entendimento” capaz de congregar, em torno de algumas proposições aceitáveis pelas partes entendidas, uma maioria garantidora de apoio às soluções e planos do Governo Federal na sua preocupação de salvar a democracia em perigo.

A fórmula-Mangabeira — que exprime o alto patriotismo do seu autor — não poderá entretanto ser viável se pairar nas alturas exclusivamente idealistas, sem consonância com as realidades estaduais e municipais. Se não se interessarem os grupos regionais e locais no delineamento e execução de uma política nacional, tudo será instável, precário, sujeito a descontinuidade e confusões desorientadoras.

É preciso interessar o mais remoto município do território brasileiro no plano de política nacional que se tiver em vista; fazer sentir ao eleitor da pequena cidade longínqua a sua participação no empreendimento político de que depende a defesa do regime e intangibilidade da Pátria.

Como chegar a esse resultado?

* * *

Preliminarmente estudando a índole da política municipal.

Dentro dos municípios brasileiros só há uma preocupação imediata: a do governo local. Eleger vereadores dignos e prefeitos capazes, eis o primeiro problema que se propõe ao habitante do Município.

Isso é tão evidente que, antes de 1930, quando praticamente existia um só partido em cada Estado, nos municípios sempre houve dois partidos. Ambos esses partidos apoiavam a Comissão Central do partido único existente no Estado; ambos pleiteavam as boas graças daquela Comissão da qual desejavam obter o reconhecimento do diretório local.

O reconhecimento desse diretório era meio caminho andado para a vitória do pleito municipal, pois quem tinha o "placet" do partido único estadual, conseguia as nomeações dos funcionários das coletorias, do promotor público, dos professores primários e, principalmente, dos delegados de polícia e comandantes de destacamento policial, que eram elementos decisivos nas eleições.

Muitas vezes, apesar de tudo, o partido da oposição municipal, em conseqüência da má administração dos dominantes ou das antipatias que provocavam estes pela formação de grupos oligárquicos, conseguia vencer fazendo maioria de vereadores, os quais escolhiam o prefeito e, então, o diretório dessa corrente era oficializado pela Comissão Central que estava vigilante na Capital do Estado.

Os partidos de caráter oposicionista estadual encontravam, em tais circunstâncias, poucas perspectivas de êxito. Os dois únicos Estados onde se organizaram tais partidos de oposição estadual foram o Rio Grande do Sul e São Paulo. A regra em todo o país era a do unipartidarismo estadual, de vez em quando quebrado quando no seio dessa corrente se dividiam as opiniões acerca da escolha do presidente do Estado, formando-se "dissidências" que, com o tempo, novamente se compunham restaurando-se a unidade partidária.

Dessa forma, tinha-se no parlamento federal uma composição de bancadas por Estados, e não por agremiações partidárias, e da maior ou menor soma dessas bancadas deduzia-se a existência de uma "maioria" e de uma "minoridade" as quais exprimiam a opinião nacional diante das

propostas de lei ou das indicações inspiradas pelo Governo ou por esta minoria.

A política nacional repousava, então em fundamentos de maior estabilidade do que hoje, estando apta a defender as instituições contra quaisquer surtos de anarquias e a própria independência da Pátria em face de manobras demagógicas capazes de afetá-la.

Havia nesse sistema um mal: a predominância dos Estados mais populosos e de bancadas mais numerosas no Legislativo Federal: mas esse mal deveria antes ser corrigido do que substituído por outro, de piores conseqüências, como seja a presente situação de insegurança em que se encontra o Brasil pela insuficiência dos partidos nacionais em se comporem formando correntes de opinião tão definidas e estáveis quanto capazes, pelo número de votos, de acudir às necessidades governamentais em face de assuntos importantes e de crises imperiosas.

Além desse mal nacional, ocorria outro no círculo municipal: a interferência de um poder estranho ao Município (a Comissão Executiva do partido dominante na Capital do Estado) nos negócios políticos diretamente relacionados com os interesses peculiares a cada localidade. Essa interferência praticamente anulava a autonomia municipal impondo, senão diretamente pelo menos por meios coercitivos indiretos, governantes locais em desacordo com os desejos dos respectivos habitantes.

Também esse inconveniente deveria ser corrigido e não substituído por outro, que consiste em levar ao âmbito do município numerosos partidos, puramente ideológicos, sem vida real, sem consonância com interesses locais, e cujas atividades se suspendem obrigatoriamente, quando acima dos programas artificialmente compostos para o único efeito de lograr aprovação na Justiça Eleitoral, falam as aspirações dos municípes desejosos de se verem bem governados pelos homens melhores do seu meio.

É o que estamos vendo à aproximação das eleições municipais em todo o país. Em cada cidade do território brasileiro, os habitantes se esquecem de que pertencem a qualquer dos partidos chamados, por puro artificialismo, "nacionais", como se esquecem de quaisquer "coligações" pactuadas por dois, três ou mais partidos no âmbito estadual, para só se lembrarem de que lhes cumpre eleger uma boa vereança e um bom prefeito.

Os problemas que se oferecem aos municípios são o de uma ponte a construir-se, o de uma rua a calçar-se, o do abastecimento de água, o da rede de esgotos, o do aprimoramento do jardim onde a banda de música toca aos domingos, ou da abertura de uma estrada, ou da iluminação elétrica, e outras semelhantes. A boa arrecadação das rendas, a boa prestação de contas, a boa aplicação das verbas, eis o que importa ao escolher-se os homens mais capazes.

Nestas condições negociam-se coligações no âmbito do Município, as quais não coincidem muitas vezes com as coligações existentes no âmbito do Estado, assim como estas não concidem com as vigentes no âmbito federal.

Verifica-se, a esta altura, este quadro expressivo da desordem política em que anda a Nação:

1.º) Nenhum partido tem no âmbito federal (para usarmos a feliz expressão do sr. Otávio Mangabeira) suficiente "quorum" para assumir sozinho as responsabilidades de qualquer situação;

2.º) Nenhum partido, no âmbito estadual, dispõe de "quorum" para apoiar ou desapoiar sozinho o governador de Estado;

3.º) Poucos são os partidos que, no âmbito municipal, dispõem de "quorum" para produzir sozinho a maioria na Câmara do Município.

As coligações que se efetivam sob a premência das circunstâncias, evidenciam esta grande realidade: a tendência à aproximação e muito provavelmente à fusão das correntes afins no sentido de diminuir-se o número dos partidos e de clarificar-se a opinião pública.

Como, entretanto, efetivar-se esse pensamento, se as afinidades entre as correntes, no Município, no Estado e na União, estabelecem-se por motivos diversos, de ritmo incoincidente?

Para que se recompusesse o ritmo saudável da política nacional, seria preciso que a secção de um partido no Município verificasse que as suas aspirações de governo local coincidiam com as suas aspirações de todas as outras secções municipais do partido, em relação ao governo estadual; e que a secção estadual do partido por sua vez verificasse que a sua aspiração estadual coincidia com as aspirações de todas as secções do partido nas outras unidades da federação, com referência ao governo da União.

Então, a “política de entendimento” da fórmula-Mangabeira seria possível por encontrar base sólida. O “entendimento” no âmbito nacional iria repercutir no âmbito estadual e no âmbito municipal.

Realizar, entretanto, acordos nacionais, pondo de lado os interesses do partido nos Estados e nos Municípios, é construir sobre areia.

Não podemos no Brasil fazer uma política idêntica à que se efetiva nos países de pequena extensão territorial e de estrutura puramente unitária; nem tão pouco a política dos países que, possuindo vastas extensões territoriais como o nosso, tem-na dividida em número tão elevado de Estados, que esta espécie de Federalismo redundava em verdadeiro unitarismo.

As Nações como a França, a Itália, a Bélgica, a Suíça, a Holanda, os países escandinavos, e outros, apresentam seus esquemas políticos simplificados pela pequena área territorial, que os livra do problema das diferenciações regionais. Nesses países, onde os problemas gerais se uniformizam em aspirações mais ou menos idênticas de caráter econômico ou social, compreende-se a existência de numerosos partidos como índices de ideologias distintas em busca

das respectivas soluções. Mas, no Brasil, não encontramos essa simplicidade.

O grande espaço geográfico determinou a introdução em nossa vida política de fatores tão desconhecidos daqueles povos, que eles nem sequer os poderiam conceber. Os temas econômicos variam, os problemas administrativos nem sempre são os mesmos; e, a complicar ainda mais a fórmula política nacional, a dispersão dos núcleos populacionais, criando uma mentalidade de típica autonomia local, cuja influência nas atividades dos municípios nenhum povo europeu poderá compreender. Essa dispersão geográfica conglomera populações em torno de aspirações especificamente regionais, o que dá ao nosso Federalismo um caráter absolutamente diverso do dos Estados Unidos da América do Norte.

Na grande Nação Americana, cuja superfície, deduzindo o território do Alaska, fica sendo de 7.836.300 quilômetros quadrados, existem 48 Estados ao passo que o Brasil, com 8.485.777 quilômetros quadrados segundo Beaurepaire Rohan, ou 8.849.136, segundo Thiers Fleming, conta apenas 21¹ Estados com autonomia política. A influência que esse fato exerce na vida política nacional torna mais complexo o problema dos partidos no Brasil; e se atentarmos para a diversidade das áreas territoriais desses Estados e para a distribuição das populações, que se adensam em certos pontos e se rarefazem em outros, então veremos ainda maior a complexidade.

Querer por conseguinte, dar base sólida à política nacional, é pretender encontrar a fórmula de conciliação de todos os interesses e aspirações regionais e locais conformando-as aos lineamentos dos supremos interesses da Nação.

1. Atualmente, em 1978, são 22 as unidades federadas brasileiras. (N. da E.)

III Parte

SOBRE UM JOVEM PROFESSOR
DE SALAMANCA



I

SALAMANCA AO LUAR — UMA CONCEPÇÃO ESPIRITUALISTA DO DIREITO

As minhas amizades em Espanha, do mesmo modo em Portugal ou França, abrangem variados círculos de opinião política. Na pátria de Cervantes, cumularam-me de gentilezas por ocasião da minha visita a Madrid e outras cidades espanholas, escritores de variado matiz ideológico, professores, filósofos, artistas das mais diversas opiniões. Entre estes, destacarei, de maneira especial, um dos amigos a quem mais estimo e um dos espíritos mais poderosos das novas gerações: Francisco Elias de Tejada Spinola, jovem professor da Universidade de Salamanca.

Ao escrever estas linhas, tenho presente uma noite de luar, de maravilhoso luar esmaltando as fachadas de pedra das igrejas, dos conventos, dos palácios, das torres salmantinas, e estampando as silhuetas românticas, góticas, barrocas, na folha branca das muralhas e dos pavimentos das praças e das ruas silenciosas. A voz de Tejada alteava-se, evocando todo o passado da velha cidade castelhana, desde os tempos de Afonso IX e S. Fernando e do ilustre Afonso X, cognominado “o astrônomo”, no século XVII e XVIII...

Nós caminhávamos, numa unção quase religiosa, ouvindo os ecos dos nossos próprios passos, que ressoavam como a própria voz das pedras ilustres, a responder em ritmo de testemunho secular a quanto nos ia dizendo D. Francisco Elias de Tejada Spinola. Os ouvintes éramos quatro: os jovens professores da Universidade, D. Beltram de Heredia e D. Orellana, Loureiro Júnior e eu. Íamos peregrinando dentro da noite, ora passando junto à catedral velha, que parecia falar-nos, com sua “torre del gallo”, de vetustas crônicas do século XII; ora caminhando junto à da catedral nova, que olha para o poente, mostrando o seu precioso rendilhado de pedra, que o luar prateava descendo dos ângulos góticos das torres; ou, mais além, admirando os relevos da Casa de Las Muertes, ou da Casa de las Conchas, e afinal, depois do deslumbramento da portada plateresca de San Esteban, detendo-nos em face da portada gótica da Universidade...

O conjunto arquitetônico de tantas épocas sugeria-nos temas históricos, e os temas históricos, por sua vez, acordavam o nosso pensamento para a consideração dos eternos problemas humanos em que se debatem os filósofos e os juristas. Dir-se-ia que, a intervir em nossos diálogos, ou nos monólogos de Tejada, também falavam aqueles monumentos à luz do plenilúnio, com a eloqüente linguagem das suas pedras, desde os portais românticos de San Martin e o imponente conjunto do Palácio de Monterrey, até à Torre do Chaveiro, que contempla o vale do Tormes e a ponte romana de vinte e seis arcos, que testemunha a presença do século I.

Nenhuma das impressões do dia — a visita à Universidade, onde o Reitor e os Professores nos dispensaram recepção tão carinhosa, ou o demorado exame dos interiores dos templos, dos palácios, das bibliotecas, ou aquele passeio pela Plaza Mayor, ou pela tranqüila alameda onde Unamuno pensava — nenhuma dessas impressões foi para mim mais forte do que a peregrinação noturna pelas ruas caladas de Salamanca ao luar.

Ao escrever sobre Francisco Elias de Tejada Spinola, a evocação de Salamanca adormecida apodera-se do meu espírito e derrama-se no papel, criando aquele quadro em que sinto dever enfocar a figura do jovem pensador da Espanha. Pensador moderno, como todo pensador verdadeiramente novo, sabe fazer viver seu pensamento com a força poderosa que provém das raízes do passado; sabe fazer substituir os valores eternos da cultura; sabe tomar o Homem como continuidade do Homem; a História, como permanência de um só problema humano; e esse mesmo problema humano como a constante de todos os tempos, a renovar suas aparências, à semelhança da arquitetura que renova os seus aspectos, porém conservando o mesmo anseio e exprimindo o mesmíssimo sentido de procura daquele ritmo que compõe o equilíbrio, a harmonia perfeita do Ser Humano a interpretar o Universo e a integrar-se no próprio pensamento ético e estético do seu Criador.

* * *

Francisco Elias de Tejada Spinola não é uma amizade nova que só agora conquistei. Somos velhos amigos. O nosso primeiro encontro data de meus primeiros dias de exílio em Portugal. Falou-me dele, em 1940, o monge beneditino D. Nicolau, que havia sido recentemente expulso da Alemanha, por haver publicado uma tese de doutoramento sobre a minha obra, cujas idéias, transcritas no texto, não agradaram ao regime nazista.

No ano seguinte, apareceu Tejada em Lisboa e fomos apresentados por um dos homens mais ilustres de Portugal: Hipólito Raposo.

Sobre Hipólito Raposo e seus livros de historiador, sociólogo, político de firmes convicções, novelista e ensaísta do mais alto teor, quer como pensamento, quer como forma e estilo, pretendo oportunamente tratar em alguns capítulos que envolvem séria responsabilidade e cuidadosa atenção. Para o caso da apresentação de Tejada, ninguém

estava mais indicado do que esse admirável sustentador da idéia monárquica submetida à condição de verdadeira monarquia. Pois Francisco Elias de Tejada Spinola é, em Espanha, um tradicionalista, um carlista, um "requeté". Proceede, ideologicamente, daquela grei dos que não se conformaram com o liberalismo dissolvente o qual, desde Isabel Segunda e Maria Cristina, desenvolveu a curva política até ao fim melancólico do reinado de Afonso XIII.

A partir do nosso primeiro contato pessoal, Tejada e eu nos tornamos bons amigos. Mas o meu encontro anterior com o jovem pensador foi através das páginas sobre Angel Ganivet (1940) e, posteriormente das de sua tese de doutoramento sobre *As idéias políticas de Angel Ganivet* (1939) e do estudo sobre *Gerónimo de Bovadilla* (também de 1939). Esses trabalhos me deram a entrever o rumo seguro do espírito de Tejada.

Onde, porém, penetrei mais profundamente no pensamento essencial do catedrático salmantino, foi nas duas admiráveis sínteses *Introducción al estudio de la ontología jurídica* (1942) e *La causa diferenciadora de las comunidades políticas* (1943).

* * *

No primeiro desses trabalhos, revela-se não somente o mestre de Filosofia do Direito e de Direito Público, matérias que professa na Universidade de Salamanca, mas, sobretudo, o pensador poderoso, tão profundo quanto original e tão rico em expressões sugestivas como ardente paladino da verdade.

Já no prólogo, escreve Tejada: "Movemo-nos em um mundo que, real e mentalmente, de fato e *de jure*, voltou as costas ao Céu e quer fazer grocianamente uma Filosofia de Direito desenraizada de Deus. Estamos frente a frente de um pensamento orgulhoso de satânicos esforços, que quer fazer uma História sem Metafísica, isto é, que quer partir do empírico, para chegar a uma constituição total do Universo inteiramente separada do Deus de nossos pais. Pouco importa que se o pressuponha, como em Kant, por-

que isso é já uma maneira de pôr Deus de lado; que se o confunda hegeliana e panteisticamente com o mundo, ou que se exalte ao eu neokantianamente, até ao extremo dessa psicologia realista a Novalis, que vem a ser, em último termo, o resultado da obra de Dilthey ou desse pagão e angustioso existir que hoje foi posto em moda por Martin Heidegger”.

Mostra o jovem pensador que toda a confusão dos tempos de hoje origina-se do fato de os filósofos, pensadores, juristas, levarem a Humanidade a voltar as costas a Deus, levando-nos a esquecer de que “viemos à terra com um fim ultra-terreno; que nossa atual existência não é senão um vale de lágrimas; que nos espera uma eternidade desdobrada em infinitos, a qual temos de merecer e conquistar com nosso próprio esforço; que o essencial para nós não é o presente, mas o futuro; que o capital e básico é saber que temos uma alma que o nosso próprio esforço há-de perder ou salvar eternamente”. E, mais adiante, falando de um sistema de conceitos jurídicos baseados naquelas verdades, escreve: “É preciso centrá-lo todo nas relações do Homem com Deus, por que o fazer humano não é um que-fazer desligado do Cosmos, senão demarcado na Criação”.

Livro de estudo e de ensino, de orientação doutrinária no sentido de dirigir as inteligências através da apreciação, da crítica, da consideração comparativa dos fenômenos sociais e das instituições jurídicas, não se exprime, entretanto, na costumeira aridez do estilo escolar, antes pelo contrário, fulgura em lampejos de eloquência que iluminam o desenvolvimento das variadas teses em intercorrências de relâmpagos. Por exemplo:

“Desde o instante em que o homem nasce, nasce também com ele um problema novo.”

“A vida é, no fundo, um programa a realizar, a autenticidade de uma voz que nos declara o que buscamos como meta central dos nossos anseios.”

“O problema de muitas vidas está em que o emprego

delas se encontra em contradição permanente com a vocação íntima da alma.”

“O ideal é, em consequência, a linha vital do místico; é cravar os olhos em Deus, sem despregar os pés da terra”.

“O importante é chegar a Deus, não importam os caminhos.”

“Chegar a Deus, através do cumprimento de uma vocação na terra.”

“O Homem não tem liberdade de renunciar o uso da liberdade, porque a liberdade é uma carga irremediável que o Homem deve levar às costas durante toda a existência.”

“Não é um paradoxo afirmar que o Homem é obrigado a ser livre e que a sua liberdade, portanto, é forçada servidão.”

Seria longo citar os pequenos trechos tão lúcidos e sugestivos espalhados ao longo deste livro. Sob esses clarões, vão se desenvolvendo as teses, com segurança de mestre. Inicialmente, Tejada toma “o homem como ponto de partida. Coloca o Homem no cosmos, estabelece a sua posição hierárquica entre os animais e os anjos, em face de Deus. Evidencia o sistema universal dos movimentos no sentido da suprema harmonia: o determinismo a reger as coisas e os animais; o livre-arbítrio pelo qual se rege o homem enquanto espírito. Estuda o problema da vocação, da regeneração, da salvação humana; examina os diferentes conceitos do Homem visto através do pessimismo de Hobbes, do otimismo de Rousseau e de Locke, e estabelece a linha de equilíbrio a corrigir tais exageros. E, ao final destes capítulos em que estuda “As partes do Homem”, “O peculiar do Homem”, “Os conceitos do Homem”, “O merecer do Homem” e *Metafísica e História segundo a idéia católica do Homem*”, conclui no limiar da Segunda Parte afirmando que “da idéia do Homem surge toda a problemática da ontologia jurídica”.

Na Segunda Parte, expõe as três normas: Ética, Política e Jurídica. Estabelece as relações entre os conceitos do Ho-

mem e do Direito; investiga as causas da lei; evidencia o verdadeiro sentido da justiça, mostrando que a transformação do “fato” em “direito” só é possível mediante a integração do “ético” no “político”, e jamais perde de vista a verdade imperativa exposta por Donoso Cortez, ao afirmar que “a Sociedade foi feita para o Homem e não Homem para a Sociedade”. Assim, proclama, a cada passo, que o Homem foi feito para salvar-se, realizando-se em Deus e, portanto, “o primeiro elemento do Direito é a retidão moral, a justiça, a sujeição à ordem divina dos seres”.

Desse pensamento, Tejada deduz o admirável capítulo consagrado à Política e às páginas magistrais sobre a construção do Direito, para terminar afirmando que “a ontologia da lei humana se acha edificada sobre a rocha firme de uma antropologia que reconheça a dualidade da nossa vida e centralize sua agudeza meditativa nas verdades de uma fé que nos mostra, com claridade de um sol meridiano, a vertical exatíssima do nosso destino”.

É ainda essa mesma concepção do Universo e do Homem que o jovem professor desenvolve na Terceira Parte do seu livro, estudando “o jurídico e os campos vizinhos”, isto é, “Direito e Ética”, “Direito e Política”, “Direito e Arte”, “Direito e Religião”. Analisando com grande clareza o conceito da moral segundo Epicuro, Kant, Bentham, ou Shaftesbury; ou os de política, segundo Carl Schmidt; ou os diferentes conceitos das normas jurídicas, segundo Calicles, Treitschke, Ihering, Bierling, Binder, Haller ou von Fries, Savigny, Fichte, Marx, Munch ou Mayer, o que tudo é objeto da segunda parte deste livro, conclui Tejada na terceira parte por uma clara exposição do seu próprio pensamento relacionando toda a construção jurídica com o fim último, eterno do Homem.

* * *

Não será numa pequena série de capítulos que irei resumir cada uma das obras de Tejada, todas elas tão ricas de idéias, tão sugestivas pela forma de expor.

Tenho aqui, diante de mim, nada menos de doze obras do jovem catedrático de Salamanca. Trato hoje apenas de quatro. No próximo capítulo, procurarei resumir e comentar *La causa diferenciadora de las comunidades políticas*, *La sátira política en Portugal durante el siglo XV*, *Las doctrinas políticas en Portugal* e *La tradición gallega*, todas publicadas em 1943 e 1944.

Num terceiro capítulo, darei notícia de *Las doctrinas políticas de Jerônimo Osório*, *Las doctrinas políticas de la baja edad media inglesa*, *História de la Filosofía del Derecho y del Estado (Oriente, Grécia y Roma)*, *Las Españas* e *El racismo*.

Não serão críticas profundas, nem estudos desenvolvidos, dado o volume da obra de Tejada, o pouco tempo de que disponho e a própria índole destes comentários, cujo caráter é mais de informação do que de análise. O meu intuito é tornar conhecido no Brasil um dos espíritos mais brilhantes das novas gerações espanholas.

II

A causa diferenciadora das comunidades políticas — A sátira política em Portugal no século XV — Pensamento medieval português — Tradição galega

Falei no capítulo anterior sobre a *Introdução ao estudo da ontologia jurídica*, de Francisco Elias de Tejada Spinola. Direi neste algumas palavras sobre quatro de seus trabalhos, respectivamente de 1943, os dois primeiros, e 1944 e 1945 os dois últimos, ou sejam: *La causa diferenciadora de las comunidades políticas*, *La sátira política en Portugal durante el siglo XV*, *La tradición gallega* e *Las doctrinas políticas en Portugal — Edad Média*.

Publicado na "Revista General de Legislación y jurisprudência" e enfeixado num folheto de 47 páginas, *La causa diferenciadora de las comunidades políticas* traz impressa no seu rosto uma dedicatória ao seu amigo brasi-

leiro, que muito me comove e que, ao mesmo tempo, logo me deu a entender o sentido das suas páginas.

Não me enganei, lendo-as com aquele interesse cada vez maior de um espírito que encontra em outro identidades de pensamento, de sentimento dos problemas, e aquela unidade de origem religiosa e histórica, derivante das mesmas fontes de cultura.

* * *

Para nós, pensadores políticos que em pleno século XX sustentamos uma concepção do Universo e do Homem contraposta ao positivismo corrente e, sobretudo, a esse critério de "utilidade" pragmática de onde decorrem todas as transigências e o inútil transacionismo que impera na orientação política interna dos povos e nas suas relações internacionais, a idéia de Nação assume uma importância extraordinária.

Muito se tem falado hoje dos direitos do Homem ou dos seus deveres; mas acerca dos direitos e deveres das Nações, pouco ou quase nada se tem dito. No entanto, como fixar aqueles direitos e aqueles deveres, se não penetrarmos, antes de tudo, na causa das diferenciações nacionais, ou das comunidades políticas? Do mesmo modo como não podemos definir os direitos do Homem e os seus deveres, se não definirmos, primeiro, o próprio Homem, também não o poderemos fazer em relação às Nações, sem primeiro saber o que elas são realmente, o que representam em relação ao Homem e em relação umas às outras, numa palavra, sem sabermos porque existe uma Nação e qual o seu destino.

No entanto, para definir o que seja Nação, precisamos pesquisar as origens da sua existência, e essas origens se prendem diretamente àquelas mesmas das comunidades políticas cujos caracteres e peculiaridades constituem o ponto de partida da idéia nacional e da realidade histórica.

Com perfeita clarividência, escreve Tejada: "Nenhuma das explicações ordinárias pode explicar este fenómeno evidente da diversidade categórica dos homens agrupados em

distintas comunidades políticas. Nem a raça, que rebaixa a nossa ciência política aos níveis da zoologia; nem a língua, que a mais simples observação repele; nem a seca comunidade de cultura, que não se condensa em expressões concretas; nem sequer a adesão espiritual tácita ou expressa a uma tarefa universal, bastam para esclarecer com precisão este enigma capital da Política. Sem embargo, é óbvia e patente a diferenciação entre os homens das distintas seções humanas da terra. Por debaixo da comunidade de origem que a fé e a ciência nos ensinam, arde palpável e viva a chama da diversidade. Temos, pois, como base única, o próprio fato da diferença.”

Entra, em seguida, o jovem catedrático salmantino no capítulo em que demonstra o erro do critério positivista ao considerar o problema da diferenciação das comunidades políticas. “O fracasso dessas construções” — explica Tejada — “origina-se de quererem chegar à Metafísica pela História e sua fórmula é essa ambição de regras de universal validade que afinal não excedem da generalidade, filha da empirie”. E acrescenta mais adiante: “Baseiam tudo no físico e no psíquico, mas sempre na Natureza. Entre seus múltiplos erros se oculta o máximo equívoco que é separar “natureza” e “graça”, quedando-se na primeira. Neste sentido, tais idéias de raça ou de caráter, de língua ou de história estrita, estão à altura do egoísmo de Hobbes, ou da “imbecillitas” de Puffendorf, sendo meros dados, filhos da realidade e sem comprovação na pedra de toque de uma medida ontologia. Porque é evidente que o problema presente é um problema a resolver nos limites do histórico; porém na História e não pela História. As chaves conceituais têm de ser critérios alheios à História mesma, arrancados da Metafísica e presos a um valor universal”.

Estas palavras deixam, desde logo, entrever a orientação adotada pelo jovem mestre salmantino, ao considerar o tema que tão proficientemente desenvolve neste trabalho. É uma orientação de homem que crê em Deus e está convencido de que, do mesmo modo como cada ser humano

é assinalado por uma vocação, também as comunidades políticas se distinguem por uma vocação própria.

Deus criou o Homem e também criou os agrupamentos humanos diferenciados. O destino do Homem não termina na terra, mas prossegue numa vida eterna; ao contrário, o destino da comunidade política termina na terra, porque passada esta vida terrena, não são os entes coletivos das comunidades políticas, ou as Nações, que irão responder perante a Justiça Divina, porém os seres humanos, cada um de per si. “O Cristo”, observa Tejada, “não falou jamais a respeito de povos ou de nações, nem para a salvação eterna mandou alguém que lutasse pela Judéia ou pelo Império Romano”. Estes poderão ser meios que favoreçam ou prejudiquem o objetivo transcendental do Homem, porém além da morte só valem as obras pessoais, únicas de que Deus pede conta. Por conseguinte, a comunidade política termina o seu destino na terra; surge e desaparece na História, onde só o Homem é permanente. Mas, nem por ser exclusivamente da terra, a comunidade política deixa de constituir um meio pelo qual o Homem pode atingir o seu fim supremo. É ela que cria condições de existência social, econômica, moral e política, onde o Homem se movimenta.

Tejada, estudando os fins próprios da comunidade política, agrupa-o em três tipos diferentes: os da Segurança, os da Administração, e os fins propriamente Políticos.

À Segurança empresta o jovem autor a importância máxima; à Administração, um valor subsidiário; à Política exterior um valor conseqüente da primeira e cooperante da segunda. A comunidade política, “em virtude de sua maneira vital, de sua forma de ser existencial, exige, como todos os seres, a manutenção dos princípios que integram a raiz motivadora do seu “ser” e do seu “fazer”. Se a comunidade política não se ocupa dos fins dessa índole, tão apegados ao seu núcleo íntimo, renunciaria a seguir subsistindo”. No que concerne aos fins meramente administrativos (fazer estradas e pontes, levantar palácios ou fabri-

car navios, incrementar a produção, manter polícia, nomear e demitir funcionários, etc.), conquanto indispensáveis e intimamente relacionados com os outros fins, eles não se podem confundir com os importantíssimos fins *de governo*, os quais envolvem a idéia da segurança do ente nacional, segundo seu caráter, sua continuidade histórica, seu destino entre outros povos.

Para mim, em que pese a classificação de Tejada, os fins administrativos eu não os categorizaria em separado, porquanto os subordinaria aos próprios fins da segurança da comunidade. Entendo que administrar é apenas um dos capítulos daquilo que chamamos governo. Um país pode ser administrado admiravelmente sem que no entanto se possa dizer que tem governo. Pois a idéia de governo se prende fatalmente à manutenção da comunidade política segundo seu caráter próprio e sua destinação histórica e todo aquele Poder que só objetiva a administração não é, positivamente, um Governo.

* * *

Quanto aos fins propriamente políticos em relação de umas comunidades com as outras no panorama internacional, é neles que Tejada vê os caracteres nitidamente diferenciadores. "Nem os fins dos elementos individuais, porque em respeito a eles a comunidade é simples meio; nem os fins essenciais a ela, porque são comuns a todos e a cada um, desde o instante em que *são e existem*; nem os fins de índole administrativa, que se envolvem no fumo espesso do detalhe e da vulgaridade quotidiana" se prestam a um critério autenticamente diferenciador. Pelo que acrescenta: "Se não houvesse fins de maior envergadura e de visões mais altas, o problema da diferenciação das agrupações humanas não teria razão de ser nenhuma nem passariam essas agrupações de meros setores do total de uma humanidade sem distinções. Porque é indiscutível que se manifestam fins típicos de um povo em um período

histórico concreto. Bizâncio sujeitando os povos mesclados do Oriente, Espanha trazendo um novo mundo aos caminhos da civilização, são exemplos concludentes. A tarefa do tratadista de Direito Político está em apurar o conteúdo e explicar o sentido de um fato tão corrente e primordial”.

No atual momento do mundo, quando certas idéias generosas, como a da Organização das Nações Unidas, que afinal se origina da inspiração cristã e espanhola de Francisco Vitória, no século XVI, ou quando certas idéias inexecutáveis, como a dos Estados Unidos da Europa, a da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, envolvem no plano internacional, de tal maneira, as nacionalidades, que nem sempre se consideram as missões históricas específicas de cada uma nem a diferenciação essencial dos agrupamentos humanos; neste momento de confusão geral em que tudo se mistura, ainda mesmo com as melhores intenções, o conceito de Tejada sobre “os fins típicos de um povo em período histórico concreto”, assume uma importância capital.

Se Deus ordenou a distribuição dos povos na terra, em grupos nitidamente diferenciados, é porque, do mesmo modo que a cada homem incumbe um papel segundo a sua vocação, também a cada comunidade política toca desempenhar missões próprias no curso da História, em relação às demais comunidades políticas. Não se pode, portanto, destruir, mesmo em nome dos ideais mais nobres, que as mais das vezes constituem verdadeiras utopias, os caracteres fundamentais de cada uma das comunidades políticas que conglomeram seres humanos segundo uma comum destinação histórica.

Cada povo deverá governar-se, respeitados os princípios universais do direito natural e dos convênios tendentes a uma pacífica harmonização, segundo as normas decorrentes da própria índole da comunidade, isto é, dos caracteres que representam uma espécie de denominador comum, do qual os indivíduos são os numeradores. Impor formas

de governo, impor regimes standard ou cartas constitucionais fabricadas em série, a todas as comunidades políticas da terra, é, não apenas, insurgir-se contra os designios de Deus, que quis os povos diferentes (diversidade nacional na unidade humana) como também contrariar aquilo mesmo que o positivismo, ou o empirismo dos filósofos, dos sociólogos ou dos juristas agnósticos ou ateus, considerou verdade incontestável: a diferenciação das comunidades políticas.

* * *

Tratando dos fins políticos das comunidades humanas, o jovem professor de Salamanca exprime-os em duas palavras: *nação* e *tradição*. Transcrevemos as suas próprias definições:

“Nação é aquela nota característica de um povo ou agrupamento de povos ao largo de todo um período histórico. Assim, em nossa Reconquista, a luta com os árabes, que abarca a Idade Média; assim em Roma, a unidade material do mundo então conhecido; assim na França contemporânea essa chamada missão democrática que tanto se vem subdividindo. Tradição é o laço que ata e une essas diferentes empresas, ou *leit motiv* das distintas épocas históricas, enlaçando-as a todas elas”.

Entra, nesta altura, o jovem mestre, no estudo de *Nação* e de *Tradição*. E diz: “Se as ferramentas da obra são metafísicas, os materiais são históricos. Para constatar, no campo do Direito Político, o *porque* da diversidade dos grupos humanos, ou seja, o que a técnica costuma indagar como questão teórica das nacionalidades, temos de ocupar altos mirantes sobre os acontecimentos históricos”. Ao que acrescenta: “... o vermelho sanguíneo que nimba e salpica as armas nos campos de batalha, os volumosos e empoeirados in-fólios em que se plasmou o pensamento dos nossos mestres, a certa e rigorosa medida dos tempos em que gerações de homens forjaram com a vida e com a morte todo um corpo de sentimentos e de crenças”.

A causa diferenciadora, por conseguinte, das comunidades políticas, ainda que só encontrada no terreno da Metafísica, traduz-se em pura História, tomando o nome de Tradição. “Em uma palavra” — diz Tejada — “cremos que a raiz de um povo, sua autêntica e natural intimidade, o que o separa dos demais povos do globo, não é outra coisa senão a sua Tradição”.

Passa, no capítulo seguinte, ao estudo da Tradição, que o autor une ao conceito de Progresso. É um critério absolutamente exato, pois que Tradição e Progresso estão de tal sorte unidos, que este não pode existir sem aquela nem aquela sem este.

Ainda este ano, em minhas peregrinações pelo interior brasileiro, visitando velhas cidades chamadas “tradicionais” e cidades novas, de menos de cinquenta anos, das zonas recém-desbravadas, observei e tenho a impressão de haver escrito, que as cidades verdadeiramente tradicionais eram as novas, justamente porque não pararam no tempo. Nas cidades mais antigas encontrei recordação histórica, mas não Tradição; pois a recordação histórica refere-se a coisas mortas, paralisadas no pretérito, ao passo que a Tradição é o próprio espírito dos fatos históricos, ocorridos no passado, mas vivos no presente, em renovadas formas de expressão.

A História, considerada simplesmente como História, é um túmulo; mas a Tradição Histórica é sempre um berço. Nos fastos históricos, encontramos os acontecimentos no que eles têm de material, de concreto, como ocorrência transata; na Tradição Histórica, encontramos o que daqueles acontecimentos decorreu como enriquecimento do espírito nacional. A História é corpo; a Tradição é espírito. O corpo desaparece; o espírito se renova, se atualiza, se dirige para o futuro.

Daí a estreita ligação de Tradição e Progresso. A Tradição, sem o Progresso, é morta, confunde-se com a História fria; o Progresso sem a Tradição é somente corpo, sem espírito, pelo que se confunde com a materialidade da

História. Se Tradição significa transmissão, passagem de idéias, de pensamentos, de sentimentos, de cultura, de objetivos, de uma geração para outra, logicamente nos oferece de si uma imagem dinâmica, ou seja a marcha para a frente. E se Progresso quer dizer também, como a palavra indica, caminhar para diante, forçosamente implica na idéia de movimento; ora, o movimento de tudo aquilo que existe e marcha efetiva-se em três tempos: *vem, passa e vai*. Ora, vir de algum lugar implica a idéia do Passado, não do Passado Morto, ou História que se completou e terminou, mas do Passado Vivo, ou Tradição. Porque se compreendermos o Progresso como desligado da Tradição, então não teremos uma expressão viva da comunidade que tomamos como sujeito de movimentos e objeto da nossa consideração, porque essa terá morrido, terá desaparecido para dar lugar a alguma coisa nova, que só então principia a progredir.

Quando digo, por exemplo, que o Brasil progride, quero dizer que a comunidade política, que eu chamo Brasil, exprime em novas formas materiais o permanente espírito da personalidade nacional. Mas se, em nome de um progresso que pretende dar ao Brasil uma feição estrangeira, ou incompatível com o seu caráter, nós nos desligamos daquele patrimônio transmitido (*traditio*) e que plasma a fisionomia mesma da comunidade política brasileira, nesse caso, o que está progredindo não é o Brasil, mas algo novo que se enxertou no Brasil, ou que o substituiu no curso da História.

Sob este aspecto, o lema positivista da Bandeira Nacional Brasileira (Ordem e Progresso) oferece-nos uma admirável lição de verdadeira sabedoria política. A palavra Ordem não exprime apenas disciplina atual, manutenção permanente de formas de organização nacional, pois isso seria considerar a Nação Brasileira, não como uma comunidade consciente de seus propósitos políticos, mas como um simples rebanho, um todo gregário considerado unicamente em relação ao Presente. Essa palavra deve pres-

supor uma ordenação pre-existente ao Progresso, ordenação de fatores éticos e culturais, que distinguem a nossa comunidade política das outras comunidades do mundo. É o conjunto desses fatores de ordem moral, intelectual e sentimental que forma a nossa personalidade nacional, a qual se desenvolve em Progresso, ou seja na sucessiva expressão de renovadas formas, que deverão, sempre, sustentar e manter o caráter da nacionalidade.

Mas, já vou longe nestas considerações e é forçoso retomar o pensamento de Tejada — idêntico, aliás, ao meu pensamento sobre esta matéria — volvendo ao caráter expositivo destes capítulos em que vou estudando e procurando tornar conhecido do meio culto brasileiro um dos mais jovens e brilhantes professores da velha Salamanca.

III

Tradição e Nação — Pátria e patriotismo — Nacionalidade, nacionalismo e imperialismo — Pensamento político medieval português

Não me alongarei na apreciação dos últimos capítulos de *La causa diferenciadora de las comunidades políticas*, porque tenho de ir adiante, neste propósito de desenvolver considerações sobre os quatorze livros e opúsculos de Tejada, divulgando o essencial do pensamento do jovem professor entre os homens cultos do Brasil.

Expostos os conceitos de Tradição e de Progresso, a primeira como sendo mesmo uma suma de progressos, e o segundo como um prosseguimento da Tradição, e postos em evidência os conceitos de filósofos e juristas do século XIX sobre o assunto, o autor enuncia o pensamento de alguns contemporâneos, desenvolvendo comentários interessantíssimos.

Uma das idéias mais curiosas citadas por Tejada é a de José Antônio Primo de Rivera, quando diz que a Nação é irrevogável, isto é, que a Tradição que a constitui não

pertence a uma geração que o tempo leva, porque esta recebeu-a do esforço de gerações anteriores e deverá entregá-la como depósito sagrado às gerações que sucedem. A essa imagem, Tejada acrescenta que prefere o conceito do usufruto, porque esse acervo sagrado do que foi e continua a ser com vitalidade presentes, admite de nossa parte uso e melhoras, porém sempre sem poder abusar, ou como se diz em Direito Romano, *salva rei substantia*.

Não podemos, por conseguinte, malbaratar a Nação, nem aliená-la, porque não somos donos absolutos dela, mas a recebemos como legado vivo do passado para transmiti-la ao futuro.

Sobre a necessidade da Tradição, Tejada cita o nosso comum amigo Pemartin, o ilustre presidente do Conselho de Investigações Científicas, com quem convivi recentemente em San Sebastian, o qual diz, com muita justeza: "É-se tradicionalista, não por gosto, mas porque não há outro remédio senão apoiar-se em nossa própria substância, em nossa personalidade, se se quer meramente ser". A esse pensamento, ajunta o jovem catedrático o. de Theodor Litt, quando diz que estamos encerrados em um círculo fechado e operante segundo aquilo que Theodor Litt definiu como a expansão temporal da comunidade, paralela e diversa da expansão numérica. E acrescenta: "Estando o Eu inserto nesse âmbito, enquanto ser concreto, ligado a cadeias de vida, a tradição é elemento cardealmente informador, integrante. Por isso, aflora, queiramos ou não, através dos nossos atos; por isso o sentimos agora, em cada instante, no palpitar do nosso coração, no balbuciar dos nossos lábios, nos sonhos das nossas noites; por isso não podemos, ainda que queiramos, eliminar esse passado, que está sempre em nós..."

E mais adiante: "... eu sou o que sou, como ser distinto dos demais, pela tradição que levo dentro de mim. O simples fato da minha forma vital, enquanto ser-vocação, enquanto ser-histórico, é a minha tradição, ou seja aquilo que me dá as notas personalíssimas da alma. Vivo enquan-

to me sinto parte dessa tradição; no dia em que a perdesse, perderia minha própria forma vital e, como ser terreno, deixaria de pertencer à comunidade dos homens, para baixar a tomar parte da multidão dos selvagens e dos brutos. Numa palavra: a Tradição é a chave e o fundamento básico da minha constituição de ser, agente de um que-fazer histórico concreto”.

Passa, logo depois, o subtil autor a apreciar os conceitos de Nação e de Pátria. Para diferenciar Tradição de Nação, usa de uma imagem que me parece muito adequada, dizendo que a Nação é um programa, porém variável com o tempo, ao passo que a Tradição é um programa invariável ainda que sujeito a exprimir-se na variedade dos programas nacionais em sucessivas épocas. E exemplifica: “A tarefa nacional espanhola, para San Fernando, não é a mesma para Felipe II, para Carlos V, para Recaredo; a Tradição, entretanto, é a mesma para todos”.

Donde podemos concluir que a Nação é a expressão variável de um espírito essencialmente invariável. Olhando o Passado, temos de tomar, como Tradição, aspectos diferenciados de períodos históricos sucessivos, todos traduzindo a unidade do ente nacional. Olhando o Presente, encontramos a Nação concreta, viva, sob a forma que as circunstâncias atuais exigem, ou os objetivos do futuro estão a pedir, mas sempre manifestando esse misterioso “ar de família” que distingue as comunidades políticas bem individualizadas no curso da História.

Para mim, a Tradição é o carácter da Nação. E, assim como para o homem isolado, o carácter é a memória de cada ato individual e do conjunto dos atos individuais na sua vida de relação com outros homens e com o conjunto social, informando permanentemente o “fazer” e o “que fazer” no presente e no futuro, também o carácter de uma Nação consiste nessa faculdade de lembrar, de trazer em dia as atitudes pretéritas, para harmonizar o que foi, o que é e o que virá, num sentido de afirmação de personalidade. Não me utilizo, num caso como no outro, da palavra “me-

mória" apenas no sentido naturalista ou experimentalista da psicologia, mas utilizo-a como um sentido espiritual de permanência, direi mesmo, como consciência de vocação.

Perder a Tradição, para os indivíduos, como para os povos, é perder a memória e, com esta, a noção do seu próprio ser e do seu definido que-fazer. É o embrutecimento, que prepara o homem, como as coletividades humanas, para a abdicação de toda liberdade e a extrema degradação dos cativeiros políticos, econômicos e morais.

Distingue Tejada os conceitos de Nação e de Pátria. Preferindo a definição mais simples de "lugar ou cidade onde se nasceu", vejo que o jovem professor considera a Pátria como uma espécie de corpo material, que pode ou não relacionar-se em muitos casos com o conceito de Nação.

Muito difícil é distinguir de modo absoluto coisas que se encontram no curso da História e muitas vezes se combinam de modo tão íntimo que impossível se torna dissociá-los. Rigorosamente, Nação é um conceito histórico, enquanto Pátria é um conceito geográfico. Mas é conveniente ter-se em vista que este conceito geográfico de tal forma se integra no histórico, que o material, ou físico, passa a condicionar idéias espirituais, enquanto o acontecimento social ou político também de tal sorte se relaciona muitas vezes com o local, a região, a zona territorial, que por sua vez passa a confundir-se com esses elementos da cenografia humana. A Tradição liga uma e outra coisa e em muitos casos Pátria e Nação se confundem no mesmo conceito. Se é certo que existem nações sem pátria, como tem sido o caso dos israelitas durante largos séculos e até mesmo antes de Moisés chegar e conquistar a Terra Prometida, nela instalando um povo cujos indivíduos nenhum deles ali havia nascido, também existem pátrias sem nação, como é o caso atual de metade da Europa, ocupada pela Rússia, que ali instalou governos ou regimens em desacordo com a índole, o caráter, a vocação, a tradição dos povos dominados. Assim foi também no Im-

pério Romano como Unidade dominadora de diversidades específicas, e assim foi durante o Feudalismo, como diversidade dominadora de unidades psicologicamente subsistentes.

Tais fenômenos históricos não os considero como permanências, nem como leis, porém como exceções ou desvios da natureza das coisas, pelo que, para mim, filho de uma Nação que possui uma Pátria em continuidade territorial, e que fez dessa continuidade territorial um motivo político de manutenção da unidade nacional, do qual derivam todos os episódios que, na paz ou na guerra, foram constituindo o próprio espírito de uma tradicionalidade que se integra nos demais elementos constitutivos da Tradição do meu povo, para mim a Pátria se confunde de tal forma com a Nação, que não sei como separá-las.

Compreendo que Espanha, ou Portugal, ou Inglaterra, nações que se propuzeram trazer povos ainda bárbaros para os caminhos da civilização, separem as idéias de Pátria e Nação. Um homem de Moçambique ou de Macáu, de Escócia, ou ilhas Bermudas, ou finalmente de Marrocos, é filho de cada uma daquelas Pátrias e é membro ao mesmo tempo de uma Nação, que será a portuguesa, a inglesa ou a espanhola. Mas no dia em que a missão missionária daquelas comunidades políticas terminar, ou os interesses recíprocos de união cessarem, a lei natural, que é a mesma lei de Deus, recomporá o binômio Pátria-Nação, e cada uma das novas comunidades políticas serão como filhas amorosas e respeitadoras, mas independentes e soberanas, em relação à comunidade de origem.

No entanto, o conceito de Pátria, como “a cor local, a cidade onde se nasce e onde se vive, o solo nativo” na definição de Pedro Barbosa Homem, ou “o próprio centro daquele que nasce nela”, como diz Frei Juan de Aguilar, esse conceito fortalece em nações de imigração, como o Brasil, a sábia e intransigente política do “direito do solo”, em contraposição àquela que se funda no conceito racista do “direito do sangue”. E aqui está um tema dos mais in-

teressantes, peculiar aos jovens povos da América, tema que Tejada certamente irá examinar quando visitar países como o Brasil, cujo panorama social traz interessantíssimos motivos à meditação de quantos desejem compreender a formação das comunidades políticas no Novo Mundo, comunidades essas ligadas à Tradição Ibérica (Portugal e Espanha) e animadas de um espírito de criação renovador e poderoso, cujas origens encontramos na própria continuidade de uma História principiada na península atlântico-européia.

Quanto às idéias de Pátria e Nação, que Tejada distingue, vemo-las por ele mesmo unidas na definição de “patriotismo”, quando diz: “Patriotismo é amor à essência de um povo, isto é, à sua tradição”.

Não o confunde o autor com nacionalismo, pois nacionalismo, como diz muito bem, “és la adscripción a la empresa nacional”. E como esta, dirigindo-se ao futuro, liga-se ao passado, ou à Tradição, o nacionalismo liga-se ao patriotismo, o qual é amor à mesma Tradição. Impossível, portanto, nacionalismo sem patriotismo, como impossível patriotismo sem amor à Tradição, logo, a Tradição, sendo fonte da própria Nação, é fundamento do patriotismo, que dinamisa o nacionalismo, ou a empresa lançada para o futuro.

Magistral é a concepção tejadiana de Nacionalidade. Diz ele: “O essencial é uma comunidade política em espírito; os laços legais nada valem se não interpretam seu conteúdo efetivo de idealidade. Por isso, o problema fundamental de um governante é, precisamente, este de forjar e manter essa unidade de espírito que faz as empresas nacionais”.

Indo, depois, à concepção do Império, o jovem professor evidencia um pensamento forjado em pura realidade. “O Império” — diz — “é a mesma Nação querendo impor-se às demais”. Definição simples, verdadeira, sincera, foge de todos os artifícios com que se tem querido explicar o imperialismo das Nações. Pois mesmo quando a estas não movem interesses subalternos, mas um superior ideal re-

ligioso como foi o caso de Espanha e Portugal, mesmo assim a definição de Tejada se aplica, porque, como fato material, o nobre idealismo se confunde com a técnica das ambições inferiores no momento da concretização do acontecimento histórico.

Escrevendo, como estou, de improviso, diante da máquina que vou dedilhando, vejo que o plano de estudo da obra de Tejada vai sendo alterado à proporção que vou entrando nos temas por ele desenvolvidos nos seus livros. Ficará para o próximo capítulo o comentário que desejo fazer sobre o pensamento político português na Idade Média.

IV

O pensamento político português na Idade Média

Poucos terão estudado, como Francisco Elias de Tejada Spinola, o pensamento político português no período medieval. Pesquisador das fontes de que se originam as doutrinas peninsulares acerca do Estado, do Poder, dos Príncipes, do Povo, da Justiça, da convivência internacional e dos objetivos finais das comunidades políticas, o jovem mestre empregou longo tempo em investigações pacientes, oferecendo-nos, em três interessantes trabalhos, a síntese das suas observações. O primeiro deles, publicado em 1943 e dedicado à memória de Antônio Sardinha, põe-nos diante de todo o panorama dos pensadores lusitanos desde a fundação da Monarquia até os albores da Renascença e intitula-se *As doutrinas políticas em Portugal (Idade Média)*. É um volume de 238 páginas, dividido em 12 capítulos e dois apêndices. Os outros são três pequenos ensaios, de menos de 60 páginas, separatas de revistas técnicas, em que trata de *A sátira política em Portugal no século XV*, *As doutrinas políticas de Jerônimo Osório* e *Ideologia e Utopia no Livro da Virtuosa Benfeitoria*, respectivamente dados à publicidade em 1943, 1945 e 1947.

É o brilhante catedrático de Salamanca um dos amigos

mais sinceros de Portugal, pelo que, também como amigo dos que se consideram mais devotados da pátria de Camões, sinto-me verdadeiramente feliz pelo fato de com ele me encontrar no terreno comum de um estudo em que os nossos espíritos a cada passo verificam profundas afinidades sentimentais e ideológicas. São dois escritores, dois homens, cada qual unido a Portugal por laços historicamente distintos e doutrinariamente idênticos; um espanhol, dessa Espanha que viu dela separar-se o Reino Atlântico, por motivos misteriosamente traçados pela Providência, quando esta entendeu mais útil para a Cristandade a Diarquia peninsular; e um brasileiro, deste Brasil que, por sua vez, separou-se politicamente do Reino de Além Mar, quando Deus completou a obra da diferenciação da comunidade luso-americana, em cujas íntimas raízes ficaram as tradições portuguesas como sustentáculo da própria unidade do Novo Império. E, tanto o estudioso espanhol do pensamento português, como o comentador brasileiro desses estudos, sentem, com o profundo afeto que unirá sempre as nacionalidades ibéricas e ibero-americanas, aquela unidade de fé e aquela diretriz comum aos espíritos dos nossos povos, unidade e diretriz que encontramos nas páginas da História Portuguesa desde Afonso Henriques a D. Manuel I.

* * *

Partindo do período que ele denomina da Casa de Leão, Tejada nas páginas iniciais de *As doutrinas políticas* examina os pensamentos norteadores da dinastia do Fundador, detendo-se na fase mais brilhante, que é o reinado de D. Diniz. Desde Afonso Henriques e através dos seus sucessores, observa o jovem professor salmantino estes fatos expressivos: 1) — A origem do Poder Real, provindo da vontade do povo e consagrando-se pela aprovação do Papa; 2) — A expansão territorial do novo Reino; 3) As limitações ao arbítrio da Coroa.

A Nação Portuguesa nasce contra a vontade da Monar-

quia de Lião. É ainda o tempo em que a noção patrimonial do Reino constitui a doutrina corrente; mas a idéia do poder como originária da vontade da comunidade política já começa a alvorecer, para tomar corpo nos reinados subseqüentes. A deliberação, portanto, dos habitantes do condado portugalense, reunindo-se em torno de Afonso Henriques, para exigir uma vida política independente, exprime um pensamento que mais tarde terá forma explícita nas argumentações de João das Regras, na doutrina da *Virtuosa Benfeitoria* e, com absoluta clareza, nos ensinamentos de Suarez.

Essa idéia da participação da vontade do povo na eleição do príncipe e nas grandes decisões com que este haja de prover o bem público explica a atitude dos monarcas, submetendo-se àquelas limitações do poder, que vão transformando a idéia patrimonial do Reino em idéia de governo da comunidade, com assentimento dos vassallos.

Tais limitações, que são de caráter “ético e religioso”, “político” e “jurídico”, inspiram-se no próprio fim de todo governo humano, que é promover o bem comum e criar condições dentro das quais o homem possa cumprir o seu destino em relação aos outros homens e em relação a Deus.

O homem tem um destino sobrenatural que Deus lhe preparou; ele deve atingir esse destino por sua livre e espontânea vontade; necessita, para que possa exercer essa liberdade, de condições de segurança econômica e social, as quais se obtêm por meio de uma política. Semelhante política só poderá ser executada por um sistema de equilíbrio, baseado ao mesmo tempo nos direitos e nos deveres tanto dos vassallos como do Monarca. Por conseguinte, o Monarca não pode dispor de um arbítrio ilimitado, do mesmo modo que os súditos não podem se entregar a excessos de liberdade em detrimento dos direitos dos seus similares e da autoridade do Governante.

Uma outorga, entretanto, de poderes irrevogáveis, feita pelos súditos ao soberano, seria perigosa, se aqueles e este

não se subordinassem a um Juiz Supremo; daí a fé inabalável em Deus estar presente nas relações entre o governante e os governados. Estes, armam o Príncipe de todo o Poder, mas o Príncipe, uma vez senhor de tal Poder, outorga, por sua vez, poderes, isto é, direitos, aos indivíduos e aos grupos de indivíduos, que constituem os grupos naturais, ou locais, ou as categorias sociais que estruturam a Monarquia. Vem daí as cartas de foro municipais, os privilégios aos cavaleiros e ao clero, as prerrogativas das Cortes, a delegação de autoridade aos magistrados.

O Rei confere ou reconhece direitos, mas quem os definirá concretamente, quem os aplicará quando houver divergência entre as partes? Nos casos de interesse público, as Cortes, órgão que deriva da antiga Cúria Régia, existente em Lião, e que adquire maior amplitude no Reino Portucalense; e nos casos particulares, a Cúria Ordinária, a qual tomava conhecimento dos litígios entre o soberano e os seus vassallos, muitas vezes decidindo contra o Rei. No entanto, a maior das limitações ao Poder Real era certamente a de fundo ético-religioso. O Monarca sabe que terá de dar contas dos seus atos perante Deus. Deverá agir com justiça e temer o erro, como naquele caso de Afonso II, que mandava suspender por vinte dias a execução de qualquer sentença contra a integridade física de algum vassallo, a fim de que a revogasse quando verificado fosse ter sido ela resultado de um impulso injusto ou de pouco amadurecida reflexão. Pois na justiça dos Reis não deveria ir nem cólera, nem vingança, nem interesse outro senão servir ao Bem, ao interesse da causa pública e da lei de Deus.

Quanto ao convívio internacional, ele obedece ao próprio pensamento que submete as relações entre os povos aos supremos designios do serviço de Deus. A comunidade política portuguesa nasce com o propósito de trabalhar pela dilatação da fé cristã. Traz consigo, intimamente, a consciência do seu destino histórico.

Esse sentimento da vocação, que prevê um futuro de realizações, é a base de toda e qualquer existência nacional.

Um povo que não põe em mira objetivos superiores ao simples engrandecimento e progresso da Nação, ao simples bem estar dos indivíduos e dos grupos, não possui força necessária para manter a sua unidade, a sua personalidade distinta dos outros povos. Toda Nação tem um fim que está acima dos fins materiais do seu progresso; quando tal fim não existe, também não existe Nação ou, se existe, não representa mais do que um acontecimento passageiro no curso do tempo.

No caso de Portugal, observa Tejada, o Reino tem um objetivo religioso: a expansão da fé que o Bispo de Roma simboliza e a cujo serviço os reis se oferecem paladinamente. Deriva daí a subordinação ético-religiosa ao Papa, a qual não impede os Reis de se superporem aos interesses materiais das ordens religiosas ou às exigências de prerrogativas excessivas do clero. O Reino constitui-se de categorias sociais distintas: Clero, Ordens Militares, Nobreza, Povo, Cortes, e o Rei deve sobre todas elas exercer justiça e manter o equilíbrio, como governante que é das coisas temporais.

Esse pensamento, que delimita os poderes, que separa o reino de César do reino de Deus, neste entretanto integrando tanto César como os seus vassalos, desenvolve-se desde Afonso Henriques e prossegue na dinastia de Aviz. O episódio dramático do destronamento de Sancho II evidencia a delicadeza do grave problema, que ele quis resolver com impetuosidade e inhabilidade; mas a linha política dos soberanos subseqüentes, de modo especial D. Diniz, soube manter-se com superior maestria, submetendo Reis e Reino ao poder espiritual, sem contudo deixar de reivindicar e sustentar os direitos e prerrogativas da Monarquia em tudo quanto se referia ao poder temporal.

* * *

Em páginas sintéticas e claras, Tejada põe em evidência a posição de Portugal nascente em face de tão impor-

tante questão. Mas há um aspecto de suma relevância na vida do novo Reino, que o jovem professor salmantino nos evidencia, com uma oportunidade tão grande neste nosso século XX, que entendo utilíssimo ressaltar.

Trata-se das relações entre o Reino de Portugal e o Sacro Império Romano. Os fundadores da Monarquia no extremo ocidente da península consideram o conjunto dos reinos cristãos como uma espécie de super-comunidade, ou comunidade de nações, com vida, fisionomia, modo de ser e de agir distintos, dentro de um plano geral de objetivo comum. É a Cristandade.

Cada um dos povos dessa Cristandade está ligado ao Bispo de Roma a cuja autoridade espiritual cada um e todos se submetem. Os Reis portugueses não querem, porém, conhecer outra autoridade senão essa e nenhuma outra aceitam que lhes superponha um poder político às prerrogativas do seu cetro e ao direito de auto-determinação da comunidade nacional. A Cristandade, para eles, não pode, de nenhuma forma, constituir uma entidade política hierarquicamente superior à Nação independente.

Aqueles Reis Cavaleiros, que se rodeavam de paladinos e fundavam com ardor de fé cristã um reino cujo destino era dilatar o âmbito universal da crença no Evangelho, nunca, jamais consentiram que na Nacionalidade houvesse, enquanto considerada do ponto de vista temporal, outro poder superior a ela. Ainda que o não dissessem ou escrevessem, explicitamente, deixam claro na sua política a convicção de que a comunidade nacional, tipicamente diferenciada das outras, sendo um conjunto de homens livres e de grupos naturais livres, participa da intangibilidade concernente aos elementos que a constituem. Dessa forma, a independência nacional é uma decorrência da própria autonomia dos indivíduos, das famílias, dos grupos sociais e dos aglomerados locais honrados com suas cartas de foro. Tal independência não pode subsistir se uma entidade internacional, uma sociedade política super-nacional, interfere nas questões íntimas, nos assuntos estritamente con-

cernentes à soberania de cada nação. O bom senso medieval nunca poderia já não digo consentir, mas sequer supor que qualquer autoridade externa, baseada numa ideologia política ou simplesmente na força, obrigasse as nações a adotar determinado regime, ou sistema, ou a legislar, ou decidir juridicamente, de acordo com injunções estranhas.

Tão firme atitude evidencia-se quando El Rei D. Diniz, tendo ido, a Portugal, um ministro do Sacro Romano Império, realizar certas diligências judiciais, determina-lhe que cesse tais diligências porque no seu Reino nada se faria sem autorização do Monarca português, nem jamais os imperadores tiveram título algum que abonassem tal procedimento na parte ocidental da península.

Acima de tudo, para os Reis Portugueses da primeira e da segunda dinastia, está o interesse da Cristandade. Mas esses interesses para cujo serviço o Condado Portucalense organizou-se em Nação, devem ser servidos por povos livres e independentes que se muniram de leis próprias e erigiram como rei um verdadeiro soberano.

O rei “era senhor supremo, em função de guardião do Reino, mantenedor da justiça e defensor das leis”. Não era, como no prelúdio do totalitarismo moderno, o próprio Estado, à maneira de Luiz XIV, mas representava, para nos utilizarmos da imagem de São Paulo Apóstolo, ao falar da sociedade doméstica, a cabeça dos seus vassallos, uma vez que estes lhe conferiram, mediante eleição em Cortes, ou aclamação por hereditariedade, o direito e o dever de dirigir os destinos nacionais.

* * *

Poucos autores terão evidenciado, de maneira tão lúcida, o sentido político da Monarquia Portuguesa na Idade Média. Examinaremos no capítulo seguinte destes comentários, as suas consignações sobre as doutrinas em voga, desde o grupo de pensadores alcobacenses, no século XII,

aos teóricos da idéia romanista do Monarca, no século XV. Nesse panorama de quatro séculos, encontraremos dois pontos altos: *O leal conselheiro*, de D. Duarte; e o *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, de seu irmão o príncipe D. Pedro.

E, na apreciação desses temas, ir-se-ão encontrando o professor espanhol e o escritor brasileiro, ambos amigos da gente portuguesa e ambos fascinados por aquilo que é o mais importante para a velha Espanha e para o jovem Brasil: as fontes do pensamento cristão de que proviemos todos nós, os povos que saímos da Ibéria com a íntima consciência das missões particulares que nos incumbem, na objetivação de um ideal comum de salvação política da humanidade, de tal sorte a tornar possível o exercício da liberdade de cada homem, no afã de atingir, pelos meios temporais, o fim sobrenatural para o qual todos fomos criados por Deus, e o exercício da liberdade das Nações, de tal modo que possam desempenhar o seu legítimo papel histórico.

IV Parte

SOBRE O SÍMBOLO DA VIDA HERÓICA

TESEU

De quatro em quatro anos, pagando o duro tributo imposto por Minos, após a derrota com que o rei de Creta castigou os assassinos de Androgeu e dos Palantidas, o povo de Megara e de Atenas enviava os rapazes e raparigas mais belos para servirem de pasto ao Minotauro, escondido no fundo do labirinto de Dédalo.

Mal se abafavam os últimos soluços e se enxugavam as derradeiras lágrimas das mães desesperadas, e quando a tranqüilidade parecia voltar aos lares atenienses, e uma esperança de salvação embalava as almas, eis que o quadriênio de trégua se extinguia e as aflições volviam por entre dúvidas cruéis e angústias torturantes.

Quais os que deveriam ser escolhidos para morrer? Esses corpos de plástica harmoniosa, esses olhares límpidos e iluminados pela doce alegria da juventude, essas silhuetas graciosas que as danças ao som da avena transfiguravam no esplendor dos ritmos sagrados, já não eram razões de orgulho e de alegria, senão motivos de apreensões e de terrores.

Junto aos berços em que sorriam as gerações, como renovadas primaveras, a infinita melancolia materna apertava a garganta, cortando de soluços as canções de embalar. Que destino teria a criança adormecida? Quando atingisse

a idade da força, do amor, da luta, da beleza, talvez que o sufrágio das turbas, no trágico concurso, a indicasse à morte inglória dos dentes ensangüentados do monstro gerado pelo Touro de Netuno, no seio da louca Parsifaé.

E quando raiava a manhã sobre as cristas do Parnaso e do Olimpo, o altar de Apolo se cobria de oferendas a implorar a salvação para os povos de Atenas e Megara, a salvação da mocidade sacrificada, de quatro em quatro anos, ao insaciável devorador de carne humana.

* * *

O Minotauro morava no recesso do labirinto que Dédalo construiu em Creta. Oriundo da ligação bestial da filha de Minos e do Touro branco de Poseidon, tinha a brutalidade paterna e a lascívia materna; era perverso e implacável, truculento e volutuoso.

Traidor como um tigre, ardiloso como um aracnídeo, não se expunha à luta em campo aberto, para dar caça às vítimas; escondia-se, porém, pacientemente, dissimuladamente, para dar o bote certo sem risco de perigos.

Para monstro tão cruel era preciso inventar um cárcere, de acordo com os seus instintos perversos e covardes. E foi Dédalo, o gênio da confusão, o desorientador dos homens, o fabricante de intrigas, o forjador de discórdias, o arquiteto de traições, quem construiu para o Minotauro o famoso labirinto.

Ali, o monstro se alimentava de carne humana. Aqueles que, pretendendo decifrar o enigma, se aventuravam a dar os primeiros passos pelas avenidas, ruas, vielas, corredores, galerias, que constituíam o misterioso conjunto da Cidade da Confusão, jamais conseguiam encontrar a saída. Exaustos de fadiga, desesperados diante de milhares de caminhos que se abriam como traições por todos os lados, os aventureiros heróis sentiam os primeiros sinais da alucinação. Então, punham-se a correr, de um lado para outro, cada vez mais perdidos, cada vez compreendendo menos, porque a arte de Dédalo consistia, exatamente, em enlouquecer os

incautos que pretendessem descobrir alguma lógica na disposição de sua torturante geometria. . .

A fisionomia transtornada, os olhos esbugalhados, os cabelos revoltos, as pernas claudicantes, o peito a arfar, o audacioso aventureiro desembocava, por fim, num páteo onde o recebia uma gargalhada sinistra. Era o Minotauro, bebedor de sangue, ruminante a ruminar funebremente tíbias e fêmures.

A salvação da mocidade de Atenas do hediondo sacrifício a que era votada, de quatro em quatro anos, só se poderia dar pela morte do Monstro. Como, porém, superar as dificuldades criadas por Dédalo, o despistador? Penetrar no labirinto seria não mais voltar, porque o próprio chão era de tal modo batido e áspero que sobre ele não ficavam pegadas capazes de facilitar o regresso. Nenhuma possibilidade de rastrear, retornando, porque o despistamento era completo.

* * *

Quando se sentiu moço e forte, Teseu levantou nos pulsos o rochedo sob o qual Egeu guardava a espada para a maioria do filho, calçou os sapatos trezentanos, beijou a fronte de Ectra, sua mãe e, após ouvir os últimos conselhos do discreto Piteu, partiu para Atenas.

Estava disposto a salvar o povo do vergonhoso tributo de sangue que ele pagava periodicamente, na Cidade da Confusão que Dédalo, o ardiloso, contruira, e, onde Minotauro, o cruel, habitava.

Começou suas aventuras, dando combate a todos os bandidos que infestavam a Ática. Eram bandidos terríveis, que negavam os deuses, saqueavam viandantes, violavam mulheres, assassinavam criaturas adormecidas. Sua luta foi dura e exaustiva, mas sua pátria ficou livre de todos os terrores semeados pelo bandoleiros das montanhas.

Lavou as mãos tintas do sangue impuro nas zonas do Céfiso, purificou-se no altar de Júpiter e entrou em Atenas icógnito, obscuro, desconhecido de todos.

Governava seu pai, Egeu. Na realidade, porém, não era Egeu quem governava e sim, Medéia, a falsa, a hipócrita, que conspirava secretamente contra o rei, acusando de conspiradores todos os que pretendiam defender o soberano e desmascarar os planos sinistros da pérfida feiticeira.

Ninguém percebera a força, a clarividência, a predestinação de Teseu. Ninguém sabia que ele era o sucessor natural de Egeu. Muitos desdenharam dele. Mas, a subtil Medéia tudo compreendia e tudo sabia.

A conspiração de Medéia contra o rei de Atenas estava preparada. O golpe seria infalível. Só havia um perigo: Teseu. Era preciso, pois, armar uma cilada ao inimigo, ao homem capaz de fazer fracassar a rebelião contra o Soberano.

Teseu foi acusado de conspirar contra o rei Egeu. A sua morte foi decretada. No momento, porém, em que o herói ia sorver a taça de veneno, o rei fitou a sua espada e reconheceu-a. Era aquela que, havia vinte anos, tinha ficado debaixo do rochedo com a recomendação ao prudente Piteu: "quando ele tiver força para levantar o rochedo e tirar a espada, manda-mo a Atenas".

Identificado, Teseu desmascara os verdadeiros conspiradores e extermina-os. Os juizes se reúnem no templo de Apolo Delfiano e absolvem-no.

Livre a Pátria dos perigos imediatos, Teseu não está tranqüilo. Era uma vergonha para Atenas o sacrifício de sua mocidade, de quatro em quatro anos, na Cidade da Confusão e do Despistamento ao horripilante Minotauro de Creta.

Corre ao oráculo de Delfos. A voz augural lhe anuncia que só conseguirá vencer o Minotauro se Eros lhe servir de guia. Eros (ou o Amor) é o símbolo das compreensões profundas. É a intuição que só se origina dos sentimentos vividos, das dores alheias interpretadas. É o poder divinatório dos grandes mediuns das angústias de um povo.

Teseu atravessa o mar.

* * *

Quando reinar a escuridão, conduz teu pensamento!
Quando as trevas descenderem, acende o facho da tua idéia!
Quando estiveres perdido, procura o caminho, não fora de ti, mas no fundo de ti mesmo!

(Sentido profundo da aventura de Teseu... Sentido dos rumos, sentido dos roteiros perfeitos).

Quando ouvires mil vozes, escuta a tua voz. Tua voz tem um poder maior, quando se volta sobre si mesma. Quando fores solicitado de todos os lados, pergunta a ti mesmo que queres de ti.

(Sentido do heroísmo de Teseu... Sentido das vontades invioláveis, sentido das decisões inflexíveis).

Quando se multiplicarem os caminhos e as encruzilhadas, põe na mão do teu espírito o leme do teu instinto. Quando a Dúvida te surpreender como um salteador, desenterra as raízes da tua tumultuosa aflição e encontrarás no fundo delas a essência da Certeza, que deverás beber para te recompores.

(Sentido das vitórias de Teseu).

* * *

Quem lhe ensinou esses segredos?

Ariadne, filha de Minos, princesa de Creta; Ariadne, intuição feita mulher; Ariadne, decifradora de enigmas, inspiradora de verdades, intérprete de ciências ignoradas.

Ariadne toma nas mãos a ponta da linha cujo novelo Teseu vai rolando pelo labirinto de Dédalo.

Dédalo é a traição dos fatos imediatos, dos interesses oportunistas, das promessas dos homens; mas Ariadne é a aspiração volvida para os fatos futuros, para os interesses do amanhã e para as promessas dos Deuses.

O espírito arquitetônico de Dédalo é o espírito das dissimulações, das aparências, dos subterfúgios, das protelações, das sinuosidades, das insinuações, das intrigas, das con-

fabulações, dos conchavos, do mínimo esforço, da comodidade, da perfídia, da felonía e do perjúrio. Mas o milagre do fio de Ariadne é feito de claridade da consciência, de realidades, de responsabilidades, de retidões, de franqueza, de esforço, de sacrifício, de lealdade e de fidelidade...

* * *

A Cidade da Confusão só confunde os que acreditam nela. Os que acreditam na possibilidade de rumos certos, onde a regra é o incerto. Só se perdem no labirinto de Dédalo os que pretendem confiar em Dédalo. Só morrem os que procuram a vida na casa da morte.

Que nenhuma vítima se queixe. Justo é o castigo de quem confiou no Inconfiável, de quem levou a confiança à casa da desconfiança. Os que procuram a Justiça na metrópole da Injustiça, os que chamaram pela Verdade, onde só responde a Mentira, esses não têm do que se queixar.

É preciso tomar o fio de Ariadne. Fechar os olhos, tapar os ouvidos e caminhar desenrolando o novelo.

Será assim em todas as épocas e em todas as circunstâncias. No meio dos alucinados, dos possessos, dos loucos, só a fidelidade a um pensamento e a um sentimento vence os multiplicados labirintos e as complexas traições. Vence no verdadeiro sentido: o sentido da intangibilidade, da honra e do brio do herói.

Foi assim que Teseu penetrou a Cidade da Confusão e matou o Minotauro de Creta, livrando a mocidade de sua Pátria dos sacrifícios de sangue de quatro em quatro anos...

* * *

Regressando a Atenas, Teseu soube da morte do rei Egeu, seu pai. O povo aclamava o herói entregando-lhe o trono.

Mas Teseu não salvou sua Pátria em troca de um trono. Os tronos são muito pequenos e muito humanos para os

que pensam, sonham e agem como Teseu. O povo, que o ama, não compreende que oferece ao libertador aquilo que ele mesmo deseja, exatamente, porque todos desejam... As dádivas, os prêmios, os bens, o poder, a glória, sendo coisas concretas, só podem ser concebidos como objetivos finais. E os espíritos que ardem na perpétua luta, que se incendeiam nas permanentes aventuras, que se votam à perene mobilidade, à ação contínua, repelem todas as hipóteses do encerramento dos ciclos da sua tormentosa atividade.

Qualquer ateniense pode ser rei, mas nenhum ateniense pode ser Teseu. Pois Teseu é a inquietação que se renova, é a sucessão dos sonhos, é a magia das primaveras repetidas, é o sensacionalismo do Bem e a intuição da Beleza nas transformações maravilhosas dos episódios.

Teseu ama o seu povo e quer fazê-lo feliz. Institui um governo, promulga leis, deixa o povo a governar-se pela nova legislação e retoma o curso das suas aventuras.

Luta na guerra contra os Centauros, empreende a conquista ao Tosão de Ouro, vai à Trácia, combate as Amazonas, caça Calidon, empenha-se nas guerras de Tebas e intenta uma façanha suprema: a libertação de Proserpina do Inferno...

* * *

Teseu é o sentido da Vida Heróica. É o idelismo superior. É a predestinação dos lutadores. É o ímpeto do movimento. É a dignificação da transitoriedade humana.

Teseu é também, o espírito das nacionalidades vivas e ativas; as gerações que se sucedem...

Serviço Gráfico da Comp. Melhoramentos de São Paulo
Indústrias de Papel — Rua Tito, 479
São Paulo

que ele vem cometendo contra si próprio, contra seus semelhantes e contra o meio ambiente em que vive. Frente à dessacralização da existência, com o assassinato de Deus — inclusive por intermédio de muitos de seus sacerdotes — e a negação do Espírito ("Falo do Espírito mesmo. Falo do Espírito como realidade. Em suma: falo da Alma do Homem"), consubstanciados nas formas estatais que escolhe e se impõe — tenham elas o rótulo de democracia ou totalitarismo — encontra-se em Plínio Salgado o apóstolo que abre clareiras e indica caminhos para uma objetiva ressurreição, embasada na crença firme de Deus, criador de todos os seres e coisas, e que, dentre os primeiros talhou um à sua imagem e semelhança.

Este posicionamento embebe todas as páginas d'*O ritmo da história*. Sereno quando é possível ser sereno, e vigoroso na denúncia e na imprecação ("Basta de mentiras! Basta de hipocrisias! O mundo está farto de palavrório cínico, de comédias internacionais, de falsificações de democracias, de critérios unilaterais na consideração dos problemas humanos!"), as páginas de Plínio Salgado desnudam a etapa civilizatória que atravessamos, pondo diante dos olhos de todos os erros que a destroem implacavelmente. Mas trazem também a terapêutica indispensável: mergulha fundo na alma das Nações, busca a lição daqueles que se dedicaram a erguer uma Pátria, traça o perfil de verdadeiros representantes do Povo brasileiro, analisa procedimentos, atos e fatos que delimitam a fisionomia do Homem no amor à terra brasileira.

De além fronteira traz para todos nós a figura extraordinária de Tejada Spinola, dele falando aos homens de pensamento do Brasil pela primeira vez, e cuja obra coteja com a sua própria, numa identidade quase total, denotando assim a unidade de origem do mesmo ideário.

As páginas destinadas às novas gerações algum dia se converterão em luzeiros de esclarecimento e de orientação para que se consolide a estrutura de um Brasil mais consciente de seu destino, sobretudo quando elas — as novas gerações — se convencerem de que do Brasil poderá partir a palavra definitiva para a construção de uma Nova Humanidade, onde a dignidade do ser humano seja devidamente respeitada e onde a liberdade constitua o apanágio dos que lideram os povos dentro da noção máxima de responsabilidade.

São estas páginas que a *Voz do Oeste* lhe entrega, prezado leitor. Conhecendo ou não a Plínio Salgado, inicie ou amplie o seu relacionamento. Ele terá muito a frutificar pelo bem de nosso Povo e de nossa Pátria.

Gumercindo Rocha Dorea

Obras de PLÍNIO SALGADO
já reeditadas pela
Editora Voz do Oeste:

VIDA DE JESUS

(20ª edição, cartonada, com reproduções da
Arte Sacra baiana — em convênio
com o INL-MEC, e 21ª edição, com
reproduções da Arte Sacra dos Sete Povos das Missões)

**COMO NASCERAM
AS CIDADES DO BRASIL**

(5ª edição, ricamente ilustrada, em
convênio com o INL-MEC)

no prelo:

**PRIMEIRO, CRISTO!
DIREITOS E DEVERES DO HOMEM
SÃO JUDAS TADEU**

Cr\$55,00 Este preço só se tornou possível devido à participação
do Instituto Nacional do Livro/MEC, que,
em regime de co-edição, permitiu o aumento da tiragem
e conseqüente redução do custo industrial.